



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

FELIPE TEIXEIRA LOURENÇO

**A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS HISTORIOGRÁFICAS ATRAVÉS  
DO PENSAMENTO DE WALTER BENJAMIN E MICHEL FOUCAULT:  
o caso da princesa imperial**

Rio de Janeiro  
2017

FELIPE TEIXEIRA LOURENÇO

**A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS HISTORIOGRÁFICAS ATRAVÉS  
DO PENSAMENTO DE WALTER BENJAMIN E MICHEL FOUCAULT:  
o caso da princesa imperial**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ricardo Salztrager

Rio de Janeiro  
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL E/OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Lourenço, Felipe Teixeira.

L892 A construção de memórias historiográficas através do pensamento de Walter Benjamin e Michel Foucault : o caso da princesa Isabel / Felipe Teixeira Lourenço, 2017.  
155 f. ; 30 cm

Orientador: Ricardo Salztrager.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Benjamin, Walter, 1892-1940.
3. Isabel, Princesa do Brasil, 1846-1921. 4. Historiografia.
5. Memória - Historiografia. I. Salztrager, Ricardo. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós- Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 907.2

**A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS HISTORIOGRÁFICAS ATRAVÉS  
DO PENSAMENTO DE WALTER BENJAMIN E MICHEL FOUCAULT:  
o caso da princesa imperial**

FELIPE TEIXEIRA LOURENÇO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
(UNIRIO), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória  
Social.

Aprovada por:

---

Profº. Drº. Ricardo Salztrager - UNIRIO

---

Profº. Drº. Francisco Ramos de Farias - UNIRIO

---

Profª. Drª. Mariana de Toledo Barbosa - UFF

Rio de Janeiro  
2017

À minha família e amigos, por servirem de porto seguro e  
inspiração.

## **Agradecimentos**

Os dois anos, desde minha matrícula neste programa até a defesa desta dissertação foram os mais intensos e produtivos da minha vida. Talvez tenha sido a primeira vez em minha existência que eu verdadeiramente ousei e me arrisquei. Ousei ao largar um emprego que me concedia relativa estabilidade mas me furtava as possibilidades de felicidade profissional. E foi através desta ousadia, que veio acompanhada de muitos medos e angústias, que eu consegui abrir janelas que me permitiram aventar possibilidades futuras e voltar a sonhar com sonhos que a muito haviam sido deixados de lado. Foram dois anos difíceis nos quais eu amadureci intelectualmente e emocionalmente, alcancei objetivos profissionais e pessoais, mas que demandaram um esforço que acabaram por trazer algumas perdas também. Foram dois anos que serão guardados com carinho em minha trajetória pessoal.

E justamente por isso que eu compreendo que os agradecimentos de um projeto acadêmico não devem se destinar exclusivamente aqueles que colaboraram diretamente na produção da pesquisa. Ao longo desses dois anos amigos e familiares contribuíam conscientemente e inconscientemente de forma decisiva para o logro deste projeto. Dito isso seria muito dificultoso nomear todas as pessoas a quem devo dirigir meus agradecimentos, contudo não poderia deixar de citar nominalmente e orgulhosamente minhas maiores fontes de inspiração e meus maiores amigos meus queridos avós Fernando Teixeira de Lima e Rita Teixeira de Lima, meus pais Dario Sampaio Lourenço e Eluza Teixeira de Lima, meu irmão Pedro Henrique Teixeira Lourenço e principalmente aquela que esteve mais presente, que mais me incentivou e que mais me sustentou, minha esposa amada Thammyris Beatriz Nantes Garrido Lourenço. Também gostaria de mencionar, Paula Felix, a irmã que vida me deu e que sempre acreditou em mim mais do que eu próprio um dia fui capaz de acreditar. Agradeço também a todos os amigos, alguns que já fazem parte da minha vida a mais de vinte anos e que eu nem sei se amigo é o termo mais adequado para qualificá-los, e que sempre se colocaram a disposição em todos os momentos que precisei de algo, desde a necessidade de uma válvula de escape até a necessidade de um incentivo em um momento difícil. E que, além disso, sempre foram compreensivos com os sacrifícios necessários a escolha que eu fiz.

Há também os que ajudaram efetivamente para elaboração da pesquisa. Meu muito obrigado aos professores Francisco Farias e Marcelo Santana Ferreira, suas indicações no momento da banca de qualificação renderam algumas horas de sono a menos, mas enriqueceram não só a pesquisa como também o pesquisador. Ao professor Francisco Farias ainda agradeço pela acolhida no programa, pela indicação do professor Ricardo Salztrager como orientador e pelas sugestões no momento da defesa desta dissertação. Agradeço também, a professora Mariana de Toledo Barbosa por aceitar fazer parte da banca de defesa desta dissertação e pelos seus comentários extremamente construtivos. Agradeço ao professor Ricardo Salztrager por motivos que não saberia nem enumerar, sua orientação foi sem dúvidas um marco na minha trajetória intelectual, obrigado pelos conselhos, pela confiança, pela disponibilidade, pelo incentivo e por me fazer ver que é sim possível. Por fim agradeço à Vanessa Rocha pela revisão deste trabalho e por fazer parte daquele grupo de amigos aos quais eu nem sei se devo chamar de amigos ou irmãos.

Meu muito obrigado a todos.

Mas a liberdade, como disse Rosa Luxemburgo, é “liberdade para o outro companheiro”. O mesmo princípio está contido nas palavras famosas de Voltaire: “Detesto o que dizeis; defenderei até a morte vosso direito de dizê-la”. Se a liberdade intelectual, que, sem dúvida, tem sido uma das marcas características da civilização ocidental, significa alguma coisa, é que todos devem ter o direito de dizer e imprimir o que acreditam ser a verdade, desde que isso não cause dano ao resto da comunidade de uma forma bastante inequívoca.

George Orwell

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo principal a tentativa da compreensão de uma concepção contemporânea de se produzir conhecimento historiográfico que se inter-relacione com a construção de memórias. O trabalho encontra-se dividido em três partes. Na primeira dessas três partes foi feita uma análise da teoria de Benjamin sobre o conceito de História, com o objetivo de demonstrar esse campo do conhecimento como algo fluído e passível de a ser constantemente reconstruído e, portanto, permeável a intervenção de todos os seus interlocutores e aberta as mais diversas possibilidades. No segundo momento do trabalho, com base no pensamento de Foucault, a História foi analisada enquanto um local de conflitos e como um conhecimento inserido em uma rede microfísica de poderes. Nessa perspectiva o poder emana de todas as direções e o saber pode contribuir tanto para a manutenção de “*status quo*” como para a criação. Estes dois autores apesar de apresentarem formas distintas de se pensar a construção do conhecimento histórico, parecem chegar a pontos semelhantes. Ambos estão combatendo um tipo de História de cunho positivista que entende esse conhecimento como uma espécie de verdade absoluta e dogmática, um saber natural e linear e que tem uma origem prévia, e portanto, deve ser meramente resgatado e trazido a tona pelos pesquisadores. Por fim, na última parte do trabalho, nos voltaremos para um exame das diversas construções de memórias historiográficas sobre a princesa Isabel. Nessa parte do trabalho objetiva-se demonstrar como a memória historiográfica daquela personagem se constitui de forma múltipla e conflituosa de maneira que a depender, dos vestígios que são utilizados, da forma como esses vestígios são utilizados, da vertente historiográfica e/ou política, do olhar do pesquisador e do interlocutor, do espaço, do tempo, em que a personagem vá ser estudada ela pode passar a ser entendida como uma piedosa redentora, uma revolucionária a frente do seu tempo, uma mãe de família sem preocupações com assuntos públicos, um agente político que busca legitimar seu reinado através de projetos de representações populares, entre outras variadas interpretações. Com isso, esta parte da pesquisa apresenta como objetivo a aplicação das discussões teóricas debatidas nas partes anteriores do trabalho e, portanto, um saber histórico que pode ser constituído de formas tão distintas, desembocando nas mais variadas possibilidades de memórias o que acaba por fazer com que esse saber possa ser utilizado tanto como uma forma de manutenção e cristalização de memórias homogêneas e/ou binárias como uma forma de criação de saberes heterogêneos, múltiplos, constantes e conflituosos. A partir das perspectivas apresentadas ao longo do trabalho se enfatiza a necessidade de entender a História, e mesmo a ciência de uma maneira geral, como uma prática que busque um constante afastamento de ideias dogmáticas e de verdades que se pretendam absolutas e que tenha como característica inerente a sua constituição um repensar constante.

**Palavras chaves:** Foucault, Benjamin, princesa Isabel, memórias, História, construção do conhecimento historiográfico, verdades.

## ABSTRACT

The main objective of this study is the attempt to understand a contemporary conception of producing a historiographical knowledge that has interrelations with the construction of memories. The work is divided into three parts. In the first of these three parts was did of Benjamin's theory about the concept of History, with the purpose of show this field of knowledge as something fluid and capable of being constantly reconstructed and therefore permeable to the intervention of all interlocutors and opened to the most diverse possibilities. In the second moment of this work, based on Foucault's thinking, the History was analyzed as a place of conflict and how a knowledge embedded in a microphysical powers net. In this perspective the power emanate from all directions and knowledge can contribute even to the maintenance as to "status quo" as to criation. These two writers, in spite of presenting distinct ways of thinking about the construction of historical knowledge, seem to reach similar points. The both are fighting a type of positivist History that understand this knowledge as a absolute and dogmatic truth, a natural and linear knowledge that has a previous origin, and therefore, should be merely rescued and brought to the fore by the researchers. Finally, in the last part of this paper, we'll be back for an examination of the various constructions of historiographical memories about Princess Isabel. In this part of the work we aim to demonstrate how the historiographic memory of that character is constituted in a multiple and conflicting way so that to depend, of the trace that are used, the way that these traces are used for, of the historiographic and / or political side, from the look of the researcher and the interlocutor, of space, time, in which the character goes to be studied she can be understood as a devault redemptive, a revolutionary ahead of her time, a family mother without concern about public questions, a political agent who seeks to legitimize his reign through projects of popular representations, among others varied interpretantions. With this, this part of the research presents as objective the application of the theoretical discussions debated in the previous parts of the work and, therefore, a historical knowledge that can be constituted of forms so different, ending in the most varied possibilities of memories wich ends up making this knowledge to be used both as a form of maintenance and crystalization of homogeneous and / or binary memories as a way of creating heterogeneuous, multiple, constant and conflicting knowledge. From the perspectives presented throughout of this work is emphasized the need of understand History, and even the ciencia in a general way, as a practice that seeks a constant separation from dogmatic ideas and truths that claim to be absolute and wich has as its inherent characteristic of its constitution a constant rethinking.

**Key words:**Foucault, Benjamin, Princess Isabel, memories, History, historiographic knowledge construction, truths.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 01 - Levantamento de hipotecas das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo do ano de 1883.....</b>	<b>104</b>
---	------------

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACIB – Arquivo da Casa Imperial do Brasil

AGP – Arquivo Grão-Pará

AHMIP – Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Doc – Documento

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

POB – Coleção Pedro D’Orleans e Bragança

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1 AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS HISTÓRICAS E DE VERDADES NAS TESES DE WALTER BENJAMIN.....	30
1.1 Walter Benjamin: o narrador .....	34
1.2 Walter Benjamin e suas teses sobre o conceito de história.....	45
1.3 As verdades em Walter Benjamin.....	53
1.4 A morte enquanto possibilidade de criação.....	60
Capítulo 2 FOUCAULT E A HISTÓRIA COMO LOCAL DE CONFLITOS.....	67
2.1 O poder em Foucault.....	71
2.2 Uma genealogia da História.....	78
2.3 Foucault e as produções de verdades.....	84
Capítulo 3 A PRINCESA IMPERIAL E A CONSTITUIÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS HISTORIOGRÁFICAS.....	90
3.1 O embate de memórias em torno do fim da escravidão.....	92
3.2 A princesa e a historiografia do século XX.....	110
3.3 A princesa e a historiografia do século XXI.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
Fontes Primárias.....	146
Referências.....	147
Apêndice .....	154

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação se propõe a discutir uma forma específica de produção de conhecimento historiográfico e de memórias provenientes da construção deste saber. Ao longo do trabalho, pretende-se demonstrar como a produção do conhecimento histórico e de memórias se dá a partir de um tempo “saturado de agoras<sup>1</sup>” (BENJAMIN, 1940/2012), tornando, portanto, a recuperação de fatos passados em eventos assimilados e construídos a partir do presente. Esta proposta de construção historiográfica faz com que se torne mister as constantes revisitações e reconstruções dos discursos e narrativas produzidos a partir desses fatos, gerando um combate às cristalizações das Histórias<sup>2</sup> imutáveis, das verdades absolutas e da dogmatização das Histórias e das memórias oficiais.

É importante observar que, ao longo do século XX, a forma como a História se constitui enquanto conhecimento científico foi bastante problematizada. Cardoso (1997) aponta que a produção de conhecimento historiográfico se encontra dividida em duas grandes áreas paradigmáticas. Este autor identificou esses dois paradigmas como: o iluminista, em que os historiadores buscam cientificidade e racionalidade e estão convencidos da existência de uma realidade social universal que deve ser historicamente resgatada e explicada; e o paradigma pós-moderno, por vezes denominado de nova História, no qual os pesquisadores se colocam de forma hesitante àquelas formas de resgates históricos e trabalham com ênfase nas representações narrativas construídas historicamente.

Este autor entende que no “limiar do século XXI, vivemos segundo muitos uma crise de civilização, simbolizada talvez em forma adequada pela maneira com que se encara hoje em dia a dupla conceitual cultura/civilização” (CARDOSO, 1997, p. 01). A interpretação divergente entre franceses e alemães sobre aquela dupla conceitual se configurou na formação dos dois paradigmas rivais antes mencionados. No entanto, na segunda metade do século XX, sobretudo na década de

---

<sup>1</sup> Walter Benjamin, acredita que a construção do conhecimento histórico é uma construção na qual não existe espaço para o tempo vazio, homogêneo e linear. Esse autor entende que a construção deste saber se dá no espaço do tempo heterogêneo, repleto de agoras e em que o passado, presente e futuro se inter-relacionam na edificação deste saber. Ao longo do texto essa ideia de tempo defendida por Benjamin, será mais discutida.

<sup>2</sup> Apesar do acordo ortográfico que entrou em vigor em 2009 definir que serão utilizadas letras iniciais minúsculas em nomes que indicam domínios do saber, este trabalho utilizará letras iniciais maiúsculas quando estiver se referindo a História enquanto um campo do conhecimento científico, com intuito de deixar mais claro ao leitor quando o autor estiver se referindo a História enquanto conhecimento científico ou a história como uma forma de relato ou narrativa mais cotidiana e menos metódica.

1970, acontece certo desencantamento de intelectuais e da sociedade como um todo no que se refere à construção de modelos explicativos, especialmente modelos explicativos universais. Nesse contexto, surgem diversas críticas no campo temático das ciências sociais que abalam o paradigma “moderno” e tendem a valorizar construções ditas “pós-modernas”<sup>3</sup>. Isto posto, a História passa a ser vista como um discurso, mutável, problematizável e passível de constantes reconstruções. Ela não pretende criar modelos explicativos e sim privilegiar a multiplicidade de interpretações e, conseqüentemente, incluir variáveis ligadas ao posicionamento e a hermenêutica do historiador em suas explicações para os fatos.

Dito isto, o autor entende que na disputa entre esses dois campos paradigmáticos, a História estaria no meio de um conflito entre o caráter ilusório do cientificismo, dos determinismos mecanicistas e de seu rigor formal e um relativismo absoluto representado por uma hermenêutica que se esgote em si própria. Por fim ele propõe uma conciliação de aspectos destes dois campos paradigmáticos na construção de novas formas de se fazer História, pois:

Aquilo, porém, em que me recuso firmemente a acreditar é que erros e exageros passados justifiquem erros e exageros atuais de signo contrário. Em outras palavras, não creio que estejamos obrigados a passar do rigor formal e muitas vezes ilusório do cientificismo para algo tão limitado quanto uma “busca interpretativa culturalmente contextualizada”, uma hermenêutica que se esgote em si mesma. As ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência, sobretudo considerando tais posturas em suas modalidades unilaterais e polares; nem a passar de uma ciência frequentemente mal conduzida – comprometida com teorias defeituosas da causação e da determinação e com uma análise estrutural unilateral – às evanescências da “desconstrução” e ao império exclusivo do relativismo e da microanálise. (CARDOSO, 1997, p. 23)

Arruda (2014) também identifica dois principais territórios historiográficos no século XX. O primeiro destes territórios, denominado velha História, poderia “ser considerado o apanágio da história totalizante, de base prevalementemente econômica e social” (ARRUDA, 2014, p.23). Este tipo de História foi pensado principalmente pela segunda geração da escola dos *Annales* e por seu principal representante, Fernand Braudel que, naquele momento, privilegiava um recorte temporal de média duração em detrimento a curta duração

---

<sup>3</sup> O debate entre modernidade e pós-modernidade é um debate que estabelece conceitos polissêmicos, e portanto, complexo o que dificilmente possibilitaria sua explicação em uma nota de rodapé. Contudo, a *grosso modo*, o termo pós-moderno aqui apresentado se relaciona à ruptura com o moderno e com uma forma de fazer ciências sócias que havia se consolidado com o racionalismo científico do iluminismo e que vai perdendo forças ao longo do século XX. Nesse novo modelo de construção epistemológica do saber social a existência de um modelo de verdade único passa a ser questionado e as ciências sociais passam a ser encaradas, estudadas e construídas dentro da possibilidade da constituição de modelos heterogêneos de verdades e os contextos por trás dos textos e suas relações de poder passam a ser tão ou mais importantes. (COOK, 2012)

propunha uma história “profunda”. A trajetória temporal dos homens vistos em suas realidades coletivas, em suas estruturas: do Estado, da economia, da sociedade e das civilizações. Seu fulcro eram as *macroabordagens*, vastos sujeitos coletivos cuja percepção exigia a ênfase no estrutural, nas linhas de força capazes de dar vida a um determinado sistema, a exemplo da natureza e da força dos liames entre o “capitalismos”, “os capitalismos”, “a vida econômica e o conjunto da sociedade” e de criar uma “história geográfica”, modesta pretensão sob a qual se dissimulava uma fantástica dilatação de nossas concepções aprioristicamente concebidas de espaço e tempo (ARRUDA, 2014, p.23/24).

O segundo território, surge na década de 1970 e se estrutura em oposição ao primeiro. Neste território, a História é: “essencialmente cultural, e se aproximava da antropologia e da literatura: descartava a economia e a sociologia; mobilizava fontes até então consideradas secundárias ou exóticas” (ARRUDA, 2014, p.30). Em resultado a isso surge um novo olhar para a História. Fatos, objetos e atores antes descartados começam a buscar lugar de protagonismo nos estudos históricos, o esquecido começa a tornar-se visível e a História começa a passar por um processo de descolonização.

Assim como Cardoso, Arruda entende que a historiografia contemporânea deveria caminhar em direção à conciliação destas distintas acepções epistemológicas, gerando uma terceira vertente que, segundo o autor, partiria do pressuposto de que “o modo atual de fazer história carece de reflexão densa, de teorização que pressupõe diálogo cerrado com as ciências humanas” (ARRUDA, 2014, p.46). Além desta busca por um maior diálogo interdisciplinar, a historiografia passaria a “significar a análise da produção gerada pelos historiadores em sua imersão temporal(...)” [pois] “toda obra histórica é a um só tempo, criação e narrativa e, por via de consequência, no cerne dessa construção, aloja-se um autor, um historiador, tornando inevitável a projeção de si mesmo sobre a escritura realizada (ARRUDA, 2014, p.47/48).

Ao se pensar a História de forma próxima a terceira vertente proposta por Arruda e Cardoso e levando em consideração a necessidade dela ser revisitada e reconstruída constantemente a partir do tempo presente, a memória social e a História, enquanto saberes sistematizados e científicos, podem deixar de ser vistas como forças opostas ou como campos de saber que apresentem mais divergências do que convergências. Contudo, pensadores como Halbwachs, observam relativas divergências entre esses campos do saber. Arruda (2104) demonstra que se pensarmos como Halbwachs entenderemos que:

do lado da memória está tudo que flutua, o múltiplo, o sagrado, o mágico, a imagem, e que do lado da história alinha-se o laicizante, o problemático, o crítico e o conceitual, não seria equivocado afirmar que o primeiro conjunto paradigmático

está mais do lado da história e que o segundo remete à memória, ou, como quer Paul Ricouer, de um lado estaria a fidelidade da memória e, de outro, a verdade da história? (ARRUDA, 2014, p.31)

Este embate entre História e a memória social se apresentam, em alguma instância, pelo menos, desde os estudos do sociólogo Halbwachs (1990) sobre memória individual e memória coletiva, momento em que a memória social começa a se constituir como um campo de estudos. Halbwachs (1990), ao estudar a memória coletiva, apesar de estabelecer convergências e dialogar com historiadores da primeira geração da escola dos annales (BURKE, 1997), entende que a memória e à História se opõe em mais de um ponto. Este autor entende que a História é a compilação de fatos que ocuparam maior espaço na memória dos homens, portanto, para esse autor, na História lida em livros, ou ensinada nas escolas:

os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardam por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Para Halbwachs, nossa memória está mais vinculada ao fato vivido do que a História que entramos em contato através dos livros e apreendida pela escrita. Esta memória, vinculada ao fato vivido, permite a constituição de uma narrativa sobre o passado de um sujeito ou grupo de uma forma viva e natural. O autor ainda localiza dois pontos cruciais de distanciamento entre memória e História. Primeiro, a memória é uma corrente de pensamento pautada na continuidade, que nada tem de artificial e que não ultrapassa os limites de um determinado grupo, enquanto a História encontra-se pautada na síntese dos grandes acontecimentos de uma nação. O segundo ponto, é que as memórias coletivas só podem ser entendidas como memórias plurais, enquanto a História se pretende universal.

Nora (1993) é outro autor que na tentativa de pensar a relação entre História e memória, as opõe. Esse autor estabelece essa oposição de forma mais radical do que Halbwachs. Para ele a memória tornou-se objeto da História. Nesta concepção a memória já não existiria mais e tudo aquilo que é considerado memória, na verdade, teria se tornado uma História oficial, um discurso cristalizado. Os lugares de memória e a necessidade de registro e acúmulo de fragmentos do passado, por meio de suportes mnemônicos em instituições como museus, arquivos ou bibliotecas, teriam transmutado memórias espontâneas da ordem do tradicional, em uma forma sintética de relação social institucional. Também teriam cristalizado experiências coletivas do passado que

agora cumprem função do apagamento das experiências outrora vividas e de disseminação de um discurso oficial.

Desta forma, Nora sustenta que existem dois tipos de memórias: uma memória tradicional e imediata; e uma memória transformada por sua passagem para a História. Na medida em que a memória tradicional desaparece ou perde parte de sua força, a sociedade se sente na obrigação de acumular vestígios, testemunhos, documentos, discursos, sinais visíveis do que foi de outra forma (NORA, 1993). Assim, a partir desta transmutação de memória em História é que se legitima uma História oficial, e por consequência os locais de memória.

Ainda segundo este autor:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja a verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é a deslegitimação do passado vivido. (NORA, 1993, p. 09)

Wheling e Wheling (1997) em um artigo que trabalham questões referentes a convergências e conflitos na conceitualização de memória social e História, focalizam seu debate a partir do fim do século XIX ou, mais precisamente, do surgimento do conceito de memória coletiva. É importante deixar claro que esses autores são pensadores do campo da História e, portanto, pensão a relação entre memória e História através de uma ótica historiográfica. Dito isso os autores entendem que:

existe, naturalmente, o mesmo conteúdo material: a matéria de ambas constitui o passado de uma sociedade, cultura ou grupo. Vale dizer que, teoricamente, tanto memória como história podem considerar o mesmo objeto, embora o façam de maneira não apenas diferente, mas frequentemente oposta (WHELING, WHELING, 1997, p. 18).

Segundo estes autores, os enfrentamentos entre memória e História são numerosos e intensos, o que os leva à busca por estabelecer uma diferença conceitual entre os dois campos. Nesta busca, eles concebem que a memória é simplificadora, pois trabalha com um tempo indefinido, ignorando certas complexidades e nuances, o que tornaria as sociedades quase imóveis. Além disso, determina o espaço como condição *sine qua non*, tornando-os emblemáticos, ao

articulá-los em torno de um evento em geral fundador de uma tradição e pertencente à esfera da ética da convicção. Por outro lado, a História é complexa, tem um tempo preciso, sua sociedade é dinâmica, tem o espaço como referencial e os relativiza, se articula em torno de uma questão, é cognitiva e está inserida na esfera da ética da responsabilidade.

Portanto, segundo esses autores, História e memória social se colocam como campos conflituosos que geram mais divergências do que convergências, o que pode tornar o diálogo, entre esses dois campos do saber, problemático ou mesmo difícil. Porém, os conflitos epistemológicos e paradigmáticos pelo qual passou recentemente a historiografia, além da característica polissêmica inerente ao conceito de memória social permitem a problematização desta conclusão. A questão da objetividade, que foi durante muito tempo cara ao historiador, vem sendo relativizada. Isso acaba por possibilitar um tipo de produção de conhecimento de narrativas historiográficas próximo à memória social, que segundo Gondar (2005) deve ser vista como um território aberto e acolhedor do múltiplo, sem, no entanto, deixar de lado preocupações como a ausência de rigor e o ecletismo ético.

Para esta autora a memória social é transdisciplinar, no sentido de que seu objeto é criado de forma transversal e atravessa os limites de um campo do saber. A memória social não pertence a nenhum campo do saber específico e nenhum destes campos tradicionais tem a prerrogativa de cunhar seu conceito. Ainda segundo Gondar, a memória é concebida como um processo de simultânea construção e desconstrução, relacionada a um jogo de força e criação e com riqueza heterogênea de conceitualizações e abordagens. Essa concepção se aproxima enormemente do conceito de História que será apresentado ao longo do trabalho, no qual a História é entendida como um campo de construções processuais que atuam diretamente na memória coletiva de uma sociedade e que podem agir tanto como locais de cristalização de memórias, como locais de possibilidades de memórias em movimento, de criação, de conflitos e de revolta. O passado deixa de ser entendido como uma restituição integral e a problematização desta reconstituição, agora parcial, possibilita o entendimento da História, para além da ideia de locais de reprodução e de cristalização. Isso significa dizer que tanto memória como a História são campos de conflitos e de relações de poder exercidas em várias direções, em diferentes níveis, que influenciam e atuam nas práticas cotidianas de um grupo e que estão relacionados tanto com a criação ou com a revolta, como com a dominação ou manutenção de determinados “*status quo*”. Tanto a História quanto a

memória social lidam com a descontinuidade do tempo e refletem um processo incessante de seleção e reconstrução de vestígios e de narrativas.<sup>4</sup>

Tendo em vista esse contexto de disputas paradigmáticas e a série de convergências e divergências existentes entre a História e a memória social, o presente trabalho opta por analisar a construção de conhecimento histórico e a constituição de memórias, a partir do entendimento exposto imediatamente acima, um entendimento de diálogo e de atravessamento entre dois campos de saber distintos. Para tanto, este estudo divide-se em três partes. Nas duas primeiras será feita uma análise teórica do conceito de História defendido pelos pensadores Benjamin e Foucault. Nesse sentido, será analisada a possibilidade de uma História construída a partir do tempo presente, crítica à ideia de linearidade, continuidade, universalidade e totalidade. Ao longo destas duas partes buscaremos demonstrar com base na obra desses dois autores, uma História entendida como um local de construções, criações, conflitos e que tem a necessidade de ser constantemente revista com o objetivo de fugir de uma absolutização ou de uma cristalização de discursos oficiais. Assim, a História é vista como uma construção marcada pela relatividade dos conhecimentos produzidos e pela interpretação dada pelos receptores deste conhecimento, não apresentando um caráter linear, mas sim se colocando como um saber construído a partir do presente e de sua interação com o passado e repleta de fatores conflitantes e transpassados de relações de poder, da projeção de si sobre o objeto a ser estudado e conseqüentemente de posicionamentos políticos e ideológicos.

Na primeira parte do trabalho será feita uma análise de como, para Benjamin, cada narrativa histórica é sempre uma nova História, ou seja, esse autor não reconhece a História como uma narrativa cristalizada, e sim, como versões e interpretações dessas narrativas, maleáveis e suscetíveis a novas possibilidades. Como ele mesmo escreve em seu trabalho sobre o narrador: “O historiador é obrigado a explicar de uma outra maneira os episódios com que lida; ele não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história no mundo.” (BENJAMIN, 1936/2012, p. 226). Desta forma, o autor rejeita uma concepção linear que segue em direção a um progresso contínuo e a História passa a ser vista como algo a ser construído pelo seu narrador em um exercício sempre político. A História é uma construção do tempo agora e fazer História não significa descrever o passado de uma sociedade. Fazer História é um exercício repleto de escolhas e

---

<sup>4</sup> A ideia de vestígio pode ser empregada com diversas acepções, ela é bastante importante no desenvolvimento desta pesquisa. Portanto o modo como esse conceito vai ser utilizado neste trabalho será melhor explicitado ao longo do primeiro capítulo.

de perspectivas, e estas estão presentes não só na forma como narrar, mas desde o momento em que se escolhe “o que” e “quando” narrar.

Para Benjamin, a História é uma construção múltipla e processual, imprevisível e aberta à condição de se reconstruir constantemente. Nesta concepção, entende-se que em suas escolhas narrativas e argumentativas, o pesquisador ou o narrador é capaz de reinterpretar o fato, a experiência ou o material e objeto pesquisado, de forma a lançar uma nova luz sobre ele e permeá-lo de marcas e vestígios que possibilitem uma reconstrução daquela narrativa histórica antes consolidada. Benjamin traz à tona a existência de uma nova forma de se pensar a maneira como se faz História, demonstrando possibilidades distintas e legítimas de construção de um saber. Uma forma na qual o passado é salvo no presente, na qual o lembrar não é uma descrição do passado como ele de fato foi, e sim uma construção pelos caminhos da alteridade, em que a memória, a História e o saber como um todo são reivindicadores, múltiplos, processuais e mutáveis.

A segunda parte do trabalho discutirá as ideias do outro teórico escolhido para a fundamentação desta pesquisa, Foucault. Este autor, ao longo de sua obra, apresenta uma abordagem diferenciada e radical contra a ideia de continuidade, totalidade e linearidade. Suas concepções de descontinuidade instauram um novo olhar sobre a história, que passa a ser percebida sobre a ótica desse autor como um campo de conflitos. Em sua proposta teórico metodológica de construção do saber a partir das descontinuidades, Foucault critica um determinado modo de pensar e ensinar a História. Este modo está baseado, segundo o autor, em noções e procedimentos não mais adequados, e que trabalham com continuidades, linearidades e totalidades globalizantes.

A crítica de Foucault é, na verdade, contra uma forma de fazer História tradicional. Forma essa que entende a História como um modelo de produção de conhecimento, globalmente organizado de maneira linear e harmônica, uma História que não apresenta lugar para o posicionamento do pesquisador e para o descontínuo, uma História sem conflitos. Foucault entende que a materialização dos eventos históricos como objetos ordenados, harmônicos e preexistentes davam a História uma segurança e um status científico. No entanto, ele critica essa tentativa de recomposição da realidade. O autor entende como ilusória a possibilidade de descobrir os acontecimentos como eles de fato aconteceram. Para Foucault “a história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir” (FOUCAULT, 2015, p. 61)

O questionamento de Foucault a esta forma de se construir conhecimento se baseia no pressuposto de que a realidade não é algo a ser descoberto, mas sim, uma construção discursiva. Desta maneira, a História não poderia ser feita como uma produção manufatureira de corte e costura, ou como uma simples ordenação de fatos previamente estabelecidos pela realidade. Para ele, a História não é uma busca por uma verdade a ser revelada, pelo simples fato de que esta verdade não existe. O trabalho do historiador não deveria basear-se na busca por fatos verídicos, mas sim na produção da verdade, ou seja, na análise das mais variadas verdades que tentam se impor no cotidiano. Desta maneira, deve-se entender os acontecimentos históricos de forma desnaturalizada, eles não existem como dados históricos bem articulados entre si, obedientes a uma linearidade histórica que esperam para ser revelados pelo historiador. Um acontecimento histórico só é elevado a tal status a partir do momento que o historiador o resgata e o constrói como tal.

Após a análise do viés teorizante, nos deteremos a uma análise prática, na qual se discutirá os conhecimentos e narrativas historiográficas construídas acerca da princesa Isabel e as muitas memórias constituídas a partir das produções sobre esta personagem. Esta que, ao longo do tempo, oscilou entre o status de “redentora” ao de mero engodo, passando por períodos de esquecimento. Nesta discussão, consideraremos as divergências referentes à memória da personagem dentro da historiografia contemporânea. Com isto, pretende-se demonstrar como o que poderia ser entendido como um objeto histórico ao ser analisado de um ponto de vista transdisciplinar e sobre a ótica teórica que será apresentada ao longo do trabalho, jamais pode ser entendido como um “objeto” nos moldes tradicionais de pesquisa. Ou seja, como algo já existente e sobre o qual o pesquisador vai apenas se debruçar com o intuito de resgatar. Nos moldes teóricos que serão apresentados ao longo deste estudo o objeto vai se construindo ao longo da pesquisa, sem jamais se constituir de forma completa, acabada e absoluta. Essa percepção enfatiza a importância da necessidade de se repensar e visitar de forma constante a História e a memória oficial. Esta crítica permanente nos afasta do risco de imobilizar narrativas, nos permite redimensionar os fatos e salvar<sup>5</sup> as possibilidades de histórias perdidas na cristalização de narrativas oficiais.

O objeto escolhido para esta pesquisa, dona Isabel Christina Leopoldina Augusta Michaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Orleans e Bragança (1846-1921), a princesa Isabel, herdeira do trono de Dom Pedro II, em uma época que o poder público no Brasil era monopolizado pelo gênero masculino. Regente do Brasil em três ocasiões, a mais célebre delas em 1887 – 1888, quando no dia 13 de maio do ano de 1888 assinou a lei número 3.353, que dava fim a legalização do uso de mão

<sup>5</sup> O termo salvar remete a um conceito benjaminiano que será discutido adiante.

de obra escrava no país.<sup>6</sup> Ainda hoje em grande parte dos manuais de história do Brasil<sup>7</sup>, a princesa é citada apenas no momento da assinatura desta lei e da lei do ventre livre. A assinatura da lei áurea proporcionou à princesa a ascensão ao status de redentora e libertadora de todo um segmento social.

Pode-se afirmar que em um momento imediatamente posterior a assinatura da lei áurea a imagem da princesa como redentora dos ex-escravos foi veiculada sistematicamente,<sup>8</sup> e cristalizou-se como ponto de referência ao se falar na “extinção” da escravidão no país. Ao menos, era essa a memória que se constituía em grande parte do segmento social que havia se beneficiado com a liberdade a partir da promulgação daquela lei e também por representantes do movimento abolicionista, como André Rebouças, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. O historiador Daibert Junior, acredita que, por parte dos ex-escravos, essa percepção se deve a vestígios da cultura africana ainda muito enraizadas na memória coletiva daquele segmento, que provinha de uma cultura monárquica e por isso se identificavam com reis, rainhas, príncipes além de toda uma estrutura de corte real (DAIBERT JUNIOR, 2004.). Este processo também pode ser identificado na obra de Silva: Dom Obá II, o Príncipe do povo (SILVA, 1997.).

Em oposição a constituição da memória de Isabel, como redentora de uma raça, após a proclamação da república, e conseqüentemente o fim do regime monárquico no Brasil, existe a tentativa de rejeitar a figura de Isabel como uma forma de deslegitimar feitos do antigo regime. O que acontece ao longo dos anos é um embate entra a minimização do 13 de maio, que em alguns momentos chega a ser classificado como um engodo, diminuindo, ou até extinguindo, o papel da princesa no que se refere ao fim da escravidão como uma prática legal e institucionalizada e a visão de Isabel como redentora e “santa” libertadora de todo um segmento social. Durante um período a historiografia brasileira ignora completamente a personagem, havendo uma inexistência de trabalhos referentes a ela, e quando a historiografia passa a estudá-la, reflete esse embate de forma a construir conclusões múltiplas.

---

<sup>6</sup> Nessa pesquisa busca-se evitar termos usualmente utilizados como: “abolição da escravatura” ou “fim da escravidão”. Isso se dá por entender que a assinatura daquela lei, apesar de criminalizar e desinstitucionalizar a prática da escravidão, não colocou um fim a esta atividade que ainda hoje pode ser encontrada no país. Mesmo que com configurações extremamente diferentes.

<sup>7</sup> Aqui o uso da palavra história está sendo utilizado com a letra inicial minúscula por se tratar de manuais de forma bem geral. Eu me refiro a manuais de história científica, manuais didáticos e até manuais sobre a história elaborados por autores leigos.

<sup>8</sup> Aqui, especificamente, refiro-me a uma veiculação por meio de jornais da época, de relatos de abolicionistas e da parcela da sociedade que foi de alguma forma beneficiada com a promulgação da lei que criminalizava o uso de mão de obra escrava. Contudo, é importante ressaltar que essa veiculação da imagem da princesa como redentora busca ser freada a partir da implantação do sistema republicano em 1889. Isto também será discutido de forma mais aprofundada ao longo do trabalho.

Ao longo do século XX, apenas três trabalhos historiográficos de destaque tiveram a princesa como objeto de estudo. O primeiro foi um livro intitulado “A Princesa Isabel: A redentora”, de autoria de Calmon e publicado na década de 1940 (CALMON, 1941), o segundo foi também publicado na década de 1940 e chamado “Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras” (VIEIRA, 1989) de autoria do historiador Vieira. E por fim uma obra de Lacombe, de extrema importância, sobretudo no que se refere a sua pesquisa documental e que se chama “A Princesa Redentora”, publicado na década de 1980 (LACOMBE, 1989). Estas três obras estão ligadas a uma forma de fazer história tradicional. As obras abordam a personagem exaltando-a e perpetuando a imagem de redentora e libertadora. Apesar de se tratarem de excelentes trabalhos de pesquisa e levantamento documental, as obras não problematizam ou relativizam a personagem e o contexto em que ela está inserida, e dão margem a cristalização da imagem da princesa redentora, o que acaba por legitimar uma memória de cunho binarista.

Após a publicação destas três obras, apenas no início do século XXI são realizadas e publicadas pesquisas de teor científico que tenham a princesa Isabel como objeto de estudo. Nestas, encontram-se construções divergentes no que se refere à constituição da memória desta personagem. O historiador inglês Barman (2005), em sua obra denominada: “Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX”, contextualiza a posição do gênero feminino no século XIX e constrói a memória de Isabel como uma mulher de seu tempo, portanto longe de posicionamentos e ideias progressistas. O autor entende a princesa como uma mulher submissa às vontades de seu pai, o imperador Dom Pedro II, e de seu esposo, o conde D'eu. Barman entende que o imperador era uma pessoa extremamente ligada ao poder e que devido a isso, não teria preparado a princesa para assumir seu cargo. As regências, segundo este autor, seriam meras continuções da política de seu pai e não refletiriam em momento algum um posicionamento político ou algum tipo de planejamento que visasse a legitimação de um terceiro reinado. Para Barman as preocupações da princesa se voltam para esfera privada. Havendo por parte da personagem um completo desinteresse e despreparo para os assuntos do âmbito da esfera pública. Na introdução de sua obra, Barman, esclarece que seu livro tem três objetivos:

Em primeiro lugar, o texto permite que D. Isabel fale por si por intermédio de copiosos extratos de cartas e memórias (...). A segunda meta é apresentar, tanto quanto possível para um homem, uma análise “feminista” da vida de D. Isabel (...). O terceiro objetivo – talvez o mais importante – é usar a vida da princesa como um veículo para a compreensão da reciprocidade entre gênero e poder no século XIX. (BARMAN, 2005, p. 11/12)

Dentre os três objetivos propostos pelo autor, gostaríamos de enfatizar o primeiro. Barman entende que o uso da documentação produzida por dona Isabel faz com que “ela fale por si”. Ao afirmar isso, o autor, parece se retirar de uma posição de agente construtor de memórias e de narrativas historiográficas. Ele dá a entender que a História da princesa apresentada em seu livro é um mero resgate do passado e não uma construção a partir de si e do tempo presente, o que, ao lermos a obra, percebemos que não é verdade. A narrativa construída por Barman é repleta de hermenêutica e de posicionamentos.

A historiadora Del Priore (2013) no livro: “O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil e Gastão de Orléans, conde d'Eu” tem um posicionamento semelhante ao de Barman. Nesta obra a autora utiliza uma linguagem fácil, direta e pouco acadêmica, sem, no entanto, deixar de lado o rigor científico na construção de sua pesquisa. Del Priore ao longo de seu trabalho demonstra uma personagem com poucos, ou nenhum, pensamentos progressistas e posicionamentos políticos. A Isabel construída na pesquisa da historiadora é uma senhora ligada apenas a assuntos familiares e religiosos. Em sua pesquisa Del Priore posiciona-se contra o que se pode identificar como uma campanha para “canonizar” a princesa imperial. A autora ainda reforça essa opinião em uma biografia publicado sobre o príncipe Pedro Augusto de Saxe e Coburgo<sup>9</sup>, denominada “O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial”. Nesta obra a autora traz à tona relatos de que mesmo com a saúde do imperador dom Pedro se deteriorando cada vez mais, os maiores interesses da princesa eram “a música, a religião, as orquídeas, o jardim e os filhos” (DEL PRIORE, 2007, p.86). Ainda nesta biografia a autora trabalha a hipótese de que o imperador estaria propenso a quebrar a linha sucessória e fazer de seu neto primogênito seu sucessor, pois estaria “persuadido de que a monarquia teria mais a lucrar com o neto do que com Isabel.” (DEL PRIORE, 2007, p. 75)

Em uma linha de pensamento distante da de Del Priore, o biógrafo e historiador da princesa Daibert Junior publicou o livro: “Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos 1846 – 1988”,(DAIBERT JUNIOR, 2004). Neste livro, o autor trata de forma mais direta questões sobre a construção e as disputas em torno da memória da princesa, desde o momento da criminalização da escravidão, quando ela passa a ser vista como uma redentora, até

---

<sup>9</sup> Pedro Augusto Luis Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Saxe-Coburgo e Bragança, nasceu em 19 de Março de 1866 e faleceu em 7 de Julho de 1934. Era o filho mais velho da irmão caçula de Isabel, Leopoldina de Bragança, e neto mais velho do imperado Pedro II. Durante seus primeiros anos de vida devido à ausência de filhos do casal D'Eu foi o segundo na linha sucessão do império brasileiro e alimentou por toda a sua vida o sonho de substituir seu avô no trono imperial.

os dias de hoje passando por momentos de esquecimentos ou de alguma forma de deslegitimação e desvalorização. Daibert Junior, em sua pesquisa, tenta demonstrar que houve uma tentativa do imperador em legitimar um terceiro reinado, ao ligar o nome da princesa às leis abolicionistas. Para este autor, o imperador teria, com isso, o objetivo de vincular o terceiro reinado junto a classes econômicas emergentes naquele momento que começavam a se colocar contra a escravidão e a favor de uma modernização do país que passava pela adoção da mão de obra livre. O autor chega a comparar a assinatura da lei áurea com o fenômeno taumaturgo estudado por Bloch na obra “Os reis taumaturgos” (2005),<sup>10</sup> ambas como estratégias de legitimação e perpetuação no poder.

Esse mesmo autor em sua tese de doutorado chamada “Princesa Isabel (1846-1921): a política do coração entre o trono e o altar” (DAIBERT JUNIOR, 2007) apresenta uma hipótese que combate a memória da Isabel redentora que teve suas ações guiadas por sentimentos humanitários e superiores inerentes a personagens de sua grandeza. Para esse autor, Isabel tinha uma visão de mundo construída por seus sentimentos e por sua devoção à igreja católica e essa visão não teria gerado ações de cunho simplesmente altruístas mas teria sido a forma que Isabel encontrou de pavimentar suas ações políticas e sua caminhada em busca de seu reinado, o autor chamou isso de a “política do coração”.

Em uma outra linha de pensamento encontra-se o autor Eduardo Silva e seu livro: “As camélias do Leblon e a abolição da escravatura”. Este livro não tem a princesa Isabel como objeto de pesquisa, mas sim, o aparecimento de um novo modelo de resistência que o autor chama de quilombo abolicionista. Entretanto, ao longo da obra, observa-se que o autor visualiza a princesa como uma pessoa com genuínos pensamentos abolicionistas e que, em certos momentos, teria efetivamente se posicionando a favor e ajudado o movimento abolicionista (SILVA, 2003).

Por fim na dissertação de mestrado da historiadora Maria Luiza de Carvalho Mesquita, defendida no ano de 2009 no programa de mestrado em história da Universidade Severino Sombra (MESQUITA, 2009), defrontamo-nos com uma pesquisa que, por meio da análise de cartas, diários e jornais, investiga uma ação política e um projeto que tem como objetivo dar sustentação popular ao terceiro reinado. Neste trabalho, a autora tenta derrubar as visões anteriores e defende que a princesa não foi nem uma simples e generosa redentora e nem uma personagem revolucionária, até

---

<sup>10</sup> Nesta obra, o historiador francês, apresenta um estudo sobre a crença de que os reis de França e Inglaterra tinham o poder de cura pelo simples toque de suas mãos. Esse ritual que perdurou do século XII ao século XVIII, assim como outras formas de prestigiar os poderes sobrenaturais de dinastias régias, pode ser entendido como uma forma da monarquia se legitimar e se perpetuar no poder. Utilizava-se a crença popular em um poder miraculoso e no caráter santificado do rei para a forja de um poder político.

aqui em um posicionamento semelhante ao de Daibert Junior (2007), mas sim, uma mulher com autonomia e visão política própria. No trabalho desta pesquisadora:

Está sendo dada ênfase nos períodos em que a Princesa ocupou a regência do Império, sobretudo na terceira (1887 – 1888), a qual seus contemporâneos perceberam como início do Terceiro Reinado. Através da análise de cartas, diários e jornais, investiga-se sua ação política e sua adesão ao projeto reformista dos abolicionistas da Corte, com a finalidade última de dar uma sustentação mais ‘popular’ ao seu reinado. Da mesma forma, analisa-se o projeto de reformas políticas e sociais elaborados por esses últimos para ser posto em prática durante o ‘reinado’ de Isabel. Finalmente, pretende-se demonstrar, ao contrário de visões historiográficas anteriores, que a Princesa não foi simplesmente uma piedosa ‘Redentora’, nem um personagem revolucionário, mas uma mulher de seu tempo, com autonomia e visão política, ciente do papel que teria que desempenhar no cenário político brasileiro. (MESQUITA, 2009, p. 05)

A pesquisa utilizará como obras referenciais e foco do trabalho as pesquisas de Barman, Daibert Junior, Del Priore e Mesquita. Contudo isso não significa que estas serão as únicas obras a serem analisadas, pretende-se também a análise de outras obras publicadas em livros ou artigos que serviram como apoio.

Todas as obras trabalham essencialmente com a correspondência pessoal da princesa e com notícias publicadas pela imprensa da época como instrumento primário de pesquisa para a construção de um perfil biográfico. E, como foi dito, delas surgiram construções diversificadas e que estão longe de chegar a um consenso sobre a memória desta personagem histórica. Contudo, um elemento, ainda pouco explorado, entra em cena recentemente, um elemento que na verdade foi o que impulsionou essa pesquisa. Em meados do ano de 2006 o tema que eu havia desenvolvido para o trabalho de conclusão do curso de graduação em História havia sido negado pela instituição em que cursava a graduação. O motivo: as fontes que eu utilizaria na pesquisa não eram documentos originais mas sim uma coletânea de fontes transcritas publicadas pelo ministério da educação na década de 1940. Os documentos originais encontravam-se no arquivo da torre do tombo em Lisboa e escritos em neerlandês. A localização e a língua em que se encontravam aquelas fontes impossibilitavam que a pesquisa fosse feita através delas, e a ideia de que a História se constrói e se legitima apenas a partir de um determinado vestígio impossibilitou a pesquisa.

A partir dessa incisiva negativa iniciou-se a busca por um novo assunto a ser pesquisado. Esse assunto surgiu quase que como uma obra do acaso, caminhando pelas ruas do centro da cidade a reportagem de capa de uma revista de história, produzida por historiadores, mas que tinha como público-alvo tanto estudantes quanto um público leigo, chamou-me a atenção. A reportagem da capa

dizia: “Princesa Isabel: carta inédita revela planos para indenizar ex-escravos, fazer reforma agrária e criar voto feminino”. No interior da revista o artigo traz à tona a “descoberta” de uma carta escrita por Isabel, com data de 11 de agosto de 1889 e endereçada ao Visconde de Santa Victória, espécie de braço direito do Barão de Mauá. Nesta correspondência a princesa tratava abertamente de temas que ainda hoje são vistos como tabu, como a reforma agrária, de outros que eram extremamente progressistas como o sufrágio feminino e de temas que acirravam os ânimos da sociedade brasileira oitocentista como a indenização à população ex-escrava.

Ao analisarmos esta carta, encontramos uma princesa que, além de negar os pedidos da elite brasileira por indenização aos ex-proprietários, se articula da seguinte maneira “os fundos doados pelo Sr. teremos a oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos”. Ademais, busca-se articular politicamente com medalhões da política imperial como os senhores Rebouças, Patrocínio e Dantas, que segundo a princesa “poderão dar auxílio a partir do dia 20 de Novembro quando as Câmaras se reunirem para a posse da nova Legislatura. Com apoio dos novos deputados e os amigos fiéis de papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil!”. Pois, ainda segundo a princesa, nesta mesma correspondência “não fiquemos mais no passado, pois o futuro nós será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais um pouco. Pois as mudanças que tenho em mente como o senhor já sabe, vão além da libertação dos cativos.” E entre estas mudanças, a princesa almejava “libertar as mulheres dos grilhões do cativeiro domésticos” através do sufrágio feminino, pois “se a mulher pode reinar também pode votar”(Apud LEAL, 2006, p. 71)<sup>11</sup>.

Diante disso, vemos um documento de arquivo, até então “perdido” e fora das práticas documentárias institucionais, vir à tona trazendo novas e relevantes informações sobre a personagem. Historiadores privilegiam documentos de arquivos e os utilizam, talvez, como principal material para a concepção de suas narrativas históricas, o que faz com que eles tenham papel preponderante na construção da realidade social. Portanto, busca-se compreender através do surgimento desta correspondência, como a “descoberta” de um único documento arquivístico pode influenciar na construção de memórias antes consolidadas, debatendo, desta forma, o subsídio de fontes arquivísticas na construção da realidade do conhecimento histórico e a consequência que “achados” desse porte podem vir a trazer às narrativas fechadas e homogêneas.

---

<sup>11</sup> Optou-se por utilizar a grafia atual nos documentos utilizados ao longo do trabalho.

Assim é possível perceber como aquela personagem histórica foi capaz de se constituir como múltiplas personagens e, desta maneira, desembocar em interpretações diversificadas, além de servir como um local de conflitos e criação das mais variadas memórias. Desta forma, a História é entendida como Benjamin e Foucault a pensaram, ou seja, como um campo de construções, conflitos e ressignificações de memórias. Com isso tentaremos demonstrar a importância da necessidade de repensar a História de forma constante, de revisita-la buscando de alguma maneira impedir sua cristalização e ao entendê-la como instrumento de construção de memórias, mas não livre do posicionamento do pesquisador, do ouvinte e do tempo, sendo este ponto essencial ao longo do trabalho.

Por fim, é importante deixar claro que esta é uma pesquisa que tem como foco uma maneira de se construir conhecimento historiográfico e como essa forma de construção de conhecimento se relaciona com a constituição de memórias diversificadas e múltiplas. Valorizando, assim, o entendimento de que a História é uma construção processual e aberta. Portanto, não se pretende na última parte do trabalho, a elaboração de uma análise biográfica, mas sim a demonstração de como os marcos teóricos apresentados se dão na pesquisa de objetos históricos. Assim sendo, na parte final desta pesquisa, enfatizaremos alguns momentos em que as divergências historiográficas e a constituição de memórias múltiplas são mais evidentes. Além disso, na elaboração da escrita da pesquisa não se teve a preocupação com a organização de uma narrativa completamente linear no aspecto cronológico. Contudo para um melhor entendimento do objeto a ser estudado se faz necessária a compreensão do todo. Dito isto, é importante evidenciar que as notas de rodapé terão uma função didática essencial, buscando contextualizar e explicar momentos e personagens importantes para uma compreensão mais ampla do contexto geral, mas que se explicados no corpo do texto causariam uma ruptura na narrativa que o autor julgou ser desnecessária.

## 1. AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS HISTÓRICAS E DE VERDADES NAS TESES DE WALTER BENJAMIN

Benjamin foi um filósofo marxista não ortodoxo da primeira geração da escola de Frankfurt. Essa escola de pensamento tinha como objetivo o desenvolvimento de uma teoria crítica da cultura e da sociedade e uma preocupação com o contexto social tendo como base a filosofia de Marx. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo tendo o pensamento de Marx como base, a escola de Frankfurt entendia que o marxismo tradicional não era capaz de dar conta do contexto atual da sociedade (primeira metade do século XX), e buscava, também, estabelecer uma conversa com a sociologia antipositivista, com a psicologia e com a filosofia. Benjamin, de certa forma, desenvolveu sua obra e caminhada intelectual nos limites exteriores aos muros acadêmicos. Na década de 1920, sua tese de livre docência, “A origem do drama trágico alemão”, é recusada na universidade de Frankfurt. O pensamento de Benjamin só viria a superar, de forma mais incisiva, os limites destes muros bem depois de sua morte. A obra de Benjamin é paradoxal sem ser contraditória, ela se constrói tendo como base uma variada gama de temas. O autor atuou como tradutor, crítico de literatura e ensaísta. Sua produção sempre tendeu para uma mescla entre abertura artística, a beleza da poesia e a criatividade filosófica. O que não impede que seu pensamento possa ser interpretado e utilizado dentro da “rigidez” e dos rigores da ciência. Percebe-se, na construção do pensamento e na escrita de Benjamin, uma ruptura com formas tradicionais representadas pelo modelo linear de início, meio e fim. O autor buscou construir reflexões que rompessem com este modelo e que se apresentassem na forma de redes que se inter-relacionassem conectando grande parte de sua produção. Isso significa que, ao longo de sua obra, reflexões são colocadas de maneira fluída permitindo e estimulando um exercício constante de ressignificações, de reconstruções e de reelaborações de experiências. Por meio de suas narrativas é possível estabelecer pontes entre o passado, o presente e o que está por vir, sem que haja com isso a compreensão da existência de um dado primário, um dado bruto originário, de um significado anterior fechado que passe a ser ressignificado a partir de determinado momento. Neste aspecto recordar não pode ser entendido como uma forma de se reviver, mas sim como uma reformulação constante, como um modo de luta que contraria uma lógica de progressão linear e imutável de produção de conhecimento.

Dentro desta lógica de construção de reflexões em forma de redes que possibilitam constantes reconstruções e recomeços, contrariando, portanto, um modelo de progressão linear, o

filósofo, ao longo de sua vida, produziu diversos textos que se inter-relacionaram e estabeleceram uma crítica e uma análise do período de transitoriedade paradigmática para o mundo, marcado uma forma de vida mais acelerada, dinâmica, efêmera, refletida em um esfacelamento social e repleta de experiências vividas isoladamente. Benjamin analisa sintomas de uma sociedade que está em processo de mudanças paradigmáticas e estruturais e como essa transição impossibilita práticas tradicionais antes consolidadas, além de ocasionar a exigência do advento de novas formas de se relacionar com a realidade social.

Outro aspecto que deve ser evidenciado antes de adentrarmos a discussão central deste capítulo é a escolha por utilizar, sempre que possível traduções feitas por um mesmo tradutor. No caso dos textos de Benjamin, optou-se por utilizar as obras traduzidas por Rouanet. É importante deixar essa escolha clara, tendo em vista que o próprio Benjamin era um tradutor e chegou a produzir um texto em que propôs pensar a tarefa do tradutor<sup>12</sup> (1921/2013). Esse texto é imaginado e começa a ser produzido a partir de uma tradução que Benjamin faz dos poemas de Baudelaire. Nesse ensaio após ter passado pela experiência da tarefa de um tradutor, Benjamin passa a refletir sobre ela. Ao longo desta reflexão, Benjamin faz constantes referências, considerando a obra literária como uma obra de arte, e atribui a tradução, um papel crucial e significativo a continuidade vital destas obras. Para Benjamin:

Da mesma forma como os cacos de um vaso, para serem recompostos, devem encaixar-se uns aos outros nos mínimos detalhes, mas sem serem iguais, a tradução deve, ao invés de procurar assemelhar-se ao sentido do original, conformar-se amorosamente, e nos mínimos detalhes, em sua própria língua, ao modo de visar do original, fazendo com que ambos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior, como cacos são fragmentos de um vaso. E precisamente por isso, ela deve, em larga medida, abstrair do sentido, da intenção de comunicar algo, sendo-lhe o original essencial apenas pelo fato de já ter eliminado para o tradutor e sua obra o esforço e a ordem necessários à obrigação de comunicar (BENJAMIN, 1921/2013, p. 115)

Neste sentido, “a tarefa do tradutor é redimir, na própria, a pura língua, exilada na estrangeira, libertar a língua do cativo da obra por meio da recriação [*Umdichtung*]” (Benjamin, 1921/2013). Assim, Benjamin busca defender a tarefa do tradutor e conceder a ele uma relativa liberdade em seu ofício, não com algo rígido e engessado, mas, como um exercício com possibilidades poéticas além da mera tradução. Demonstra-se que a tarefa do tradutor estabelece uma comunicação entre a linguagem, a filosofia e a própria tradução desdobrando-se então como

---

<sup>12</sup> Ao longo do trabalho os únicos textos de Benjamin em que não usarei uma tradução de Rouanet, serão este texto sobre a tarefa do tradutor que foi traduzido por Susana Kampff Lages e a introdução da “Origem do drama trágico alemão” por João Barrento

crítica. Desta maneira, a tradução seria uma reflexão do texto sobre ele mesmo, em que habita um embate dialético entre a liberdade e a fidelidade.

Portanto, Benjamin entende que é um equívoco de quem traduz conservar o estado de sua própria língua, em vez de se deixar abalar pela língua estrangeira, de forma a libertar a obra traduzida por meio de uma recriação, que acaba por fim, liberando o tradutor das grades do silêncio.

Contudo:

Admite-se com isso, evidentemente, que toda tradução é apenas um modo algo provisório de lidar com a estranheza das línguas. Permanece vedada aos homens (ou pelo menos não pode ser aspirada imediatamente) uma solução não temporal e provisória para essa estranheza, uma solução instantânea e definitiva. (...) Portanto, a tradução, embora não possa pretender que as obras perdurem – e nisso diferencia-se da arte -, não nega seu direcionamento a um estágio último, definitivo de toda construção da linguagem. (BENJAMIN, 1921/2013, p. 110)

Portanto, como dito anteriormente, a tradução não deve assemelhar-se de forma bruta e com extrema rigidez ao original e sim conforma-se com os detalhes e nuances de sua própria língua. Desta forma, a tradução tal como a própria obra que se traduz é vista como uma construção representativa de certa realidade, de certa sociedade ou de certa cultura o que acaba por constituir uma ligação do mundo material, do vivido por aquele tradutor com o abstrato imaginado pelo autor ao construir a obra que está sendo traduzida. Trata-se da aceitação da diferença como possibilidade de tradução. Então, no pensamento de Benjamin a tradução se apropria da obra e a obriga ir além de si própria, o que não deixa de ser um paradoxo já que a presente análise feita neste momento se dá a partir de uma tradução do texto original.

Neste contexto, ao estudar a obra do autor, sobretudo os textos que abordam mais diretamente questões referentes às construções narrativas, à transmissão de experiências e a produção de conhecimento histórico, torna-se possível questionar que tipo de transmissão de saberes, de histórias ou de experiências, são possíveis, a partir do início do século XX e do advento das práticas céleres, cada vez mais efêmeras da contemporaneidade. Que formas de expressões e de transmissões sobrevivem à decadência das tradições? Como as múltiplas possibilidades de ressignificações se apresentam na construção de histórias, narrativas historiográficas e constituição de memórias? O conhecimento histórico é um saber linear, cristalizado e oficial, resgatado a partir da mera acumulação de dados e fatos pretéritos? Ou ele pode ser entendido como uma construção dinâmica e constante do passado e do futuro, a partir do tempo presente?

Sobre esses temas e questões, Benjamin desenvolve uma teoria da narrativa e uma teoria sobre o conceito de História que atravessam grande parte de sua obra sem, no entanto, apresentar um caráter conclusivo. Interrogações sobre o declínio da narrativa tradicional, o advento de novas formas de transmissão de saber e de experiências e contemplações sobre como se contar uma história ou “a” História são colocadas por este autor de forma inconclusiva e aberta. Para este filósofo, mais do que apresentar conclusões, se faz pertinente colocar debates em evidência, gerar reflexões e deixar em aberto a possibilidade de múltiplas construções.

Dito isso, percebe-se que Benjamin usou como estratégia filosófica, em parte substancial de sua obra, o inacabamento, a abertura e a ausência de conclusões definitivas. Com efeito, por meio desse inacabamento proposital, o filósofo deixa em aberto a possibilidade das múltiplas interpretações e ressignificações de sua produção. Essas ressignificações denotam que o passado se transforma a partir do presente tal como ele transforma o presente e o que está por vir. Nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido, da mesma forma que não pode ser considerado como algo encontrado em sua totalidade. Nesse sentido, podemos compreender a ideia da inexistência de um dado bruto e primário. “O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade”(BENJAMIN, 1940/2012, p. 243). Assim, a representação do passado é submetida ao processo histórico, no qual a construção de narrativas historiográficas deixa de ser entendida como algo acabado, rígido e definitivo, assim como o ofício do historiador deixa de ser entendido como algo meramente contemplativo.

Neste sentido, é impressionante notar o quanto Benjamin busca demonstrar potência e positividade nesta “não conclusão”, nas múltiplas possibilidades de infinitas alternativas que podem advir da morte, do fim, dos vestígios, das rupturas e das ruínas antes relegadas ao esquecimento. É significativo o fato de que Benjamin se suicida com um de seus grandes projetos inconcluso materialmente, a obra sobre as passagens em Paris, na qual o autor vinha trabalhando desde ao menos 1927, e que as teses sobre o conceito de história tinham o “fim de servir de base a uma espécie de introdução epistemológica” (ROUANET 1990, p. 24). É justamente o fato dessa obra ficar inconclusa o que dá o toque final de poesia a uma vida que foi permeada por essa característica:

Ele não dispôs sua vida com a sabedoria administrava do profissional, mas com a deriva dolorosa de quem se sente sempre num lugar provisório e, ao mesmo tempo, persegue tenazmente alguns fins. Essa conjunção fez com que seus movimentos fossem lerdos, segundo uma razão instrumental, e gráceis, segundo uma razão moral, mas, sobretudo que tivessem algo de profético: os destinos da Alemanha e

da perseguição nazista parecem realizar-se com naturalidade sobre este judeu, o mais refinado da intelectualidade europeia, que nunca se sentiu em casa em lugar nenhum. Sua morte em uma obscura travessia de fronteira demonstra invertendo sua famosa 'Tese sobre a filosofia da história', que todo ato de barbárie pode supor, da parte de quem o sofre, um ato de cultura. O suicídio de Benjamin marca o momento em que alguém – que sabe não ter terminado sua obra, mas sabe, também, que não a terminará nunca, porque assim a concebeu desde o início – escolhe morrer na Europa, quando a Alemanha nazista impunha ou fechava essa escolha a centena de milhares. Benjamin resgata ante os nazistas a dignidade humana daqueles 'homens alemães' cujo as cartas ele havia compilado pouco antes para mostrar que a Alemanha, em sua história, não havia produzido somente barbárie. (SARLO, 2013, p. 28.)

Tendo como referencial estas singularidades brevemente apresentadas que permeiam todo o pensamento deste filósofo passaremos, a partir de agora, a discutir o papel da construção historiográfica e da memória na filosofia da história e da linguagem de Benjamin, com ênfase em seu texto sobre “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012) e em suas teses “Sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1940/2012).

### **1.1 Walter Benjamin: o narrador**

Uma teoria da narrativa se desenvolve por grande parte da obra de Benjamin, sobretudo, de forma mais direta, em dois textos específicos: “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012) e “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1933/2012). Neles o filósofo aborda, de maneira mais incisiva, o relativo fim da narrativa tradicional ou “a crise da transmissão e da transmissibilidade” que, segundo Benjamin, “caracteriza a modernidade – deduzida, em termos marxistas, a partir do desenvolvimento do capitalismo e da generalização da forma mercadoria” (GAGNEBIN, 2014, p. 27). Para Benjamin esta crise da transmissão proporciona a ascensão de outras formas de se constituir e de se disseminar um saber ou uma experiência, vista por ele como um momento chave na transição para o mundo moderno. Benjamin, como de costume, coloca a contemplação destas indagações de forma aberta e inacabada. Ao analisar essas questões, Gagnebin (2009) demonstra que essas são reflexões que ultrapassam as barreiras que pretendem dividir de forma fragmentária os diversos campos do conhecimento e os limites de um objeto puramente teórico e se situam nas mais variadas áreas do saber e da vida material da sociedade:

Uma destas questões essenciais e sem resposta poderia ser definida, em termos benjaminianos, como o fim da narração tradicional. Ela se coloca com força em

toda literatura moderna e contemporânea, nas discussões históricas e historiográficas e na reflexão filosófica atual – chamada ou não de pós moderna – sobre o “fim das grandes narrativas”. (...) Especialmente dois ensaios de Walter Benjamin, dois ensaios quase contemporâneos, tratam desse tema: “Experiência e pobreza” de 1933 e “O narrador”, escrito entre 1928 e 1935. Porque a partir destes dois textos? Porque eles iniciam com descrições semelhantes, às vezes literalmente semelhantes, para chegar a conclusões que podem parecer opostas, contraditórias até. É a presença desta oposição que nos assinala, justamente, a gravidade da questão colocada. (GAGNEBIN, 2009, P. 49)

Para a autora, apesar de sua aparente oposição, ambos os ensaios partem daquilo que Benjamin chamou de declive da experiência e do relativo fim de formas tradicionais de narrativas e de transmissão de um saber. Estes temas perpassam a reflexão de Benjamin sobre as transformações estéticas, sobre o declínio da aura e do sensível pela qual passa a sociedade no início do século XX. Eles fazem parte de uma espécie de “arqueologia da modernidade”<sup>13</sup> construída pelo autor. Benjamin, entende que a arte de narrar experiências está em vias de extinção, tornando-se cada vez mais raro encontrarmos pessoas que saibam narrar uma história devidamente. É “como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”. (BENJAMIN, 1936/2012, p.213).

No ensaio “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012), apresentam-se considerações sobre a obra de Nikolai Leskov<sup>14</sup>, de maneira a estabelecer diferenças entre uma forma de transmissão de saber tradicional, representada neste autor, e que, segundo Benjamin, está em vias de extinção e formas de transmissão em ascensão naquele momento, personificadas pelo romance e pela informação. Benjamin, entende que a narrativa de Leskov é uma forma de nos distanciarmos do autor, em um sentido de abrirmos possibilidades para as nossas próprias interpretações sobre o que está sendo narrado. A crítica de Benjamin gira em torno do fim destas práticas, por motivos considera óbvio:

as ações da experiência estão em baixa. E tudo indica que continuarão caindo em um buraco sem fundo. Basta olharmos um jornal para nos convenceremos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior mas também a do mundo moral sofreu transformações que antes teríamos julgado como absolutamente impossíveis. Com o advento da guerra mundial tornou-se manifesto um processo que desde então segue ininterrupto. Não se notou, ao final da guerra, que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável? E o que se

<sup>13</sup> Segundo Gagnebin, a arqueologia da modernidade pode ser compreendida como o processo de reflexão sobre as particularidades e diferentes configurações culturais, estéticas, filosóficas e sociológicas inerentes a transição das sociedades para a modernidade estudadas pelo autor ao longo de sua obra e que ele começa a refletir em momentos ainda anteriores aos trabalhos referentes ao declínio da experiência.

<sup>14</sup> Leskov, autor russo (1831 - 1895), pouco conhecido internacionalmente, escreveu narrativas sobre a cultura e o cotidiano do povo russo, tendo como base suas experiências como funcionário público e de viagens ao longo do país.

derramou dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 214)

É este o momento que o autor identifica como crucial para o declínio da faculdade de transmitir experiências, algo que é fundamental na prática da narrativa tradicional. O declínio das passagens de experiências e as conseqüentes transformações nas formas de transmissão e nos gêneros literários traz à tona um momento de transição, de crise da modernidade e do modo de vida da sociedade. Isto acaba ocasionando uma pobreza extrema, sobretudo no que se refere às experiências comunicáveis e transferíveis. Afinal:

nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela batalha material e a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos encontrou-se desabrigada, numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e, debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões destruidoras, o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 214)

A prática da narrativa é a prática de manter vivo o processo de disseminação e de composição de histórias. Destarte, lembrar ou narrar não é a descrição de um passado, de uma prática ou de uma experiência como ela realmente se deu, através de um dado bruto, prévio, de abordagens antecipadas e pensadas previamente ou de forma linear e progressiva, mas sim, o desdobramento infinito de imagens, memórias, histórias e da História. A fonte a qual recorrem os narradores é a experiência, que é acumulada ao longo de suas vidas e que passa de pessoa a pessoa absorvendo vestígios e marcas de cada narrador e, portanto, se reconstruindo constantemente e possibilitando uma constelação de potenciais alternativas infinitas de narrativas e interpretações. Na metáfora da constelação as estrelas são os vestígios, os fragmentos do passado que são interligados, vinculados em figuras legíveis no presente produzindo constelações e alternâncias de verdades. Gagnebin (2013) escreve sobre como Benjamin aborda o tema desta construção de uma constelação de narrativas históricas:

Benjamin já sugere que estes pontos isolados, os fenômenos históricos, só serão verdadeiramente salvos quando formarem uma *constelação*, tais estrelas perdidas na imensidão do céu, só receberam um nome quando um traçado comum as reúne. Esta metáfora da *constelação*, que explicita a tarefa redentora da Ideia, é retomada naquela citação, tal qual as ‘Teses’ a desenvolvem. Quando Robespierre cita a Roma antiga (Tese XIV), Benjamin vê nesta retomada, talvez inábil, o esboço de uma ligação inédita entre dois fenômenos históricos; graças a esta ligação, dois elementos (ou mais) adquirem um novo sentido e desenham um novo objeto histórico, até aí insuspeitado, mais verdadeiro e mais consistente que a cronologia linear (um pouco como esses jogos nos quais a criança deve interligar entre pontos

esparcos no papel que, subitamente, revelam uma figura insuspeitada). Em oposição à narração que enumera sequência dos acontecimentos como as contas de um rosário, este procedimento, que faz emergir momentos privilegiados para fora do *continuum* cronológico, é definido, no fim das “Teses”, como a apreensão de uma *constelação* salvadora. (GAGNEBIN, 2013, p. 15)

Portanto, a narrativa, a construção do conhecimento histórico e o próprio passado são salvos a partir do estabelecimento desta constelação salvadora que se manifesta em oposição ao historicismo ou a forma tradicional de construção de Histórias oficiais. Salvar a História significa entender as múltiplas possibilidades de interpretação contidas nos fatos, significa combater cristalizações homogêneas de verdades absolutas e dar potência às alteridades, aos vestígios, ao esquecido:

O passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram? Não tem as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é então, existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém na terra esteve á nossa espera. Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior a nossa, uma frágil força messiânica para qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BENJAMIN, 1940/2012, p. 242).

Retornando a questão das formas de narrativas tradicionais, Benjamin afirma que as melhores narrativas escritas são aquelas que mais tem semelhanças com as histórias orais transmitidas por narradores anônimos. Entre estes anônimos existem dois grupos que, ainda segundo Benjamin, se interpenetram de múltiplas maneiras. São eles o marujo, que é aquele que viaja e que portanto tem muito a contar sobre o exterior e que liga a imagem do narrador aquele que vem de longe, e o camponês, que apesar de nunca ter saído de seu país ganhou honestamente sua vida e conhece como ninguém as histórias locais:

“Quem viaja tem muito o que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. De fato, ambos estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas linhagens de narradores.(BENJAMIN, 1936/2012, p. 214/215)

Entende-se que o alcance real das narrativas e de seu potencial histórico só pode se dar de forma plena através da interpenetração destes dois estilos narrativos, o que leva Benjamin a entender que o aperfeiçoamento da prática narrativa se dá com os artífices medievais. Através dessa

metáfora percebe-se a importância da conjunção das experiências narrativas do camponês e do marujo e a necessidade de se incorporar marcas e vestígios nas transmissões de saber impossibilitando a sua cristalização e possibilitando sua constante recriação:

O mestre sedentário e os artifices viajantes trabalhavam juntos na mesma oficina; e cada mestre tinha sido um artífice viajante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro. Se os camponeses e os marujos foram os decanos da arte de narrar, foram os artifices a sua escola mais avançada. No sistema corporativo associava-se o conhecimento de terras distantes, trazido para casa pelo homem viajado, ao conhecimento do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 215)

Ao ligar o aperfeiçoamento da arte de narrar com a figura do artífice, Benjamin demonstra a importância do resgate dos vestígios e das ruínas na construção do saber e na transmissão de experiências. Ruínas, vestígios e detritos são palavras que carregam uma carga semântica negativa, mas que na filosofia de Benjamin podem se apresentar na posição de objetos de criação. O trabalho artesanal do artífice “imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1936/2012, p. 221) e trazem à tona as mais diversas marcas, vestígios e ruínas que foram deixadas para trás e que podem e tem muito a dizer. Gagnebin, entende que:

Ainda que o passado tenha realmente acontecido e deixado no presente marcas reais de sua existência, nada garante seu estatuto unívoco. Pode-se postular essa realidade passada, mas é impossível demonstrar com rigor - como num axioma de geometria - que ela apresentou exclusivamente tais qualidades e não outras. A “descrição” do passado é uma construção que obedece à interpretação de rastros de diversa ordem (documentos, arquivos, testemunhos etc.) e a injunções singulares de enunciação, ligadas ao presente específico do historiador. (GAGNEBIN, 2014, p. 27)

Desta maneira, percebe-se que através destes rastros é possível dar forma a um passado esquecido, reconstruir experiências e criar o novo. Ao se juntar os fragmentos de ruínas esquecidas e as marcas e vestígios deixados na argila do vaso, cria-se a possibilidade da salvação de um passado antes inacessível, abrindo um leque de múltiplas alternativas interpretativas para um fato que não é único e que através deste processo evidencia-se como múltiplo, ou seja, narrativas antes cristalizadas tornam-se maleáveis e suscetíveis as mais diversas gamas de interpretações. Neste modelo, a narrativa historiográfica deixa de ser vista como algo rígido, oficial e imutável e passa a ser encarada como uma possibilidade dentre inúmeras outras que estão apenas à espera do historiador para serem retiradas do limbo do esquecimento. E desta forma o passado é salvo. Ele é formado pelo pesquisador de um momento do presente e a própria concepção real do passado é submetida ao processo histórico.

Portanto, a salvação da História está ligada com a relação que Benjamin estabelece entre passado, presente e futuro e a possibilidade de resgatar e dar visibilidade às narrativas dos vencidos. Benjamin intensifica o tempo e através disto “o passado é salvo no presente porque nele o escritor descobre os rastros de um futuro” (GANGNEBIN, 2013, p. 89). Contudo, percebe-se também que ao se deixar para trás esses fragmentos e vestígios deteriorados ou ao não ser permitida a submissão do passado ao processo histórico de sua construção no tempo presente cristaliza-se e perpetua-se a História dos vencedores e as formas de transmissão de saber fechadas e dogmáticas.

Neste aspecto o pensamento de Benjamin se distancia da teoria de Nora (1993) na qual os locais de memória seriam lugares de construção de memórias artificiais, cristalizadas e de uma História oficializante. Para esse autor a construção da memória é apropriada pelo Estado que através da utilização de arquivos, celebrações, monumentos, da própria historiografia e dos mais diversos dispositivos, legitima os Estados nacionais e seu passado. Nora, entende que os vestígios encontrados nesses locais de memória não teriam a potência de tornar a memória e a História fluidas, mas sim, de cristalizar as construções narrativas provenientes destes saberes e o próprio passado que chega a nós.

Portanto, para Nora, os locais de memória se apropriam de uma memória sempre atual e aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, transformando em uma História oficializante e cristalizada que não passa de uma representação do passado. Contudo, para Benjamin, o passado não está morto, ao contrário ele se encontra vivo e pulsante pronto para se reconstruído a partir do presente. Os locais de memória (arquivos, museus, bibliotecas, patrimônios culturais...) não seriam locais de cristalização de um saber oficializado, ou ao menos teriam a possibilidade de ser mais do que isso. Eles também podem ser locais aonde encontram-se vestígios e fragmentos pulsantes e aonde existe a possibilidade da salvação constante da História.

Portanto, percebe-se que no pensamento de Benjamin:

O passado não é uma matéria inerte, mas um conjunto de palavras, vozes sentidos e imagens que se abriga o próprio texto que só se torna possível se o escritor se torna um cronista, alguém que não discerne de antemão os grandes e os pequenos acontecimentos e que se volta às conexões que se tornam possíveis a partir da passagem do tempo. (...) Para se elaborar uma legibilidade do passado, Walter Benjamin estudará a própria história da percepção moderna sobre o mesmo, se esforçando para abrir uma fenda na versão dominante de que o passado esteja acabado e de que o presente seja apenas uma transição mecânica entre aquilo que foi e o que ainda não é. (FERREIRA, 2011, p. 68)

Assim o narrador, através de suas narrativas, assume um papel ativo na construção do passado e é por isso que Benjamin afirma que de todos os empregos que Leskov teve em sua vida, o de agente russo de uma firma inglesa que o permitia viajar por todo o território russo foi o que mais contribuiu para sua produção literária. As viagens feitas à serviço desta firma enriqueceram tanto sua experiência do mundo como seu conhecimento sobre a condição russa. Isto permitiu a esse autor inter-relacionar as características inerentes do marujo e do camponês, assim como fez o artífice e assim como faz, de alguma maneira, o pesquisador contemporâneo, que hoje tem um acesso globalizante a informações, histórias, saberes e experiências. Acesso esse que nunca havia sido experimentado, da forma que o é em tempos atuais, em nenhuma sociedade histórica.

Quando Benjamin compara a narrativa ao processo artesanal de produção de um artífice, ele quer dizer que a narrativa no seu processo de transmissão se molda de forma a incorporar vestígios e rastros dos diversos narradores e ouvintes. “Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, se não na qualidade de quem as viveu, ao menos nas de quem as relata” (BENJAMIN, 1936/2012, p. 222). Portanto, na narrativa tradicional, assim como na obra filosófica de Benjamin, seria incorreto supor a existência de uma única interpretação para um dado, ou mesmo a existência de um dado bruto, pois ambas são carregadas de um caráter inconclusivo que sugere as mais diversas possibilidades de continuação, de criação, de lembranças e de esquecimentos, o que contraria pretensões a conclusões ou reflexões homogêneas. Tal aspecto nos leva a entender que todo trabalho narrativo é constituído no ato de lembrar e esquecer, o que de certa maneira aproxima a narrativa da concepção de História defendida por Benjamin e que será discutida mais adiante. Neste ponto se deve atentar para o fato de que o esquecimento não se opõe à memória ou à História, ao contrário, ele é parte constituinte destas, e ao se interrogar sobre o esquecimento abre-se a possibilidade para uma nova criação e combate-se a hipótese de que o passado esteja finalizado.

A partir da compreensão de que lembrar e esquecer assumem o mesmo papel na constituição de memórias e de narrativas, o esquecimento passa a ser entendido como potência.

Diz Benjamin, no fluxo de narração redimida “até o mar do feliz esquecimento” (*ins Meer glücklicher Vergessenheit*).

Nessa notável metáfora, o esquecimento não é sinônimo de perda, como ocorre tantas vezes na reflexão historiográfica de Benjamin, e como várias passagens das “Teses” o testemunham, o eco da crítica nietzscheana à concepção de uma memória reivindicadora e infinita. Em Nietzsche, como em Benjamin, trata-se de lutar contra a transformação da memória do passado numa espécie de repetência eternamente vingativa, nesse discurso interminável do ressentimento cuja primeira

meta não é, sob suas aparências piedosas, a fidelidade ao passado, mas sim ao presente. O esquecimento significa aqui a resposta ativa ao apelo do presente e à promessa do futuro. (GAGNEBIN, 2013, p. 110)

Então passa-se a recusar uma luta milenar contra o esquecimento. Ele deixa de ser um inimigo a ser combatido pelo historiador e passa a ser compreendido como uma categoria constituinte da construção do conhecimento, da memória e da narrativa, sobretudo, as historiográficas. Contrariando, desta forma, uma perspectiva que se apresenta desde o mundo antigo:

O primeiro “historiador”, Heródoto, também define sua tarefa como uma luta contra o esquecimento “para que o tempo não venha abolir os trabalhos dos homens e que as grandes façanhas realizadas, seja pelos Gregos seja pelos Bárbaros, não caiam no esquecimento”. Mesmo Tucídides, crítico de Heródoto e do memorável, quer salvar o relato da Guerra do Peloponeso para constituir uma “aquisição para sempre” (*Ktêma eis aei*), tesouro de ensinamentos que devem ser consignados para a memória futura da humanidade. Sem falar em Platão, para quem todo processo de formação do sujeito que conhece remete à atividade da reminiscência. Hoje ainda, literatura e história enraízam-se no cuidado com o lembrar, seja para tentar reconstruir um passado que nos escapa, seja para “resguardar alguma coisa da morte” (Gide) dentro da nossa frágil existência humana. (GAGNEBIN, 2013, p. 15)

A partir da perspectiva do esquecimento como potência, recusa-se a pretensão à universalidade e passa a se assumir que a segregação inerente ao esquecimento é parte constituinte da memória e das construções narrativas e históricas.

Se pudermos assim ler as histórias que a humanidade se conta a si mesma como fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente mais subterrânea, pelo refluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um ‘branco’ de memória mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração (GAGNEBIN, 2013, p. 15)

Portanto, o esquecimento torna-se condição para o próprio ato de lembrar e/ou pensar. E, além disso, ao pensarmos o esquecimento como um ato inerente à constituição de memórias, discursos oficiais e narrativas, caminhamos em direção ao entendimento de que o esquecimento é um campo de conflitos dentro do fazer social e, portanto, para o entendimento dele como uma construção desnaturalizada (GONDAR, 2000). Ao encararmos o esquecimento desta forma, nos afastamos da via da homogeneidade e potencializamos a possibilidade do heterogêneo, valorizando e dando força ao esquecimento. O esquecimento, a partir de então, passa a ser entendido como um espaço de criação, capaz de produzir um saber dentro de uma constelação de lembranças e de

narrativas. Desta maneira, as forças de Thanatos, assumem papel preponderante na criação de algo novo e a destruição passa a ser “vista como fonte do novo: para criar novas formas, será preciso destruir as antigas: a pulsão da destruição torna possível a criação.” (GONDAR, 2000, p. 42)

Portanto, percebe-se que a narrativa e a própria memória trazem no seu âmago a possibilidade de se reconfigurar, de acolher as mais diversas marcas através da própria destruição e da ruptura. Benjamin valoriza essas características da narrativa tradicional e constrói uma crítica ao fato de que a experiência passada de pessoa a pessoa, algo fundamental para a sobrevivência deste tipo de narrativa, definha até chegar às vias de extinção dentro do mundo moderno, ocasionando o advento de novas formas de transmissão de saber:

A arte de narrar aproxima-se do seu fim porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção. Mas este é um processo que vem de longe. E nada seria mais tolo do que ver nele um “sintoma de decadência”, e muito menos uma decadência “moderna”. Ele é muito mais um sintoma das forças produtivas seculares, históricas, que expulsam gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo, conferindo, ao mesmo tempo, nova beleza ao que está desaparecendo. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 217)

É neste aspecto que se estabelece um paralelo entre “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012.) e o ensaio “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1933/2012), no qual Benjamin traz à tona uma história que exemplifica aspectos da narrativa tradicional. Nesta história, Benjamin relata a fábula na qual um velho vinhateiro, em seu leito de morte, conta aos filhos que existe um tesouro enterrado no vinhedo da família. De posse desta informação os filhos cavam, cavam e cavam o vinhedo sem nada encontrar. No entanto, ao chegar o outono, a plantação da família se torna a mais abundante e rica de toda a região. Os filhos entendem que o pai não lhes deixou nenhum tesouro material, mas sim um aprendizado fortuito, uma esplêndida experiência. Nesta fábula encontramos a presença da morte como um fenômeno da criação de algo novo e como a razão central de narrar, além da transmissão de um saber aberto e passível de ressignificações e o ensinamento entre gerações através da comunicabilidade de experiências.

O declínio deste tipo de narrativa traz à tona diferentes formas de transmissão de experiências ou saberes. Em “O narrador”, Benjamin identifica duas destas formas de transmissão em ascensão, sendo uma delas o surgimento do romance no início do período moderno. Esta forma de transmissão se caracteriza pelo indivíduo solitário, pelo fechamento da história em si própria, sem a possibilidade do acréscimo de reinterpretações que resultariam nas diversas possibilidades de sentido. A difusão desta forma de transmissão está estritamente ligada ao advento da imprensa

moderna e difusão do livro, aspectos que também possibilitariam a segunda das formas de transmissão em ascensão identificada por Benjamin: a informação. Tal como o romance, a informação é uma forma de comunicação que difere da narrativa, pois está repleta de explicações e contém um significado fechado, o que pode impossibilitar diferentes formas de se reinterpretar, assim como de fornecer diferentes sentidos ao que é transmitido. Segundo Benjamin:

verificamos que com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora que ele, e, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação. (...) a informação, porém, aspira a uma verificabilidade imediata. Para tal, ela precisa ser, antes de mais nada, “compreensível em si e para si” (...) Se a arte da Narrativa é hoje rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva nesse declínio. A cada manhã recebemos notícias de todo mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão para tal é que os fatos já nos chegam impregnados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece é favorável à narrativa, e quase tudo beneficia a informação. Metade da arte narrativa está em, o comunicar uma história, evitar explicações. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 218/219)

Neste aspecto, essas formas de narrativa, identificadas por Benjamin, representam um conhecimento cristalizado e fechado em si próprio: “os dois têm em comum a necessidade de encontrar uma explicação para o acontecimento, real ou ficcional” (GAGNEBIN, 1987, P. 14). A informação precisa ser “crível” e controlável e o romance tem a necessidade da constante procura por um sentido que se feche em si, enquanto a narrativa tradicional está a serviço da problematização e do entendimento da possibilidade de múltiplas interpretações. Isso gera a necessidade de constantes revisitações a estes fatos, o que aproxima essa forma de narrar e transmitir, que é representada por Leskov no texto de Benjamin, com a forma de se construir conhecimento historiográfico defendida pelo autor. Ao se juntar os vestígios, resíduos e marcas que sobram do passado e da vida humana de uma forma geral, o narrador tradicional cumpre sua tarefa de maneira semelhante ao historiador descrito nas teses de Benjamin algo que discutiremos a seguir. (BENJAMIN, 1940/2012.)

No entanto, antes de entrarmos nessa discussão vale lembrar que existe beleza em forma de paradoxo apresentada no texto de Benjamin. O autor descreve a transição entre a forma aberta de se narrar, presente na narrativa tradicional, cujo representante é Leskov e outras formas de transmissão que se encontram em ascensão e que são carregadas de conclusões e de explicações fechadas

representadas pela informação e pelo romance. Para o autor a ascensão dessas formas de transmissão e de narrativas transformou as memórias e escrituras. Gagnebin, escreve que:

se ficou tão difícil 'contar uma história', como afirma Benjamin reiteradas vezes, é porque o desenvolvimento capitalista destruiu de forma definitiva as formas comunitárias da transmissão e da tradição – as formas de vida comum organizadas por um sentido reconhecido por todos, e pela possibilidade de integração da morte singular na comunidade dos vivos (GAGNEBIN, 2014, p. 9)

Contudo, essa transformação não é absoluta. A constatação de Benjamin no que se refere à ascensão destas formas fechadas de transmissão não desemboca em um viés completamente nostálgico ou negativista, mas sim, em uma caminhada para compreender melhor essas transformações. Além disso o autor omite o fato que a construção de sua própria obra é repleta das características de um narrador tradicional. Por conseguinte, percebe-se que a teoria narrativa que discute o relativo fim da forma tradicional de se narrar é também parte fundamental do pensamento de um autor que através de sua estratégia filosófica salva ou resgata a narrativa tradicional do limbo do esquecimento. Em sua obra sobre sua infância em Berlim (BENJAMIN,1987.), Benjamin evidencia isto. Neste texto o autor busca a si mesmo através dos caminhos da alteridade e demonstra como o passado é resgatado por meio de construções que desembocam em possibilidades de diversos desdobramentos. Sarlo (2013) também demonstra algumas dessas características, constatando como Benjamin detinha uma capacidade ímpar de repetir e reconfigurar citações, sempre agregando a elas novas marcas e vestígios e, portanto, ressignificando aquelas citações e deixando claro a possibilidade de seu inacabamento e de novas possibilidades criativas:

Laboriosamente copiados, os parágrafos alheios e a repetição dos próprios encheram cadernos e cadernos, à espera de que aparecesse o lugar onde eles resultassem indispensáveis. Ninguém soube como Benjamin, encontrar a citação; ninguém aprendeu, tanto quanto ele, a dispô-la no texto: fazê-la entrar brutalmente, sem que nada anunciasse, ou pelo contrário, dilatar a espera por uma citação até que se abrisse o vazio justo; ninguém como Benjamin conheceu a arte da repetição da citação, da repetição do próprio texto como citação oculta, que produz em seus leitores uma sensação de reconhecimento que se esquiva, de estranha repetição nunca totalmente idêntica. Benjamin encadeia as citações, modela-as e corta-as como se fossem uma escritura pessoal, coloca-as na página com sentido de composição. A propósito de seu trabalho sobre Baudelaire, escreve a Adorno que ainda (e passou anos lendo esses livros) está procurando uma citação de Poe capaz de iluminar o que ele deseja dizer sobre a multidão na cidade moderna. Para Benjamin, a arte da escritura se une à de citar: porque, ao mudar de lugar, a citação viaja de uma escritura a outra, é arrancada de sua escritura original, de sua aura, para fundir-se em outra escritura e rodear-se de outras marcas e outros sentidos. (SARLO, 2013, p. 37)

Essa forma de se narrar, que é resgatada pelo próprio Benjamin, articula-se e apresenta semelhanças com a maneira pensada pelo filósofo de como se construir conhecimento historiográfico. Para Benjamin, a construção do saber histórico deve romper com a escola historiográfica tradicional que privilegia o tempo homogêneo e vazio e o resgate de fatos históricos em detrimento da construção de narrativas e de conhecimento. Além de dar destaque a história dos vencedores e a imutabilidade cristalizada das narrativas historiográficas. Contra essa vertente epistemológica, Benjamin elabora suas “Teses sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1940/2012), um de seus mais importantes escritos, publicado apenas postumamente, e que discutiremos a seguir.

## **1.2 Walter Benjamin e suas teses sobre o conceito de história**

O texto em que Walter Benjamin formula suas teses sobre o conceito de história é um dos últimos escritos pelo autor. Publicado postumamente, o trabalho se apresenta como uma crítica a um modo tradicional de se conceber a construção do conhecimento historiográfico. Ao longo dessas teses, Benjamin critica duas tradições opostas, mas, que do seu ponto de vista em muitos aspectos são complementares: o historicismo burguês e o determinismo materialista. Segundo Gagnebin:

Benjamin (...), escreveu as teses sob o impacto do acordo de Agosto de 1939 entre Stalin e Hitler, critica duas maneiras opostas de escrever a história que, na realidade, têm sua origem em uma estrutura epistemológica comum: a historiografia “progressista”, mais especificamente a concepção de história em vigor na social-democracia alemã de Weimar, a ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível (Kautsky), concepção que, conforme demonstra Benjamin, provocará uma avaliação equivocada do fascismo e a incapacidade de desenvolver uma luta eficaz contra sua ascensão; mas tarde também a historiografia “burguesa” contemporânea, ou seja, o historicismo, oriundo da grande tradição acadêmica de Ranke a Dilthey, que pretenderia reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com seu objeto. (GAGNEBIN, 1987, P. 10)

Portanto, a autora entende que nas teses, Benjamin apresenta uma filosofia da História simultaneamente teórica e política, além de deixar evidente as implicações que a construção do conhecimento apresenta na vida material dos indivíduos ou mesmo de uma sociedade. Nesse texto, Benjamin posiciona o historiador como um agente construtor do passado que articula de forma inseparável tanto sua hermenêutica como seu posicionamento político. Desta maneira, Benjamin

busca uma nova forma de pensar como se deve construir a História enquanto conhecimento científico. O que Benjamin propõe é uma História que vá além daquela apresentada pelos vencedores e oficializada como discurso único e imutável. O autor busca trazer à tona as possibilidades antes reprimidas, preencher lacunas vazias e tornar visíveis e audíveis as alteridades e resistências na luta histórica e política, dando uma nova face a esperanças antes frustradas. Portanto, as “Teses sobre o conceito de história” são:

Não apenas uma especulação sobre o devir histórico “enquanto tal”, mas uma reflexão crítica sobre nosso discurso a respeito da história (das histórias), discurso esse inseparável de uma certa prática. Assim, a questão da escrita da história remete às questões mais amplas da prática política e da atividade da narração. (GAGNEBIN, 1987, P. 09)

Neste aspecto, a relação entre passado e presente deixa de ser vista como uma ligação direta e passa a ser encarada através da forma de uma constelação, em que fatos pretéritos deixam de ser entendidos sob uma ótica que tende à linearidade universal e a fé absoluta no progresso e passam a ser percebidos como construções que se dão a partir do presente possibilitando criações que vão além dos discursos oficiais, lineares e cristalizados. A partir deste entendimento as narrativas históricas deixam de ser vistas como um resgate natural e passam a ser encaradas como construções desnaturalizadas, que devem se afastar de status dogmáticos e se abrir para as múltiplas possibilidades que se encontram entre as dobras dos leques.

Desta maneira, para Benjamin, a História passa a ser entendida como uma questão a ser problematizada e construída, ao invés de achada e perpetuada. A desconstrução de Histórias e de memórias cristalizadas relativiza as memórias dos vencedores e de discursos oficiais e fechados, e traz a tona uma possibilidade na qual a História não deve ser encarada como algo linear, natural e imutável. Ou mesmo não deve ser entendida sobre um ponto de vista kantiano, em que a História é percebida como algo universal e cosmopolita que visa reunir os acontecimentos das sociedades num todo com a finalidade do progresso total do homem que culminaria em um constante avanço para “melhorias”. Ao contrário, em suas teses, Benjamin propõe uma ética solidária a todos os vencidos e esquecidos da História, dando vozes aos inaudíveis. Além disso, entende a História como algo situado além da binaridade maniqueísta, buscando diversas camadas que se encontram esquecidas entre dois polos opostos. Benjamin critica a ideia da História como uma construção natural do progresso linear da humanidade, o autor entende que a ideia de uma sistematização real, progressiva e linear de todo o saber humano, culminando na oficialização e na cristalização deste saber é uma

experiência fracassada. O historiador da filosofia, Châtelet, em uma posição semelhante a defendida por Benjamin, entende que o progresso:

É uma ideia à qual, veja bem, acho que devemos renunciar. Pelo menos, se entendermos por “progresso” a ideia de uma melhora global do destino da humanidade. (...) Realmente, não é mais possível afirmar o progresso, pensar como as pessoas do século XIX, como Victor Hugo, que falava da imensa felicidade do progresso inevitável. Constatamos que as diversas culturas trazem certos progressos e, paralelamente, trazem problemas, mágoas, regressões em outros campos. (...) Penso que cada cultura tem suas invenções. Pode-se falar de progresso no campo matemático, no campo da cirurgia, e etc., mas certamente não se pode falar de progresso global. Acrescento ainda uma razão que nos deveria impedir de falar nesses termos: quase todos os grandes crimes coletivos foram perpetrados em nome do progresso (CHÂTELET, 1994, p. 68/69.)

Assim como Châtelet explicita. Benjamin discorda desta apologia ao progresso e, portanto, da compreensão do tempo histórico como uma progressão linear de fatos pretéritos com nexos causais que explicaria ou justificaria uma realidade social e histórica atual. Segundo Benjamin, “A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de seu andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia desse andamento deve estar na base da crítica da ideia do progresso em geral” (BENJAMIN, 1940/2012, p. 249). Para o autor, essa sequência de causas e efeitos tende a sufocar os acontecimentos históricos dentro de uma estrutura rígida e fechada, em que a variante histórica que triunfou é a única possibilidade cogitada, o que só pode desembocar na limitação, ou mesmo no impedimento, da visão histórica em sua amplitude desejada e/ou possível. O anjo da História, que Benjamin vê representado em um quadro de Klee chamado *Angelus Novus*,<sup>15</sup> é um anjo que se volta para o passado, mas não vê nele uma cadeia de acontecimentos a serem resgatados, ele vê um acúmulo incansável de ruínas prontas a serem resgatadas e esse resgate é impossibilitado por uma tempestade chamada progresso.

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa aos seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-la. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É a essa tempestade que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1940/2012, p. 246)

<sup>15</sup> Paul Klee foi um pintor suíço naturalizado alemão que viveu nos séculos XIX e XX. Foi um dos grandes pintores europeus do século XX, suas obras sofreram influência de três grandes movimentos, o surrealismo, o cubismo e o expressionismo. Sua obra conhecida como o *Angelus Novus* foi pintada em 1920 e hoje faz parte do acervo do museu de Israel em Jerusalém. Esta pintura específica foi fonte de inspiração para obras musicais, filosóficas e literárias o que faz com que ela seja alvo dos mais variadas significações, reflexões e inquietações.

Benjamin, entende que a quebra desta concepção, voltada à ideia de progresso e de construção de conhecimento histórico é um ato revolucionário. A partir da perspectiva de que o passado não se perdeu dentro desta progressão linear, e que ao contrário disso, encontra-se a espera de sua salvação, na qual as vítimas do passado e as vozes caladas poderão obter sua rememoração histórica, e de que, portanto, a História é um conhecimento produzido a partir do tempo presente e repleto de “agoras”<sup>16</sup>, o historiador, o pesquisador de uma forma geral, se coloca em uma posição em que existe a possibilidade dele atuar como um agente transformador da sociedade, capaz de trazer a tona o que antes era inaudível e de romper com estruturas de poder e/ou discursos e memórias que se encontram cristalizados e perpetuados.

Assim a construção do conhecimento historiográfico se emparelha não a uma linearidade progressiva, mas sim a noção de origem que Benjamin trabalha na introdução da “Origem do drama trágico alemão” (2013). O conceito de origem, para Benjamin, está atrelado ao fluxo do devir, ao incompleto, ao inacabado. “A origem, portanto, não se destaca dos dados factuais, mas tem a ver com sua pré e pós história” (Benjamin, 1925/2013, p.34). Estes dados factuais sempre chegarão a nós de forma fragmentária e, portanto, precisam ser, necessariamente problematizados. Nenhum retorno ao passado pode ser vivenciado de forma absoluta. Assim, compreende-se que um ocasional evento originário estará sempre ligado a correnteza do porvir. A origem é a pulverização crítica do evento originário, e através desta pulverização abre-se a possibilidade para a salvação e para a construção de significações, de narrativas transitórias.

Quer se trate do drama barroco alemão ou da crítica da visão social-democrata do progresso, a noção de origem deve servir de base a uma historiografia regida por uma outra temporalidade que a de uma causalidade linear, exterior ao evento. No livro sobre o Barroco, Benjamin opõe a origem à gênese (*Entstehung*) e, de maneira paralela, nas ‘Teses’ e no ‘Passagen-Werk’, ao desenvolvimento (*Entwicklung*). Em numerosos fragmentos dessa última obra assim como no diário dos seus últimos anos, ele ressalta repetidas vezes a similitude dos dois empreendimentos, um consagrado ao século XVII, outro ao XIX: ‘Minha tentativa de trazer à expressão uma concepção de história, na qual o conceito de desenvolvimento seja totalmente contido pelo de origem’, resume ele. (GAGNEBIN, 2013, p. 09)

A ideia da História como eventos progressivos se assemelha, para Benjamin, ao conceito de presentificação. Este conceito diz respeito “à noção de atualidade, que usamos quando tentamos

<sup>16</sup> Segundo Gagnebin, existem para Benjamin duas concepções de tempo, uma em que se apoiam as duas concepções historiográficas que o autor critica, que é o tempo cronológico, homogêneo e vazio. Nessa concepção a história tende a ser vista como um discurso oficial e cristalizado e incapaz de levar em consideração o diferente. A segunda concepção de tempo fundada por Benjamin, é o “tempo do agora”, esse tempo se caracteriza por sua intensidade e brevidade, cujo o modelo foi calcado na tradição messiânica judaica. Neste modelo a construção historiográfica encontra-se cercada pela possibilidade de salvação.

demonstrar, por exemplo, aos alunos que vale a pena, sim, ler Platão, porque ainda haveria aspectos 'atuais' na obra do velho pensador” (GAGNEBIN, 2014, p. 202). Segundo Benjamin, o discurso presentificado desvaloriza uma construção crítica a partir do presente e traz à tona a ideia do saber como um inventário de bens culturais o que dá a determinados conhecimentos o status de canônicos sempre atuais, um tipo de construção de saber “sob, uma coerência aparente, cuidam de apagar dúvidas possíveis na transmissão da história e de silenciar os abismos irredutíveis do conhecimento. (GAGNEBIN, 2014, p. 203). A presentificação das transmissões de conhecimento retira da história sua característica de descontinuidade e a torna aquilo que Benjamin combate, ou seja, uma história progressiva, linear e cristalizada.

Assim as pirâmides do Egito teriam preparado o terreno para os templos gregos e os monumentos da república romana, que por sua vez prefiguram os edifícios oficiais do estado democrático moderno; assim os mortos da Comuna de Paris teriam encontrado sua redenção e vingança na vitória do proletariado russo que, por sua vez serviria de modelo a outras revoluções socialistas. Dessa maneira, a narração da história cumpre uma função precisa: encobrir “os momentos revolucionários do curso da história”, isto é, os momentos nos quais a história poderia ser outra e não poderia mais caber uma narrativa lisa e coerente. (GAGNEBIN, 2014, p. 203)

Gagnebin (2014), demonstra que ao contrário da concepção de atualidade como presentificação, Benjamin elabora um conceito de atualidade em que o vir a ser é encarado como uma potência e o esquecido pode vir à tona a qualquer momento possibilitando a criação de algo novo. Nesta atualidade, passado e presente estão interligados, o que significa que: “o presente esteja apto, disponível para acolher esse ressurgir, reinterpretar a si mesmo e reinterpretar a narrativa de sua história à luz súbita e inabitual dessa irrupção” (GAGNEBIN, 2014, p. 204). Esta forma de atualidade coloca em constante reflexão a narrativa dominante de um evento histórico e o passado passa a ser visto como algo mutável que pode surgir a qualquer momento ocasionando a compreensão de que o presente poderia ser diferente. O ideal acríptico da história universal e linear é posto de lado e passa a se perceber que:

A temporalidade do passado não se reduz mais ao espaço indiferente de uma anterioridade que precede o presente na esteira monótona da cronologia. Pelo contrário: momentos esquecidos do passado e momentos imprevisíveis do presente, justamente porque apartados e distantes, interpelam-se mutuamente numa imagem mnêmica que cria uma nova intensidade temporal. (GAGNEBIN, 2014, p. 204)

Portanto, ainda com relação a isso, segundo Rouanet, a compreensão da História para Benjamin, passa pelo entendimento de que ela é:

Anti – linear, baseada na descontinuidade, na ruptura, na catástrofe, e não na sucessão, simples ou dialética, de fatos ou etapas. Sua essência é o anti – historicismo. Enquanto sucessão de etapas num quadro temporal homogêneo, a história é sempre a história dos vencedores. A atitude revolucionária fundamental consiste em tomar o partido dos vencidos, e do ponto de vista dos vencidos a história é uma sucessão de desastres, sem nenhuma legalidade imanente, sem nenhum telos, sem nenhuma ordem. Cada momento revolucionário impõe a tarefa de transgredir a história dos vencedores, de desarticulá-la, de imobilizar seu fluxo, de extrair de seu continuum os passados cativos, de despertar de suas sepulturas os mortos, que dependem de cada presente para que a vitória dos opressores não seja definitiva. (ROUANET, 1990, p. 20)

Desta forma, entende-se que Benjamin combate a História que, em alguns momentos é, utilizada como um instrumento de perpetuação de memórias e de cristalização de saberes em prol da manutenção de determinados status ou em benefício de determinadas classes e segmentos da sociedade. No seu entendimento sobre como se constrói conhecimento historiográfico, o autor demonstra que existem múltiplas possibilidades na forma como se constitui a narrativa histórica. Ela também pode se estabelecer como um local de conflitos, como um instrumento de salvação para aqueles fatos cristalizados e como uma fonte de criação que possibilite tanto o embate às memórias eternizadas e nunca revisitadas, como a emersão das memórias, até então, sufocadas pelo esquecimento. Nesta possibilidade aventada por Benjamin, a História não deve ser resgatada, e sim, construída e constantemente reexaminada, o que levaria a possibilidade de sua permanente resignificação.

Para Benjamin, ao contrário, a história é objeto de uma construção, cujo o lugar não é o tempo homogêneo e sim a *jetzeit*: um tempo impregnado de agoras, pelos quais cada presente se comunica com diversos passados. Cada época revolucionária constitui um presente que não se compreende como a culminação de um processo histórico, e sim como um momento encarregado de abolir esse processo, de fazer saltar pelos ares o *continuum* da história salvando o passado. A classe revolucionária não tem como função liberar as gerações futuras, como afirma o historicismo socialista, e sim, num certo sentido, libertar o passado, no momento em que se liberta como presente. Ela vive “da imagem dos ancestrais escravizados, e não dos netos liberados.” No instante da ação, ela descobre os agora de que está saturado o passado, redimindo-os (ROUANET, 1990, p. 22)

Com efeito, para o historiador, mais importante do que apresentar conclusões seria colocar questões em evidência, o que acaba gerando uma reflexão da parte de seus interlocutores, afinal: “nunca poderemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim” (BENJAMIN, 1987, p. 104), pois nesta perspectiva “importa mais o modo como a história é constantemente reorganizada, o que incessantemente reordenaria o passado de acordo com novas configurações” (SALZTRAGER, 2012, p. 10.). Essas novas e constantes reconfigurações

modificam o presente e isto deixará o caminho livre para as múltiplas ressignificações que daí vão advir, sendo nesta constelação de possibilidades que Benjamin busca a salvação da História.

É neste ponto, no momento em que entendemos a História como um fazer permeado de possibilidades, de criações, de conflitos e que se constitua na forma de constelações em oposição a uma forma linear e progressiva, que podemos depreender algumas analogias entre o conceito de História e o de narrativa, na medida em que ambos estão ligados à relativização do conceito de verdade. Nas teses, Benjamin afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'tal como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1940/2012, p. 243). A partir disso, entende-se que as memórias pessoais e coletivas, ou melhor, a conjunção destas, o que inclui os esquecimentos que atuam na constituição das memórias, se fazem presentes na construção de narrativas, de tradições e do saber histórico, tornando-se marcas e vestígios que permeiam essas construções. Deste modo, tanto a narrativa como a produção de um saber histórico se constituem na interação de um passado e experiências individuais, com um passado e experiências coletivas, inter-relacionadas na construção e transmissão de uma memória de caráter inconclusivo, inacabado e passível de uma reconfiguração que se dá através da absorção das mais diversas marcas e vestígios. O que por consequência abre espaço para o narrador, o pesquisador, o historiador e seus ouvintes ou leitores produzirem suas interpretações e construir as mais variadas séries de verdades a partir de um mesmo vestígio.

Na concepção de Benjamin, o tempo histórico ou o tempo da construção do conhecimento historiográfico, foge à homogeneidade e a linearidade do tempo do relógio de pulso. A História é um objeto do tempo heterogêneo, do tempo repleto de “agoras”. Gangnebin, demonstra que segundo Benjamin:

Apesar de sua aparente oposição, historicismo burguês e historiografia determinista socialista convergem (...), numa concepção linear do tempo como cronologia insossa e numa concepção unilateral da memória, que é entendida como mero instrumento a serviço de uma vontade de acumulação. Benjamin, opondo-se a tradição que concebe o tempo como *chronos* linear e indiferente, propõe que tal instância deve ser compreendida como intensidade e inovação. O filósofo retoma a antiga tradição do momento oportuno, do *kairós* – categoria essencial para o pensamento político antigo (saber agarrar o instante decisivo da transformação possível), mas também retórico (saber encontrar o argumento decisivo que consiga persuadir) e teológico (o momento da iluminação e da conversão). Assim, com Benjamin, a concepção de memória também se modifica: de mecanismo dócil a serviço de uma intenção consciente, ela se converte em meio de iluminação recíproca entre o passado – até ai esquecido – e um presente concebido como

limiar possível de uma transformação existencial, individual ou coletiva, mas também estética e/ou política (GAGNEBIN, 2014, p. 242)

Esta concepção de um tempo repleto de “agoras”, apresenta algumas analogias como a concepção de tempo defendida por Santo Agostinho na idade média. Agostinho problematiza a questão do tempo e da eternidade, e evidencia que a temporalidade está relacionada ao homem, e desta forma, analisa a questão do tempo sobre um aspecto que pode ser considerado psicológico. Na filosofia de Agostinho, os questionamentos e reflexões sobre tempo e memória estão interligados. A memória seria uma evocação do passado e uma forma que nos capacita para guardar o tempo que foi, mas que, no entanto, é vista como uma construção a partir do presente. A memória, tanto para esse filósofo quanto para Benjamin, não seria um simples lembrar, ou uma forma de acessar o distante ou o ausente, mas sim uma forma de construir a partir do presente. Percebe-se, então que:

Na fundação do “atual”, o historiador se alia a concepção de tempo dos movimentos revolucionários, ou seja, a concepção de que o tempo cronológico deve ser interrompido. O tempo dos relógios, o tempo das máquinas e o tempo vulgar devem ser explodidos, para que a heterogeneidade de questões políticas possa ser articulada como imagens. (...) Nesse sentido, “ler” o passado é cultivar espaços de enunciações às conexões coletivas entre o passado e o presente. “Ler” o passado é contar uma história que multiplique as conexões entre o presente e os tempos passados e, mesmo, os vindouros. Fundamentalmente, “ler” o passado é permitir outro encaminhamento ao tempo, mesmo que para a leitura seja necessária uma suspensão do tempo vigente. (FERREIRA, 2011, p. 70)

Portanto, o tempo da construção do conhecimento histórico é carregado de momentos atuais, de diversidades, de esquecimentos e de alteridade. A construção do conhecimento historiográfico a partir desse tempo heterogêneo é uma crítica ao sujeito do conhecimento absoluto e a construção a partir do tempo cronológico caracterizado pela homogeneidade e linearidade. O tempo histórico, na concepção de Benjamin, é heterogêneo, pensado em forma de constelação, interligando e formando diferentes figuras, além de ser compreendido fora da linha do tempo tradicional que o possibilita se movimentar através de saltos e recortes inconstantes. Desta forma, o estudo da História não pode se separar da análise do passado do presente e do futuro, gerando um passado constantemente acessível, no qual a dialética temporal da História deixa de ser segmentada: “entre o passado e o presente, entre o presente e o futuro, não há descontinuidade. Assim como o passado anunciou o presente, o futuro possível também se inclui no *organon* da interpretação histórica” (ARRUDA, 2014, p.47). Desta maneira, Benjamin potencializa e aplica uma concepção qualitativa à descontinuidade do tempo histórico o que leva a uma interrupção revolucionária da continuidade historiográfica. Neste sentido, o conhecimento historiográfico torna-se imprevisível e aberto à consideração de novas alternativas. Futuro, presente e passado encontram-se e entrelaçam-se nessas

redes de possibilidades e a narrativa histórica que triunfou deixa de ser a única possível. O olhar da história passa a se direcionar também para o vencido, assim como o presente e o futuro encontram-se na posição de abrir rupturas e, portanto, reconstruir passados e/ou verdades antes consolidadas. Desta maneira, o passado passa a ser compreendido como um tempo vivo e que não é encerrado em si próprio, contudo, só possui sentido em um contexto específico. Benjamin abandona o pragmatismo e o vazio do tempo de *Chronos* na construção do conhecimento histórico e se regoziza na utilização do tempo de *Kairós* caracterizado pela temporalidade de natureza qualitativa, descontínua e pelo momento indeterminado e oportuno, possibilitando o salto do tigre que liga a revolução francesa ao Império romano do ocidente. Desta forma, percebe-se que:

A historiografia crítica de Benjamin busca uma nova apreensão conjunta do passado e do presente, uma intensificação do tempo que permite salvar do passado outra coisa que sua imagem habitual, aquela que a narração vigente da história - pessoal ou coletiva - sempre repete, aquilo que a memória domesticada sempre conta. Procura-se salvar do passado não uma imagem eterna, mas uma imagem mais verdadeira e frágil, uma imagem involuntária ou inconsciente; um elemento soterrado sob o hábito, algo esquecido e negligenciado, “recalcado” talvez, uma promessa que não foi cumprida, mas que o presente pode reconhecer e retomar. O presente como momento precioso desse reconhecimento, não dura mais que um relâmpago. (GAGNEBIN, 2014, p. 242)

Neste aspecto, o ofício do historiador ou mesmo do narrador não pode ser visto como uma atividade meramente contemplativa. Ao se entender que o passado é formado a partir de sua inter-relação com o presente e que o tempo utilizado nesta construção é o de *Kairos*, entende-se a conexão entre a escrita da História, a política e a própria vida material da sociedade. A partir do momento que se entende que futuro, presente e passado estão abertos e que o futuro é capaz de retirar do ostracismo dossiês “perdidos”, o discurso histórico que triunfou deixa de ser o único possível e deve-se levar em conta que “a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1940/2012, p. 242), ou até mesmo definitivo. Neste aspecto a produção do conhecimento histórico torna-se inseparável de um constante fazer social.

### 1.3 As verdades em Walter Benjamin

Como visto, para Benjamin, a História, a narrativa e o próprio conceito de verdade estão sempre abertos e, portanto, distante de absolutizações. O modo de se conceber a História na teoria de Benjamin é diametralmente oposto a forma de se contar a História como ela “realmente foi”. O historiador e o narrador não são aqueles que colhem verdades já prontas, mas sim aqueles que as constroem e que as ressignificam a partir do presente, das múltiplas interpretações e do resgate de marcas e vestígios esquecidos e que estão por vir. Eles são aqueles que deixam no corpo da História a marca de seus dedos, e principalmente aqueles que a problematizam, a desnaturalizam. Portanto, assim como a figura do narrador artífice que constrói suas narrativas através de marcas, vestígios e ruínas antes esquecidos, o historiador deve lidar: “com aquilo que é jogado fora, rejeitado, esquecido, com esses rastros/restos de uma civilização do desperdício” (GAGNEBIN, 2009, P. 118). As ruínas são também para o historiador uma fonte para construção de seu conhecimento e, portanto, é salutar usar o “lixo” como seu arquivo, pois:

Ao juntar os rastros/restos que sobram da vida e da história oficiais, poetas, artistas e mesmo historiadores, na visão de Benjamin, não efetuam somente um ritual de protesto. Também cumprem a tarefa silenciosa, anônima mas imprescindível, do narrador autêntico e, mesmo hoje, ainda possível: a tarefa, o trabalho de *apokatastasis*, essa reunião paciente e completa de todas as almas no Paraíso, mesmo das mais humildes e rejeitadas (GAGNEBIN, 2009, P. 118)

Desta maneira, a verdade é compreendida como uma construção e, portanto, percebe-se uma forte crítica a ideia de verdade absoluta que permeia o pensamento filosófico clássico de um viés platônico, que tem como referência a adequação de um pensamento à realidade, e que serviu de base para estruturação de grande parte da construção de conhecimentos até pelo menos a segunda metade do século XIX. Para Benjamin, o âmbito da filosofia, da História ou mesmo o acadêmico e científico é o local aonde a verdade deve ser sempre desafiada e não venerada. Benjamin entendia isso muito bem, e por isso é significativa a aura de inacabamento em toda sua obra filosófica.

Os trabalhos de Benjamin poderiam ser pensados com base na imagem da coleção: sempre evocam o sentimento de que não foram acabados, de que o que se lê é um fragmento cindido de um todo ideal que sustenta sua existência como fragmento e, ao mesmo tempo, torna-o provisório, já que representa aquilo que nunca poderá ser captado como totalidade orgânica, porque (Benjamin o sabe) essa totalidade se perdeu. (SARLO, 2013, p. 46)

Como na rememoração, esse conteúdo de verdade se esconde nas dobras e nos detalhes de uma materialidade que Benjamin sabe infinita mas que só pode ser manifestada e conhecida em uma flexão da história. A verdade, como uma presa de calça, salta no concreto. Benjamin é, sem dúvida, subversivo pela corrosão a que submete seus materiais artísticos, sem dúvida. Mas o é ainda mais por essa ideia, que não desaparece de seu empreendimento teórico e crítico: a existência, secreta e esquiva, de um conteúdo de verdade que produz um saber e tende para uma

dimensão prática. A arte, como cenário privilegiado desse saber, traz as marcas do passado, da exploração e da dor, ao mesmo tempo que anuncia o futuro. Mas não há síntese sem conflito: a forma de sua verdade é a contradição (SARLO, 2013, p. 48)

Isto posto, percebe-se que em sua teoria, Benjamin se distancia de forma radical da ideia de verdade absoluta. O autor prefere optar sempre por valorizar as mais diversas constelações de verdades e os conhecimentos construídos, a serem sempre repensados e reconstruídos, porém, nunca cristalizados. Observamos que para Benjamin, o saber e a própria verdade são construções múltiplas, processuais e históricas, e que, em suas escolhas narrativas e argumentativas, o pesquisador, o historiador ou o narrador são capazes de reinterpretar o fato, a experiência ou o material e objeto pesquisado, de forma a lançar uma nova luz sobre eles e permeá-lo de marcas e vestígios que possibilitem uma ressignificação daquela verdade antes consolidada.

Nesta maneira de se pensar a verdade, reivindica-se a possibilidade de se construir conhecimentos de maneira diferente daquela segundo regras e métodos platônicos. Benjamin traz à tona a existência de uma nova forma de construção de verdades, sem descartar formas anteriores, apenas demonstrando possibilidades de formas distintas e legítimas de construção do conhecimento ou da realidade social. Assim, o passado é salvo no presente e lembrar deixa de ser uma descrição do passado como ele de fato foi, e sim, uma construção pelos caminhos das multiplicidades, no qual a memória, o saber e a verdade são reivindicadores, heterogêneos, processuais, históricos e mutáveis. Nesse sentido, a sacralização e dogmatização da memória e da História são vistas como estratégias infecundas e estéreis. Por fim, Benjamin propõe a quebra de uma mônada que reflita a totalidade dos acontecimentos do universo e entende que “a historicidade e a temporalidade estariam nos próprios fenômenos, contidas enquanto virtualidades” (SALZTRAGER, 2012, p. 06.).  
Afinal:

“Comparados com a história da vida orgânica na Terra”, diz um biólogo contemporâneo, 'os míseros 50 000 anos do *homo sapiens* representam algo como dois segundos ao fim de um dia de 24 horas. Segundo essa escala, toda a história da humanidade civilizada preencheria um quinto do último segundo da última hora'. O 'tempo do agora', que como modelo do messiânico abrevia num resumo incomensurável a história de toda a humanidade, coincide rigorosamente com o lugar ocupado no universo pela história humana. (BENJAMIN, 1940/2012, p. 251/252).

A conceituação da verdade é uma das questões fundamentais da filosofia e a busca por seu entendimento a ocupa desde os seus primórdios na Grécia Antiga. Na obra de Platão, por exemplo, a verdade parece estar ligada a “uma teoria do amor e uma teoria da sabedoria: filósofo é o que ama

ver a verdade” (ARAÚJO, 2014, p.10). Nestes termos, ela consiste em algo a ser buscado por seu amante – o filósofo – e este, como todo apaixonado, busca seu objeto de amor em sua integralidade. Nesta procura por um conhecimento verdadeiro, estabelece-se uma dicotomia entre os amantes da verdade e os amantes da *doxa*. Para Platão (2006), somente o conhecimento filosófico produz proposições verdadeiras, ao contrário do que se passa no domínio da opinião.

Para o pensamento platônico, a via da verdade se dá a partir do princípio da não contradição. A narrativa verdadeira é aquela que não se contradiz e que diz as coisas como elas realmente são, enquanto a falsa é aquela que diz como elas não são. Neste sentido, a construção do pensamento seria uma forma de adequação a uma verdade que não pode ser contradita, afinal, segundo essa forma de se pensar a verdade, a contradição de algo retira deste algo o status de conhecimento verdadeiro e o renega à condição de opinião. A primeira frase do discurso de Sócrates em “O banquete” deixa clara a visão de Platão sobre a verdade como algo absoluto: “Tu não podes, caríssimo Agáton, contradizer a verdade”(PLATÃO, 2011, P. 53.). Nem Agáton nem ninguém pode fazê-lo, a verdade, é aqui, um fenômeno natural a ser descoberto ou revelado pelo filósofo através da busca pela razão. Além disso a verdade está ligada à beleza ao que é bom. Percebe-se em Platão uma hierarquia ontológica e “em seu início estaria o belo moço e, em seu cume, a beleza em si (...). A beleza seria o último degrau antes de chegar a inteligibilidade pura da ideia *tou agathou*, ou seja, ao Bem/Belo em si”. (GAGNEBIN, 2014, p. 72). O mundo das ideias é belo, a verdade é bela e “a compreensão desse ponto de vista platônico sobre a relação entre verdade e beleza é, não só um propósito fundamental de toda a filosofia da arte, mas também um pressuposto insubstituível para a determinação do conceito de verdade” (BENJAMIN, 1925/2013, p. 19).

Desta maneira, existiria “uma clara distinção entre o conhecimento verdadeiro dos filósofos, que se voltam para a verdade em sua totalidade e universalidade e a simples opinião dos homens comuns, que vivem como se estivessem num sonho” (FRONTEROTTA, 2014, p.38). Estabelece-se aí os dois mundos distintos no pensamento de Platão: o mundo das aparências ligado a todos os equívocos advindos da ordem do sensível, a opinião e a um saber localizado entre a ignorância e o conhecimento verdadeiro e o mundo das Ideias, conectado à ordem da verdade. O mundo das Ideias equivale, portanto, a outra realidade diferente da realidade sensível e que contém em si a essência das coisas. Nesta concepção, a essência é tida como algo imutável e imune a todas as mutações, possibilidades de interpretações e a todas as características do mundo das aparências. Este seria uma cópia imperfeita do mundo das Ideias e que, por isso, conduziria invariavelmente ao erro.

A verdade nunca se manifesta em relação, e muito menos numa relação intencional. O objeto do conhecimento determinado pela intencionalidade do conceito não é a verdade. A verdade é um ser inintencional, formado por ideias. O procedimento que lhe é adequado não será, assim, de ordem intencional cognitiva, mas passa, sim, pela imersão e pelo desaparecimento nela. A verdade é a morte da intenção. (Benjamin, 1925/2013, p. 24)

Em suma, a ordem do sensível remete às experiências singulares dos mais diversos indivíduos, que se voltam para a realidade sempre em conformidade com suas paixões ou interesses. Por isto, os conhecimentos que os homens comuns produzem não são necessariamente verdadeiros. Já o filósofo seria aquele que, em busca da verdade, ultrapassaria o domínio das aparências, ascendendo ao mundo das Ideias através do pleno uso da razão, tal como é exemplificado na famosa alegoria da caverna. Nela, um dos prisioneiros, ao sair das trevas, vê a luminosidade do dia e, com isso, passa a conhecer as próprias coisas como elas são e não mais suas sombras. Há, portanto, uma analogia entre este prisioneiro e o filósofo que, ao caminharem para além das aparências, veem a luz e contemplam a verdade. Outra leitura possível seria uma analogia entre a escuridão presente na caverna e o mundo de Hades e, portanto, a morte.

Então, ao longo do desenvolvimento do pensamento filosófico, foram variados os autores que apoiaram suas concepções sobre o conceito de verdade com base nestes referenciais platônicos, ou pelo menos, naquilo que os embasa. Contudo, a partir do século XIX, tais concepções passaram a sofrer duros golpes, o que abriu o devido espaço para que alguns pensadores do século XX trabalhassem dentro de outros referenciais paradigmáticos (CHÂTELET, 1994). É nesse contexto que Benjamin formula sua conceituação sobre a verdade.

A partir daí abre-se a possibilidade de começar a entender que ao admitirmos uma verdade absoluta e irrefutável, significa aceitar uma realidade estática, algo completamente distante das configurações da realidade social, que está em constante mudança e que torna as práticas da vida material cada vez mais céleres e efêmeras. Tal aspecto é ainda mais evidente no mundo moderno, no qual a sociedade obtém uma percepção mais aguda dessa mutabilidade do mundo.

Garcia - Roza, levanta a seguinte questão: “Se a realidade é um devir constante e ininterrupto, como admitir uma verdade estável? Se tudo muda, mudam não só as coisas, como também o nosso olhar. Como pretender uma adequação constante entre as palavras e as coisas?” (GARCIA - ROZA, 2005, p. 50). Portanto, o pesquisador não deve buscar se assemelhar ao pensador platônico que busca no passado verdades absolutas ou reveladas. O acesso ao passado e à memória não deve ser o acesso a um mundo metafísico e absoluto. Ao invés disso a analogia deve

ser feita com a escola jônica que é um ponto de ruptura com a tradição de poetas gregos, detentores das verdades dogmáticas reveladas pelas musas divinas. Os jônicos apresentam uma nova forma de pensamento de caráter crítico e não dogmático, no qual as verdades não eram apresentadas como algo absoluto e definitivo, mas sim, como formulações passíveis de serem discutidas, o que acabou por gerar divergências e discordâncias que permitiram a formulação de propostas alternativas e o rompimento da construção do pensamento por via do divino, do sagrado ou do sobrenatural.

Contudo deve-se ter em mente que isso não significa a defesa de uma relativização absoluta da realidade, o que poderia desembocar no fim da busca, da transmissão e da construção de saberes, de narrativas e de histórias, mas, pelo contrário, significa, que é “preciso enfatizar a relevância não só epistemológica, mas também, e antes de tudo, ética e política da construção do passado” (GAGNEBIN, 2014, p. 28). Portanto, significa admitir que o saber se constitui através do confronto de opiniões e da transmissão de experiências, mas, ao contrário do que Platão entendia, o resultado dessas confrontações e destas transmissões não devem se alocar na condição de verdade, mas sim na condição de possibilidades. O caminho a ser trilhado pelo pesquisador é o caminho do critério, levando sempre em consideração a tênue linha entre o método rígido e rigoroso e a relativização criadora, de forma que se permita a dessacralização de dogmas, que se pretendam científicos, sem cair no erro da relativização total e absoluta do saber científico. Desta maneira, a ciência não deve buscar a formulação de teses ou verdades irrefutáveis, já que a verdade definitiva não existe, mas sim, adotar hipóteses através de certos embasamentos e métodos sem, no entanto, negar as possibilidades de constantes reconstruções destas hipóteses.

Desta maneira, observa-se que o saber ou a razão são construções. Eles foram inventados, e mesmo sem admitir a verdade como uma construção, mesmo imaginando o saber como algo natural a ser descoberto pelo filósofo a partir do uso da razão, Platão é parte preponderante da invenção da razão, ele “se propõe, usando apenas a palavra, construir um discurso que seria juiz de toda palavra” (CHÂTELET, 1994, p. 23.). Assim, os gregos assumem posição de destaque na invenção da razão, eles próprios a inventaram, chamando-a de *logos*. Contudo, é preciso ter em mente que os gregos, mesmo como inventores da razão:

não tem nenhum privilégio, apenas o fato de que, por motivos históricos, essa concepção da sabedoria nascida da filosofia *stricto sensu* influenciou de modo decisivo a concepção da ciência, que posteriormente teve efeitos consideráveis na transformação da humanidade. (CHÂTELET, 1994, p. 31.)

Logo, percebe-se que Benjamin se distancia do pensamento platônico, bem como de suas estratégias que buscam convencer o interlocutor de que aquilo que ele escreve ou relata não é algo subjetivo, mas sim, um verdadeiro e fiel relato da realidade. Deste modo, ele potencializa as múltiplas possibilidades de releitura de seus textos e permite a dessacralização de suas narrativas. Entende-se que seus trabalhos “evocam o sentimento de que não foram acabados, de que o que se lê é um fragmento cindido (...) que (...) torna-o provisório, já que representa aquilo que nunca poderá ser captado como totalidade orgânica, porque (Benjamin o sabe) essa totalidade se perdeu” (SARLO, 2013, p. 46). Para Benjamin, a verdade não seria obtida através de uma síntese, conclusão ou de um pensamento acabado. Ela se esconderia nas próprias dobras e nos detalhes de uma colcha de retalhos infinitos de modo a evidenciar que não há síntese sem conflitos e que uma dita verdade não é homogênea, mas sempre um local de confrontos e de contradições.

Assim, sob a luz do pensamento de Benjamin, percebemos que a verdade não se configura como absoluta e nem deve ser cristalizada em uma forma duradoura. Ao contrário, ela deve ser entendida como uma realidade passível de sofrer as mais diversas interpretações. De fato, a verdade deve ser constantemente revisitada e repensada, como forma de afastá-la de um status dogmático e eterno. O autor acredita que “quem alguma vez começou a abrir o leque da memória não alcança jamais o fim de seus segmentos; porque descobriu que o leque pode desdobrar-se e que a verdade reside em suas dobras” (SARLO, 2013, p. 43). Em outros termos, destaca-se que para quem optou pela estrada não dogmática da busca pela verdade, existe um caminho infinito que se abre a cada busca, a cada pergunta e a cada narrativa. Nesta concepção, a busca pela verdade se faz de maneira interminável e sempre inacabada, já que seus sentidos se cruzam na forma de uma rede, ocasionando entrelaçamentos, conflitos e rupturas, gerando novos e múltiplos sentidos. Este é um ponto crucial da obra de Benjamin:

nada pode ser terminado por completo, todo trabalho supõe uma construção *em abîme*, na qual cada dobra remete a outra dobra, e desdobrar as fissuras de um texto ou de uma lembrança conduz ao encontro de novas fissuras; alisar uma imagem, como ele gostava de dizer, é encontrar na nova superfície as linhas da superfície anterior, mas modificadas (SARLO, 2013, p. 43/44).

Por isso a palavra verdade não existe no singular no pensamento de Benjamin. Para este filósofo existem verdades, múltiplos caminhos, infinitas possibilidades, buscas intermináveis. Mais do que isso, Benjamin combate, de maneira ferrenha, a construção de verdades, de Histórias, de saberes e de narrativas que são utilizadas como forma de perpetuação de memórias e de cristalização de verdades dogmáticas. Como dito anteriormente, a verdade encontra-se nas dobras

dos leques e sua forma é o conflito, a contradição e o infinito. Salvar a História significa entender as múltiplas possibilidades de interpretação contidas em um fato.

Assim sendo, a memória do narrador ou o saber construído por um pesquisador são, ou deveriam ser, objetos de constantes revisitações sob pena de se tornarem fechados em si, permeados de verdades absolutas e para sempre cristalizadas. Portanto, “conhecer não é explicar; é interpretar. Mas é uma ingenuidade pensar que uma única interpretação do mundo seja legítima” (MACHADO, 1999, p. 36.). Nesta maneira de se pensar a verdade e a forma como o conhecimento é construído, existem infinidades de interpretações possíveis e legítimas e, conseqüentemente, a inexistência de uma verdade absoluta. O conhecimento não é descoberto, muito menos neutro. As condições de possibilidade de conhecimento são sociais, políticas e/ou morais. No modelo de pensamento platônico, existe uma necessidade da crença na verdade, e essa crença de que o verdadeiro é o que é mais necessário, funda a ciência, e legitima o credo na superioridade da verdade, o que acaba por ocasionar a posição dicotômica e maniqueísta entre verdade e mentira. Assim a verdade passa a ser vista como espécie de obrigação moral. Contudo, Benjamin entende que a ciência só pode ser realizada de forma eficaz como um questionamento de verdades consolidadas e por vezes cristalizadas. Nesse sentido, o inacabamento, a ruptura, o “fim” e a destruição passam a ser entendidas como potências, e o filósofo e/ou cientista deixa em aberto as múltiplas interpretações de sua produção.

Nesse aspecto, a ideia de morte adquire, no pensamento de Benjamin, a potencialidade de impelir para a criação. Para o filósofo, tanto na construção de narrativas como na construção de um saber histórico, a morte – entendida tanto em um sentido material como em um sentido metafórico e poético – se apresenta como uma chance de reconstruir e de reformular tradições. Neste sentido, a morte ou a ruptura não representam apenas o fim, mas também o início, o novo. Aqui, a morte representa criação, ela é “a obra da salvação do *Ursprung* é, portanto, ao mesmo tempo e inseparavelmente, obra de destituição e de restituição, de dispersão e de reunião, de destruição e de construção” (GAGNEBIN, 2013, p. 17). Esse caráter de constantes revisitações e da construção a partir da destruição, atribuídas por Benjamin às narrativas tradicionais, representadas na figura de Leskov, será o que analisaremos a partir de agora.

#### **1.4 A morte enquanto possibilidade de criação**

Conforme destacamos, outro aspecto importante na teoria de Benjamin e que se faz presente de maneira mais evidente, tanto em “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1933/2012) quanto em “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012) é a valorização da morte enquanto possibilidade de criação. Benjamin entende que as transformações no ato de contar histórias estão ligadas a uma relação entre a morte e a narrativa. A partir dos estudos de Ariés (1986), consegue-se perceber que a morte mais do que uma manifestação natural ou biológica envolve toda uma prática sociocultural, portanto, possui sua própria historicidade. Isso significa afirmar que a forma como a morte é encarada pela sociedade e pelo próprio indivíduo varia de acordo com o espaço e com o tempo em que ela está inserida. Desta maneira, seguindo as hipóteses deste autor torna-se possível observar que conceitos e práticas que podem, à primeira vista, ser entendidos como naturais, tais como a infância, ou no caso específico que estamos tratando a morte, na verdade são categorias históricas que possuem significados variados e que se transformam a partir de sua inserção espaço temporal. Esses múltiplos significados dependem das relações sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais, demográficas e em entre outras nas quais determinadas sociedades estão inseridas. Desde o início do processo de socialização dos indivíduos existem sociedades que encaram a morte, não como o fim, mas sim como o início de algo novo, como um momento de transição e/ou de criação:

Por muito que remontemos na história da raça indo-europeia, de que as populações gregas e itálicas descendem, notamos não ter essa raça acreditado que tudo se acabasse com a morte, para o homem, depois desta curta vida. As mais antigas gerações, muito antes ainda de existirem filósofos, acreditavam já em uma segunda existência passada para além desta nossa vida terrena. Encaravam a morte, não como decomposição do ser, mas como simples mudança de vida. (COULANGES, 1864/2000, p.7)

Essa crença, na possibilidade do advento do novo, talvez de uma nova existência, a partir da morte, impulsionou práticas sociais, de relacionamentos e religiosidades que agiam diretamente na vida material daquelas sociedades e exerciam muita influência no cotidiano dos indivíduos. Nas antigas sociedades ocidentais esta crença fez surgir a necessidade do sepultamento, pois uma alma sem a sepultura tornava-se perversa. Acreditava-se que nesta nova existência a alma ainda se encontrava ligada ao corpo e isso gerou uma série de ritos e cerimônias fúnebres que ocupavam parcela significativa de tempo da vida pública e privada das sociedades.

Desde os mais remotos tempos, deram estas crenças lugar as normas de conduta. Como, entre os antigos, o morto necessitasse de alimento e de bebida, concebeu-se, como dever dos vivos, satisfazer-lhe esta sua necessidade. O cuidado de levar aos

mortos os alimentos não esteve a cargo do capricho ou dos sentimentos variáveis dos homens; foi obrigatório. Assim se estabeleceu toda essa religião da morte, cujos os dogmas cedo desapareceram, durando, no entanto, os seus ritos até o triunfo do cristianismo. (COULANGES, 1864/2000, p.14)

Ainda no mundo antigo, na Grécia mais especificamente, surge a ideia da bela morte. A morte em si não era temida, mas sim, a forma como ela chegaria. Na Grécia, neste período, não havia uma separação entre a ética e a estética, isso significa que o grego antigo buscava na ética uma estética da existência, uma estilização da vida. Nesse aspecto, a moral, a ética são características fundamentais do belo. E mais importante do que uma vida longa e calma, era uma vida e uma morte baseada naquelas características. A bela morte era o ideal de todo guerreiro, uma morte que chegasse ainda na juventude, antes do envelhecimento, antes da corrupção da matéria, uma morte que ocorresse no campo de batalha e de forma gloriosa e que principalmente não significasse o fim, assim como a de Aquiles – a representação máxima do guerreiro. Aquiles era o modelo da bela morte, o modelo do homem homérico, afinal: “ele prefere a morte gloriosa – isto é, aquelas que as gerações futuras recordarão – à vida sem brilho, sinônimo de morte pois ninguém lembrar-se-á dela. (GAGNEBIN, 2013, p. 3)

Assim, percebe-se que a morte e o pós-morte acabam por assumir a existência e a configuração que os vivos constroem para elas segundo suas culturas, crenças e épocas. A imagem do pós-morte assume um lugar não só nas crenças espirituais ou na vida cotidiana, mas também nas representações artísticas, literárias e no imaginário das sociedades. E através dessas representações pode-se observar a continuidade da crença ou do desejo da morte como um local para o advento de algo novo, de perpetuação de existência e não do fim de tudo:

Desde a época romântica, continuada pela literatura e pelo cinema fantástico até a história em quadrinhos contemporânea, os fantasmas fazem parte do cenário obrigatório da Idade Média tal como gostamos de imaginá-la. Nem tudo é falso nessa imagem não obstante fácil demais: em uma cultura eminentemente religiosa (no sentido em que cada um admitia a existência e o poder de seres sobrenaturais, geralmente invisíveis, mas muito próximos) e familiar à morte e aos mortos, a “crença nos fantasmas” era admitida por todos. No entanto, evitemos pensar que os mortos eram onipresentes nas preocupações e nos sonhos dos vivos e que esses últimos esperavam ver surgir a cada passo seus ancestrais! Nem todos os mortos voltam nem aparecem a qualquer um, não importa quando nem onde. (SCHMITT, 1999, p. 16)

Ainda na contemporaneidade mesmo com um certo afastamento entre a vida e a morte e com a ascensão da percepção da morte como o fim ou como algo necessariamente negativo, pode-se observar a remanescência do questionamento sobre o que acontece após a morte, ou a

remanescência do desejo da morte como o início de algo novo. No cinema, na literatura e na cultura pop de uma maneira geral essa remanescência apresenta-se na sobrevivência, na ressignificação e no surgimento de mitos que simbolizam o advento de uma nova vida após a morte. O próprio mito dos vampiros - que se reconstrói constantemente, a variar da sociedade e do tempo em que será contado - faz parte da literatura e da cultura ocidental desde pelo menos a idade média como uma forma de representação deste anseio da morte como um local do advento do novo.

Desde 1994, todos podem conseguir o videocassete de *Drácula* (1992), de Francis Ford Coppola, e estremecer confortavelmente em sua casa, e na quinta-feira, 3 de Dezembro de 1998, o canal de televisão France 3 exibiu *Entrevista com o vampiro* (1994), de Neil Jordan, filme inspirado no romance gótico homônimo de Anne Rice (1976). O filão cinematográfico parece inesgotável e vem produzindo o que há de melhor e de pior. Assim, foi possível ver o vampiro integrando ao faroeste em 1965 – *Billy the Kid contra Drácula* – e à história romana – *Hércules e os vampiros* (1962) e *Maciste contra o Vampiro* (1961) Quem negará a importância do tema para o imaginário humano? (LECOUTEUX, 2005, p. 12)

Dito isso, Benjamin percebe que a partir do século XIX, a forma como a sociedade lida com a morte vinha passando por um desses momentos de mudanças paradigmáticas. Percebe-se que em períodos anteriores a este século havia certa familiaridade entre a morte, o homem e seu habitat e mais do que isso a morte assumia um lugar de potência, de criação do novo. E hoje, segundo Benjamin, a morte está cada vez mais afastada dos viventes. Nesse sentido, a morte passa a ser algo esquivado e distanciado, sofrendo um banimento da convivência cotidiana e o desenvolvimento de um sentimento de que a morte deva ser vista como algo sujo. Além disso o homem passa a ter uma espécie de apego hedonista a vida. No mundo contemporâneo homens se congelam na perspectiva de que em algum momento a ciência será capaz de evitar a morte de forma definitiva. Segundo o próprio Benjamin “hoje, a morte é expulsa para cada vez mais longe do universo dos vivos” (BENJAMIN, 1936/2012, p. 223/224). O autor ainda diz que:

A ideia da eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica. Se essa ideia está se atrofiando, temos que concluir que o rosto da morte deve ter assumido outro aspecto. Essa transformação é a mesma que reduziu a comunicabilidade da experiência à medida que a arte de narrar se extinguiu. No decorrer dos últimos séculos, pode-se observar que a ideia da morte vem perdendo, na consciência coletiva, sua onipresença e sua força de evocação. Esse processo se acelera em suas últimas etapas. Durante o século XIX, a sociedade burguesa produziu, com as instituições higiênicas e sociais, privadas e públicas, um efeito colateral que inconscientemente talvez tivesse sido seu objetivo principal: permitir aos homens evitarem o espetáculo da morte. (BENJAMIN, 1936/2012, p. 223)

A forma como a sociedade passa a evitar a morte se torna um problema para a prática da narrativa tradicional na medida em que: “a morte é a sanção de tudo que o narrador pode relatar. É

da morte que ele deriva sua autoridade” (BENJAMIN, 1936/2012, p. 224) Esse afastamento da morte do universo dos vivos acarreta na extinção de um conjunto de práticas de transmissão de saber, de experiências e de histórias. A partir de então, os conselhos de moribundos em seu leito de morte ou de anciões no fim de suas vidas não se fazem mais audíveis e as experiências deixam de ser transmissíveis, pelo menos em suas maneiras de transmissões tradicionais, assim como, de certa forma, esses anciões vão deixando de ser instituições de memórias. Ainda no que se refere a morte e esse afastamento dela do espaço dos vivos, Arruda diz que:

Historicamente a ideia da morte transitou, na civilização ocidental, da aceitação a rejeição, da convivência ao expurgo. À espetacularização da morte se segue, em plena sociedade burguesa oitocentista, a sua depuração, o banimento. Da morte exemplar amparada pela comunidade à morte solitária, higienizada, enclausurada nos hospitais, nas casas de morrer. O usufruir pleno da vida fáustica conduz a sociedade burguesa a expulsar a morte do convívio dos vivos, a postergar o máximo possível a imagem da finitude na máscara da morte. (ARRUDA, 2014, p.45.)

No entanto, a morte não deve ser aqui compreendida apenas em seu sentido literal. No pensamento de Benjamin, ela assume, também, um sentido metafórico para destruição, fragmentação e rupturas. Percebe-se que a morte é entendida, por esse autor, como um dos momentos no qual se cria a possibilidade de romper com estruturas cristalizadas e perpetuadas e/ou com tendências conservadoras. A morte, portanto, no pensamento deste autor, assume um lugar de potência criadora. Para Benjamin ela não representa o fim, mas sim o advento de algo novo, a ressignificação de tradições e de saberes. Nesta linha de pensamento, Salztrager diz que:

A morte é contemplada como condição para o advento do novo. Daí a insistência em colocar que a memória do narrador é sempre breve. Suas histórias serão constantemente reapropriadas e reinventadas, transformando-se em fatos difusos articulados em uma rede que entrelaça todas as reapropriações e reinvenções por elas sofridas. (SALZTRAGER, no prelo)

Desta forma, tal como a memória do narrador é sempre breve, também o é, ou deveria ser, a memória da pesquisa historiográfica que necessita de constantes revisitações sob pena de se tornar um conhecimento fechado em si e cristalizado perpetuamente. A morte tanto para a narrativa como para a construção de um saber histórico é a chance de reconstruir e de se reformular tradições e/ou saberes. Destarte, a morte se apresenta como um facho de luz e se faz presente, ou até indispensável, no nascimento do novo. Ainda segundo Salztrager:

A morte, aqui, não representa apenas o fim da vida, mas também o seu início e, porque não dizer, sua condição. Enquanto a morte não se fizer presente, a vida será estagnação(...) Em outros termos, a vida, isenta e depurada da morte, pode até

nos conduzir ao novo, mas este novo o é apenas em aparência. No fundo, ele talvez não passe do mesmo velho travestido – e muito bem travestido – de novo, como se subjacente a tal novidade, repousasse sempre a mesma invariante. Deste modo, a novidade, se tomada em sua acepção mais radical, só pode ser alcançada através da morte. Assim, onde há morte e vida, não há apenas compensação e saudosismo. Há laços que se constroem e que se destroem para que se construa novos laços que também serão devidamente destruídos. Onde há vida e morte, há construções sucessivas que serão sempre dirigidas para suas destruições. O novo, surge, aqui, na forma de um lampejo, no momento instantâneo em que a morte se faz presente. E, com ela, se inicia uma nova vida. (SALZTRAGER, no prelo)

Portanto, a morte representa criação, e a partir disso o narrador sanciona suas histórias e o historiador se vê capaz de combater saberes oficiais, cristalizados e dogmáticos, na constante necessidade de reconstruir a narrativa vigente e com isso levar a sociedade a um novo conhecimento de si, por meio da demonstração das possibilidades de constantes ressignificações de saberes. Isso denota entender a responsabilidade do narrador no processo de construção histórica. Para Benjamin, o valor destas construções encontra-se justamente no fato de que as possibilidades de se narrar histórias e, portanto, de se construir conhecimentos e memórias, não se esgotam, o que significa dizer que um “mesmo” objeto provavelmente gerará as mais diversas e incontáveis interpretações o que transformará esse objeto em algo múltiplo e heterogêneo.

Então, com base na obra de Benjamin, podemos depreender que, assim como a transmissão através da narrativa o conhecimento historiográfico não é apenas um espaço para lembrar e contar a História, mas sim, um espaço no qual se constroem memórias, se incita a busca por outras narrativas. Assim, a dialética e as concessões entre memória, História, lembrança e esquecimento se dão de forma processual na reconstrução e ressignificação de objetos antes vistos como cristalizados e imutáveis, resultado de um constante reaproveitamento de marcas, vestígios e fragmentos antes legados ao esquecimento.

Gagnebin escreve que:

Desde o livro sobre o barroco até o texto póstumo das Teses: a saber, que a exigência de rememoração do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado. Vemos melhor, agora, por que e em que sentido a origem Benjaminiana é profundamente histórica; por que, paradoxalmente, a restauração da origem não pode cumprir-se através de um suposto retorno às fontes, mas, unicamente pelo estabelecimento de uma nova ligação entre o passado e o presente. (GAGNEBIN, 2013, P. 16)

Desta forma, o que se pretendeu demonstrar neste capítulo, é que a construção do conhecimento historiográfico deve abrir mão da busca por conclusões propriamente ditas. Cabe a este conhecimento, na verdade, levantar uma série de questões a serem constantemente retomadas, e ao historiador, cabe seguir essas questões tendo sempre em vista a imprevisibilidade da História, buscando acabar com a oficialização do passado e através da interferência, da busca por vestígios, fazer tanto do passado como do presente um leque infinito de possibilidades. Afinal “o progresso não se situa na continuidade do tempo e sim em suas interferências, onde algo verdadeiramente novo se faz sentir pela primeira vez, com a sobriedade do amanhecer” (BENJAMIN, apud GAGNEBIN, 2014, p. 216). A partir disso criam-se novos caminhos que permitirão a construção de uma História sempre aberta, evitando a dogmatização de seu objeto de estudo.

## 2. FOUCAULT E A HISTÓRIA COMO LOCAL DE CONFLITOS

Foucault foi um intelectual que transitou entre os mais diversos campos do saber. Foi filósofo, historiador, teórico social e da psicologia e crítico literário. Ao longo de sua obra, seus estudos que privilegiaram a problematização, descontinuidades e desnaturalização de práticas e de saberes. Estas posturas são pontos centrais de seu pensamento e elas se dão de forma constante ao longo dele. Machado (2015) entende que a obra de Foucault pode ser dividida em três grandes momentos. Em um primeiro momento que podemos chamar de “arqueologia do saber”, Foucault se aproxima do movimento estruturalista, aventando a possibilidade de se estudar os fenômenos através das estruturas que se dão por trás deles. Nesse momento Foucault apresenta uma teoria sobre a construção do conhecimento histórico aonde esse conhecimento se constitui a partir de construções discursivas. No segundo momento e a partir de obras como “Vigiar e Punir” (2014) o filósofo se distancia, de forma relativa, desta vertente e inicia uma segunda fase epistemológica da construção de suas teorias. Neste momento ele passa a focar seus estudos na genealogia do poder e se dedica a construir uma teoria da História aonde esse saber se constitui como algo conflituoso e inserido dentro de uma rede microfísica de poderes. Por fim, em um terceiro momento, o autor enfatiza pesquisas sobre o cuidado de si e a questão do sujeito e da ética. É importante esclarecer que essas divisões servem como forma de esquematizar a construção da obra de Foucault mas que não devem ser encaradas como divisões rígidas ou como momentos de rupturas completas. Essas segmentações são fluidas e em diversos instantes os “três Foucaults” dialogam entre si de modo a tornar muito tênue a diferença entre as três fases. Percebe-se também que nos três momentos ele aborda os mesmos objetos fazendo questionamentos de maneira diferente.

Foucault tem como temas de estudo o saber, o indivíduo, as relações de poder, a loucura, a sexualidade, as prisões e as mais diversas práticas do cotidiano. Contudo, ao contrário do que essa variada gama de assuntos pode fazer parecer, em um primeiro momento, sua obra não é dispersa, ela se inter-relaciona de forma constante. Seu pensamento é uma fonte de referência extremamente interdisciplinar e de onde bebem pesquisadores dos mais diversos campos do saber. O próprio filósofo afirmava que suas obras devem ser usadas como caixas de ferramentas conceituais. Em uma entrevista ao “*Le Monde*” no ano de 1974, o autor afirma que:

todos os meus livros seja a *Historie de la Folie*, seja este (Vigiar e Punir) são, se você quiser, caixinhas de ferramentas. Se as pessoas querem abri-los, se servir

dessa frase, daquela ideia, de uma análise como de uma chave de fenda ou um torquês, para provocar um curto circuito, desacreditar os sistemas de poder, eventualmente até mesmo os que inspiram meus livros... pois tanto melhor. (FOUCAULT apud ERIBON, 1990, p. 220)

Isso não significa que o pensamento de Foucault possa ser utilizado de qualquer forma, mas sim, que existem múltiplas maneiras de utilização de sua obra. Ainda sobre a questão de suas teorias compreendidas como caixas de ferramentas conceituais, o autor afirma:

O papel da teoria hoje, parece-me ser justamente este: não formular a sistemática global que repõe tudo no lugar, mas analisar as especificidades dos mecanismos de poder, balizar as ligações, as extensões, edificar pouco a pouco um saber estratégico. Se “os partidos tradicionais reinstalaram sua hegemonia à esquerda” e sobre lutas diversas que não controlaram, uma das razões – entre muitas outras – foi porque só se deu uma lógica profundamente inadequada para analisar seu desenvolvimento e seus efeitos. A teoria como caixa de ferramentas, quer dizer:

- que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno deles;
- que essa pesquisa só pode fazer aos poucos, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas reflexões) sobre situações dadas. (FOUCAULT, 1977/2015b, p.246)

A questão do poder, dos saberes e do binômio constituído por esses dois objetos foi amplamente discutida pelo autor, no seu segundo período epistemológico. Foucault pensa a questão do poder em um sentido diferente daquele que o entende como algo inserido unicamente nas esferas institucionais, o que acaba por opor radicalmente o pensamento deste autor as teorias marxistas, por exemplo. Sobre essa oposição e o papel do Estado comumente visto como o centro irradiador das relações, ou mesmo como detentor do poder, o autor explica:

Na França, em geral, entendem-se também como poder os efeitos de dominação que estão ligados à existência de um Estado e ao funcionamento dos aparelhos de Estado. O poder: imediatamente, o que vem à mente das pessoas é o exército, a polícia, a justiça. Para falar da sexualidade outrora, condenavam os adúlteros, condenavam os incestos: hoje, condenam os homossexuais, os violentadores. Ora, quando se tem essa concepção do poder, penso que localizamos somente nos aparelhos do Estado, enquanto as relações de poder existem – mas isso, sabe-se apesar de tudo, porém nem sempre se tira as consequências -, passam por muitas outras coisas. As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes do Estado ou pelas grandes dominações de classes, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder do Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de

relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou tal ideia?

A estrutura de Estado, no que ela tem de geral, de abstrato, mesmo de violento, não chegaria a manter assim, contínua e cautelosamente, todos os indivíduos, se ela não se enraizasse, não utilizasse como uma espécie de grande estratégia, todas as pequenas táticas locais e individuais que encerram cada um entre nós. (FOUCAULT, 1977/2015a, p.226)

Ao longo de sua obra, Foucault concebeu uma nova ótica no que se refere ao conceito de poder e suas relações com a sociedade, com as instituições e com formas de se construir conhecimento. Segundo este filósofo, o poder está entranhado em todas as instâncias da vida e das relações sociais e ninguém está alheio a ele. Além disso, em seus estudos, Foucault, utiliza algumas hipóteses lançadas, pelo filósofo Nietzsche, entre elas a ideia de que o conhecimento e a verdade “resgatada” pelos saberes foram criados e não descobertos, e através destas hipóteses Foucault passa a entender a noção de poder e dos saberes de forma desnaturalizada e, portanto, como algo construído e concebido a partir de lutas e conflitos.

Tomarei como ponto de partida, um texto de Nietzsche datado de 1873, e só publicado postumamente. Diz o texto: “Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o instante da maior mentira e da suprema arrogância da história universal”. Nesse texto, extremamente rico e difícil, deixarei de lado várias coisas, até mesmo, e sobretudo, célebre e difícil frase: “Foi o instante da maior mentira”. Considerarei inicialmente, e de bom grado, a insolência, a desenvoltura de Nietzsche ao dizer que o conhecimento foi inventado sobre um astro e um determinado momento. Falo de insolência, nesse texto de Nietzsche, porque não devemos esquecer que em 1873 estamos, senão em pleno kantismo, pelo menos, em pleno neo kantismo. E a ideia de que o tempo e o espaço podem preexistir ao conhecimento, a ideia de que o tempo e o espaço não são formas do conhecimento, mas, pelo contrário, espécie de rochas primitivas sobre as quais o conhecimento vem se fixar, é para a época absolutamente inadmissível. É a isso que gostaria de me ater, fixando-me primeiramente no próprio termo invenção. Nietzsche afirma que, em um determinado ponto do tempo e em um determinado lugar do universo, animais inteligentes inventaram o conhecimento; a palavra que emprega, invenção, - o termo alemão é *Erfindung* -, é frequentemente retomada em seus textos, e sempre com sentido e intenção polêmicos. Quando diz invenção é para não dizer origem; quando diz *Erfindung* é para não dizer *Ursprung*. (FOUCAULT, 1996, p. 14/15)

A partir desta compreensão, de que tanto o poder quanto os saberes não são fenômenos naturais e enraizados, percebe-se que o poder, sobretudo, não se impõe de forma unilateral a partir de uma única fonte irradiadora, ao contrário, ele se exerce em todos os sentidos e direções simultaneamente. Desta maneira, no pensamento de Foucault, não existe um centro emanador do poder, mas sim, o poder exercido em forma de redes. O autor considera o poder não apenas como

algo repressor, mas também como algo criador das mais variadas verdades, saberes e conflitos. (FOUCAULT, 2015)

A partir desta abordagem teórico metodológica proposta por Foucault lança-se um olhar opositor às ideias de continuidade e linearidade. O autor fogia de uma linha analítica de progresso e abria espaço para a possibilidade de se passar a ver a História para além da cristalização de um saber oficial ou da transmutação de memórias naturais e verdadeiras neste tipo de saber oficial e artificial mas que também se impunha e se pretendia como verdadeiro. Como dito anteriormente, a noção de problematização é central e constante no pensamento de Foucault e nesse aspecto a História é vista como uma condição de possibilidades e não de certezas, como um campo que enfatize a problematização dos saberes construídos e a inter-relação de micro poderes na base da construção desse saber em detrimento da cristalização de verdades absolutas, como um local gerador de conflitos e de criação do novo, como um saber produzido a partir destas relações.

Permite-se, então, a alternativa de se ver a História como um saber fluido, descontínuo e desnaturalizado, distanciando-a da pretensão de harmonia e universalidade inerente à História tradicional e oficializada. De acordo com essa concepção os locais de memórias de Nora (1993), as narrativas historiográficas ou mesmo o saber, sobretudo o proveniente das ciências humanas, deixam de ser vistos unicamente como locais de transmutação de memórias naturais em Histórias artificiais, locais de manutenção de *status* vigentes e de cristalização de discursos, de narrativas e de memórias oficiais “vencedoras” ou de agentes construtores de verdades absolutas e passam a ser entendidos como locais de descontinuidade nos quais existe a probabilidade das mais variadas emanções de poder e as mais diversas construções de verdades múltiplas. Isso significa entender esses locais de memória como locais que possuem sua própria historicidade e estão inseridos dentro de uma trama microfísica de poderes. Os arquivos, os museus e a própria História não detém a capacidade exclusiva de serem monumentos eternizados e dogmatizados, eles estão inseridos dentro dessa trama de relações microfísicas, o que por si só dá a eles uma gama múltipla de possibilidades. Eles não são locais aonde se deveria encontrar uma memória espontânea e verdadeira porque esse tipo de memória na verdade não existe. Ao contrário eles são como um palimpsesto, um manuscrito nunca terminado, sempre pronto para se reescrito, relido, reinterpretado, reconstruído. A memória não está enraizada no concreto de uma História imutável, ela não é natural ou verdadeira, mas sim uma produção emergida nas mais variadas relações de poder. Portanto tanto as memórias, sejam individuais ou coletivas, como a História são da ordem da produção e estas não conseguiriam se dar

fora da trama de microfísica de poderes explicitada por Foucault. A construção do saber historiográfico a partir dessas possibilidades é o tema que será discutido ao longo deste capítulo.

## 2.1 O poder em Foucault

No que se refere às relações de poder, as investigações de Foucault giram, *grosso modo*, em torno de como ele se constitui no meio social e na produção de saberes. Os estudos do filósofo tentam discernir os mecanismos existentes nas relações de poder, nos seus efeitos produtores de verdade e nas regras que o delimitam. Foucault, entende e realiza estudos sobre o poder a partir da percepção de que este não é uma forma de dominação universal e centralizadora que se pluralizaria em todos os aspectos da vida material da sociedade a partir de um único ponto irradiador. A hipótese do poder como algo detido pelo Estado ou por instituições capitalistas, como uma espécie de bem que possa ser possuído, ou como um fenômeno que sirva para manter as relações de produção e de dominação, é algo ainda comum no pensamento contemporâneo e permeia as mais variadas teses e hipóteses desde ideias elaboradas por teóricos acadêmicos marxistas até ideias debatidas no seio do senso comum e amplamente difundidas. Foucault, ao longo de sua obra, ao elaborar o conceito de microfísica do poder contraria essa vertente teórica. (FOUCAULT, 2015)

Ele entende que o poder não é necessariamente criado, detido e/ou irradiado pelo Estado ou pelas instituições, mas que ele se exerce em níveis variados e em pontos diferentes, em forma de microrredes. Para esse autor as relações de poder se multiplicam, atravessam e caracterizam o corpo social. O poder é algo que funciona em cadeia e se exerce em rede. Neste aspecto todo sujeito é fonte e alvo do poder. Portanto, o poder:

Não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação: nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos

sejam identificados e construídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito do poder, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 2015, p. 284/285)

Portanto, para Foucault, o poder não é um fenômeno natural de dominação unilateral de um grupo privilegiado sobre uma massa inerte. Não existe nessa teoria o binômio: aqueles que detêm e submetem o poder x aqueles que não o detêm e que por conseguinte são submetidos a ele. Para Foucault os indivíduos não estão à margem do poder, eles são parte constituinte, são causas e efeitos de um tipo de poder que se exerce em redes e que provem de todos os lugares. O poder é algo que leva a relações conflituosas e contínuas e que está presente nas relações pessoais, sociais, familiares, de trabalho, na construção dos saberes e em todos os espaços da vida cotidiana. Nesse sentido, o Estado não é o ponto de partida que irradiaria o poder de forma homogênea como uma espécie de dominação global e centralizada.

Percebe-se com a isso que História, como qualquer outro saber, está inserida nessa trama, ela não é um saber oficial, cristalizado e submetido de forma unilateral a um público inerte que aceita sua dogmatização de forma passiva. Ao contrário, a História se constitui nesse ambiente de conflitos e através das relações de poder e de resistências. Ela é o resultado de inúmeros microconflitos que atravessam toda a sociedade e que se constituem a partir dela da mesma forma que as sociedades a constituí. Portanto a História não deve ser vista como um instrumento de dominação, como um saber cristalizado e oficial mas sim como um elemento dentro dessa trama de relações de poder e que a depender de como essas relações se desenvolvam detêm a possibilidade de construir tanto um saber cristalizado e dogmatizado como um saber capaz da salvação, em um sentido benjaminiano, e da descolonização do conhecimento historiográfico.

Percebe-se, com isso, mais uma vez, que a teoria de Foucault sobre como o poder se dá nas relações sociais é claramente distanciada da teoria marxista, ou seja, aqui o poder não é manifestação opressiva irradiada de fontes geradoras e unilaterais e nem se apresenta como um conceito estático. A partir do pensamento de Foucault, o poder deixa de ser um fardo imposto e passa a ser observado como a forma pela qual todas as coisas acontecem desde a construção de saberes e de narrativas até as práticas mais cotidianas da vida em sociedade. Contudo, apesar da estrutura fluida das redes de poder deve-se aventar a possibilidade que determinadas conjunturas sociais podem facilitar a cristalização de uma estrutura de poder específica. Com isso, legitimando algumas instituições e *status*, podem gerar a sensação do poder como algo detido e imposto de

forma unilateral pelo Estado, por determinadas instituições e/ou segmentos da sociedade. Portanto, é importante deixar claro que:

Não se tratava, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que Foucault pretendia era insurgir contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único do poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, o que destruiria a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar (MACHADO, 2015, p. 16)

Para Foucault, o poder mais do que opressor é produtor, além disso, ele está intimamente ligado a produção de verdades através do saber. O poder e suas relações produzem e sustentam o saber, esses dois objetos se inter-relacionam sem, no entanto, estarem subordinados:

Eu não disse que os dois se subordinam categoricamente. Desde Platão, sabe-se que o saber não pode existir totalmente independente do poder. Isso não significa que o saber está subordinado ao poder, pois um saber de qualidade não pode nascer em tais condições. O desenvolvimento de um saber científico é impossível de compreender sem considerar as mudanças nos mecanismos do poder. O caso típico seria aquele da ciência econômica. Mas também uma ciência como a biologia evoluiu segundo elementos complexos, tais como os desenvolvimentos da agricultura, as relações como o estrangeiro, ou então a dominação das colônias. Não se pode pensar o progresso do saber científico sem pensar mecanismos de poder.(FOUCAULT, 1978/2015a, P.263)

Deve-se entender que os efeitos do poder não se dão única e exclusivamente em termos negativos. As relações de poder não são baseadas apenas na repressão. Na verdade, mais do que qualquer outra coisa essas relações produzem e criam. Neste aspecto, tanto a História como outras formas de produção de saber, não estão, ou ao menos detém a possibilidade de não estarem predestinadas a construção de narrativas oficiais e cristalizadas que sirvam como instrumento de manutenção de *status quo*. Ao contrário, o saber é o local propício ao conflito e a constante produção do novo. O poder se encontra no saber e, por isso, o saber é um dos pontos móveis e transitórios da estrutura social em que se encontram a resistência e a produção. Portanto, o poder mais do que repressivo é construtivo, afinal:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2015, p. 44/45)

Foucault está deixando claro que o poder, além de não ser um fenômeno detido e imposto de forma unilateral, também não é algo que gere apenas submissão. Mais do que isso, qualquer tipo de relação de dominação cristalizada dentro dessa trama microfísica não conseguiria se manter se fosse baseada exclusivamente na repressão. O poder não se legitima apenas através da violência e da imposição, mas também da produção de saberes, de prazeres e de corpos eficientes e eficazes. O poder produz verdades, produz eficácia e produz prazer. Portanto mais do que supliciar ele aprimora e ele adentra. Aqui, Foucault, contraria Marx mais uma vez e apresenta o poder como uma rede produtiva que se atualiza constantemente e que não seria eficaz se fosse meramente repressivo. A própria cristalização de estruturas de poder necessita de instrumentos legitimadores que vão além da violência e da mutilação para a perpetuação de seus projetos ele precisa produzir positivities legitimadoras.

Além disso, Foucault compreende que o próprio conceito de poder possui sua historicidade e não deve ser encarado como um fenômeno natural. Para Foucault, os objetos de análise, e o poder não foge a essa regra, são sempre determinados pela sua inserção no espaço e no tempo, mesmo que contrariamente tentem lhe dar características universalizantes. Em “Vigiar e punir” (2014) e em “A verdade e as formas jurídicas” (1996) o autor demonstra que a partir de meados do século XVIII são encontrados em toda parte protestos contra o suplício. O suplício era naquele momento a representação de uma forma de controle dos corpos através da punição e da alegoria, e que só era eficiente dentro de uma rede de micropoderes que os legitimavam. Contudo, quando essa forma de controle passa a ser questionada dentro dessa trama de micropoderes e torna-se intolerável, não por questões humanitárias, mas sim por questões de economia de poder, é preciso encontrar outra forma, outro projeto de punição, de controle e de normalização do indivíduo, para que seja feito um remanejamento na economia de controle e da punição.

Portanto, as próprias relações de poder passam por uma transição, uma substituição paulatina das técnicas de punição e começam a apresentar novos mecanismos de poder fundamentados na disciplinarização do corpo. A partir de então se passa a perceber que é mais eficaz vigiar do que punir e caminha-se para um dispositivo funcional que deve tornar mais eficiente as formas como as relações de poder se dão, tornando-as mais rápidas, mais leves, mais eficazes, com um desenho de coerções sutis.

Neste aspecto, surgem métodos que permitem o controle do corpo, que realizam uma sujeição constante de suas forças e que lhe impõe uma relação de docilidade e utilidade. As

disciplinas - nome dado por Foucault a esse aspecto - visam aumentar as forças do corpo em termos econômicos e diminuí-las em termos políticos. Para tanto se estabelece um controle do espaço e do tempo através da organização de meios de confinamento (escolas, fábricas, igrejas, exército, famílias, hospitais, prisões...) fechados em si, individualizados, classificatórios e hierarquizados no qual se consolida uma sujeição do sujeito ao tempo, objetivando-se produzir o máximo possível quantitativa e qualitativamente.

Esse adestramento e a eficiência do modelo disciplinar se dá através de três fatores que são a vigilância contínua e permanente do indivíduo, a sanção normalizadora e o exame. No que se refere a vigilância constante, Foucault (2014) na década de 1970 apresenta a hipótese que uma figura arquitetural pensada como um modelo ideal de prisão, pelo filósofo inglês Bentham, e chamada de *panopticon* que foi, na verdade, utilizada como um dispositivo de controle, mesmo que de forma não intencional, pelos mais variados tipos de instituições. Esse modelo de estrutura nada mais era que:

um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem ninguém ao contrário pudesse vê-lo. (...) O *Panopticon* é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou. Esse tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo. Vivemos em uma sociedade onde reina o panoptismo. (FOUCAULT, 1996, p. 87)

Esse dispositivo de vigilância se espalhou pela sociedade em uma rede ramificada que foi além da estrutura física das prisões e percebe-se, através das hipóteses de Foucault, que o cerne principal da ideia do *panopticon* pode ser encontrado nas mais variadas entidades. A ponto de em alguns momentos tornar-se difícil, para um olhar menos perspicaz, diferenciar a estrutura das instituições mesmo elas sendo heterogêneas e fechadas em si. Em “Verdade e as formas jurídicas” (1996), Foucault nos brinda com a descrição do funcionamento de uma agremiação que realmente existiu nos anos de 1840/1845, nos desafiando a perceber de que tipo de fundação se tratava:

Era uma instituição onde havia 400 pessoas que não eram casadas e que deviam levantar-se todas as manhãs às cinco horas; às cinco e cinquenta deveriam ter terminado de fazer a *toilette*, a cama e ter tomado o café; às seis horas começava o

trabalho obrigatório, que terminava às oito e quinze da noite, com uma hora de intervalo para o almoço; às oito e quinze, jantar, oração coletiva; o recolhimento aos dormitórios era as nove horas em ponto. O domingo era um dia especial; o artigo cinco do regulamento desta instituição dizia: “Queremos guardar o espírito que o domingo deve ter, isto é, dedicá-lo ao cumprimento do dever religioso e ao repouso. Entretanto, como o tédio não demoraria a tornar o domingo mais cansativo do que os outros dias da semana, deverão ser feitos exercícios diferentes, de modo a passar esse dia cristã e alegremente”; de manhã, exercícios religiosos, em seguida exercícios de leitura e de escrita e finalmente recreação as últimas horas da manhã; à tarde, catecismo, as vésperas, e passeio depois das quatro horas, se não fizesse frio. Caso fizesse frio, leitura em comum. Os exercícios religiosos e a missa não eram assistidos na igreja próxima porque isso permitiria aos pensionistas deste estabelecimento terem contato com o mundo exterior (...). Os pensionistas só podiam sair do estabelecimento durante os passeios de domingo, mas sempre sob a vigilância do pessoal religioso.. Este pessoal vigiava os passeios, os dormitórios e assegurava a vigilância e a exploração das oficinas. O pessoal religioso garantia, portanto, não só o controle do trabalho e da moralidade, mas também o controle econômico. Esses pensionistas não recebiam salários, mas um prêmio - uma soma global estipulada entre 40 e 80 francos por ano - que somente lhes eram dados no momento em que saiam (...) (FOUCAULT, 1996, p. 108/109)

As formas como esses mecanismos surgem atrelam-se ao advento das ciências dos homens e a um novo tipo de relações de poder que “em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”(FOUCAULT, 2014, p. 167). Além disso, esses mecanismos possibilitam a normatização do indivíduo e a marginalização seguida da correção do desviante, do diferente, da alteridade.

O encadeamento desses sistemas continuou a impor esse esquema, até fazê-lo ser aceito pela geração atual como uma forma de normalidade. Não obstante, não é dito que isso seja um grande mal. O controle contínuo dos indivíduos conduz a uma ampliação do saber sobre eles, que produz hábitos de vida refinados e superiores. Se o mundo está a ponto de se tornar uma espécie de prisão, é para satisfazer as exigências humanas (FOUCAULT, 1978/2015b, p.300)

É no contexto exposto de normatização do indivíduo que surgem propostas como, por exemplo, a de educar e disciplinar as crianças para que elas se transformem em bons e produtivos adultos. Propostas como essas não são possíveis sem o advento de certos saberes que a legitimem, dentre eles as ciências humanas modernas. Portanto: “as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos do poder” (FOUCAULT, 2014, p.33), um saber que normatiza e que de certa forma leva a homogeneidade e permite medir e punir os desvios. Um saber que também serve como um aparelho de legitimação de micropenalidades. O que torna mais evidente a inter-relação entre saber e poder, afinal:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber

estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.(...) Resumindo não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.(FOUCAULT, 2014, p. 31)

Após a percepção desta breve genealogia do conceito de poder, passa-se a entender as verdades produzidas a partir dos campos do saber, acontecimentos históricos e as construções historiográficas de forma desnaturalizada. Eles não existem como um fato histórico ou como uma verdade absoluta, obedientes a uma linearidade histórica que esperam para ser revelados ou resgatados pelo pesquisador. Um acontecimento histórico só é elevado a tal status a partir do momento que o historiador o resgata como tal.

Nesta concepção a História não se faria de sujeitos ou objetos e muito menos de dados brutos a serem resgatados, mas das possibilidades, da condição do que foi, do que é ou do que pode ser, da busca pelas problematizações e pela desnaturalização de experiências, discursos e acontecimentos. Os sujeitos, objetos e os acontecimentos são relativizados e vistos como produções. O discurso elaborado pelo historiador passa pela lógica da trama histórica, assim como as fontes documentais passam a ter o status de acontecimentos históricos. O instrumento primário do trabalho de reconstituição de realidades, o documento, deixa de ser visto como fonte inerte de informações. Ele é a representação do último dos três fatores que torna o modelo disciplinar eficiente. É através do exame, que é a mescla do olhar e da sanção, que o indivíduo se torna visível. É a partir do exame que se constrói a verdade do indivíduo. O exame constrói uma espécie de arquivo que conta a História de alguém e que a partir disso constitui esse indivíduo e possibilita com que o poder se esconda na constituição desta narrativa historiográfica. Nesse sentido, na concepção de História pretendida nesse trabalho produzir verdades não significa trazer a tona esses exames e esses arquivos como algo absoluto e inquestionável. Mas sim franquear o acesso a esses arquivos, a trama microfísica na qual eles estão inseridos, não só à informação mas também à metainformação e consequentemente as mais diversas possibilidades de construções narrativas advindas deles.

A percepção deste modelo faz com que o documento passe a ser entendido como um fato que traz em si as diversas relações de poder que o produziram. Não cabe ao historiador ser fiel as informações contidas em determinado documento, e sim entender as relações heterogêneas e descontínuas envolvidas na produção daquela informação. Portanto é tarefa inerente ao ofício do historiador a desnaturalização de uma História ou de fontes cristalizadas. Deve-se entender que

nada do que chegou até nós foi produzido ou arquivado de forma inocente. O documento e a informação contida nele, ou até mesmo a informação gerada a partir dele, é em si um acontecimento histórico. Foucault deixa evidente essa mudança de foco na relação entre pesquisador e fonte documental, na introdução de “A arqueologia do saber”, quando escreve que:

Ora por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.(FOUCAULT, 2014, p. 07/08)

Portanto, a análise destes elementos são formas de desnaturalizar as verdades consagradas e visualizar os jogos de poder envolvidos em suas construções. A partir desta ótica a História pode ser vista como um local de conflitos e de disputas em detrimento à História tradicional, cristalizada, harmoniosa e universalizante. Neste novo entendimento a História perde seu caráter anterior de registro e de práticas de perpetuação, de narrações que condensam os fatos em percursos evolutivos que precisam ser comunicados de forma objetiva, e passa englobar relações de poder, construções narrativas e a desnaturalização de verdades previamente constituídas. Nesse sentido, a História passa a ser compreendida sob a ótica de que o objeto de uma ciência e a própria noção de ciência não são verdades eternas e cristalizadas, e que habitam um campo de relações de forças em que se constituem os jogos de poder, e não verdades documentais. Estabelecendo um local de conflitos no qual pode-se gerar tanto a manutenção de “*status quo*” como a criação de memórias diversificadas, ou o embate com poderes constituídos. E isto que discutiremos a partir de agora.

## 2.2 Uma genealogia da História

Tanto o conceito de poder ou de relações de poder possui sua própria historicidade, bem como a História, “a ciência histórica é um fenômeno ele mesmo histórico, submetido às condições históricas. Legitimidade da história, mas também fragilidade da história” (LE GOFF, 2001, p. 18). Na mitologia grega a origem da história se dá a partir da deusa da memória. Mnemósine é a deusa

que personifica a memória, sendo uma das filhas de Urano e Gaia. Em uma das versões da mitologia desta deusa, após a vitória dos deuses do olimpo sobre os titãs foi solicitado a Zeus que criasse divindades capazes de cantar, celebrar e perpetuar a vitória dos deuses olímpianos. Desta forma Zeus partilhou o leito com Mnemósine, durante nove noites consecutivas e um ano depois a deusa deu a luz a nove musas que cantavam o presente, o passado e o futuro, ao som da lira de Apolo. Entre as nove filhas de Mnemósine encontra-se Clio, a musa da história e da criatividade, aquela que celebra e as divulga, e é frequentemente representada por uma jovem com uma coroa de louros, trazendo à mão esquerda uma trombeta e à direita um livro (BARREIROS, 2013).

Fora da mitologia grega a História pode ser compreendida como o campo do saber que estuda as relações do homem ao longo do tempo, tradicionalmente Heródoto é conhecido como o pai deste saber.

Com o intuito de preservar os acontecimentos mais significativos do povo grego, Heródoto escreveu um conjunto de nove livros que deu o título de *Histórias*. No dialeto jônico utilizado por Heródoto, a palavra “histórias” significava pesquisas e se referia ao método adotado para coletar informações contidas na obra. No “Proêmio” de suas *Histórias*, Heródoto declara a sua intenção de preservar para as gerações futuras a memória dos acontecimentos e comportamentos do povo grego, comprometendo-se com a verdade dos fatos narrados. Para compor as suas *Histórias*, Heródoto lança mão da tradição escrita grega, principalmente dos textos de Homero e da prosa antiga. (BARREIROS, 2013, p. 42/43)

Isso, por si só já pode ser compreendido como algo que afaste do campo da historiografia um determinado período, a pré história, e um determinado espaço, tudo aquilo que não estiver inserido na Europa ocidental. Contudo, deixando de lado essa discussão e aceitando Heródoto como um pioneiro no que se refere à investigação da ação do homem no tempo, percebe-se que:

Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante. A forma dominante, porém, tem sido as narrativas dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis. Foi durante o iluminismo que ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica. (BURKE, 1997, p. 17)

Portanto, até meados do século XVIII os historiadores pouco pensaram sobre a forma como esse conhecimento se constrói e muito produziram no que se refere a narrativas descritivas sobre guerras, política e “grandes homens” ou ao resgate das mesmas. É o movimento iluminista que lança as bases para que a História comece a se questionar como um campo do saber e ampliar os objetos a serem estudados e as metodologias de pesquisa.

Por volta de meados do século XVIII, um certo número de escritores e intelectuais, na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países, começou a preocupar-se com o que denominava a “história da sociedade”. Uma história que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os “costumes”, temas que haviam sido o centro de atenção do famoso livro de Voltaire *Essai sur les moeurs* (BURKE, 1997, p. 17).

Contudo, esses questionamentos e essa busca por uma razão histórica acabaram por desembocar em uma tendência que buscava como forma de legitimação da História enquanto saber científico aproximá-la de métodos e teorias das ditas ciências exatas. Essa busca acabou por construir uma concepção positivista de mundo, cuja metodologia era embasada na objetividade e neutralidade do historiador. Neste período a História foi contada por meio de documentos oficiais escritos e inquestionáveis, pertencentes a uma cronologia linearizada. Buscava-se através desta forma de construção historiográfica dar fundamentos objetivos e “científicos” a ciência histórica. Para os historiadores positivistas, o trabalho do historiador era somente a coleta dos fatos. Sendo, contudo, ignorada toda a subjetividade, todo conflito implícito no processo de construção historiográfica.

Uma das consequências da chamada “revolução Copernicana” na história ligada ao nome de Leopold von Ranke, foi marginalizar ou re-marginalizar, a história sociocultural. Os interesses pessoais de Ranke não se limitavam à história política. Escreveu sobre a Reforma e a Contra-Reforma e não rejeitou a história da sociedade, da arte, da literatura ou da ciência. Apesar disso, o movimento por ele liderado e o novo paradigma histórico elaborado arruinaram a “nova história” do século XVIII, Sua ênfase nas fontes dos arquivos fez com que historiadores que trabalhavam a história sociocultural parecessem meros *dilettanti*. Os epígonos de Ranke, foram, porém mais intolerantes que o mestre e, numa época em que os historiadores buscavam profissionalizar-se, a história não-política foi excluída da nova disciplina acadêmica. As novas revistas profissionais fundadas no final do século XIX (...) concentravam-se na história dos eventos políticos. (BURKE, 1997, p. 18)

No século XX, os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, lideraram um movimento dentro da historiografia francesa que buscava se distanciar da História positivista e apontar novos caminhos. Esses historiadores desenvolvem esses novos rumos fundando a revista *Annales*. Esta revista tinha como objetivo inserir um novo pensamento e abordar novas questões relacionadas à História além de ampliar seus objetos de estudo, os temas a serem observados e a metodologia utilizada. Temas referentes ao cotidiano, as mentalidades e a economia passam a ser constantes nos estudos históricos desse movimento o que acaba por fazer com que se questione a História, ou mesmo o documento histórico, como um saber oficial, imutável e carregado de um caráter fixo de verdade inquestionável. Depois do advento da escola dos *Annales*, passa-se a perceber com mais

clareza a questão de que a História é uma construção e que está sujeita a variações temporais e espaciais. A partir de então, exige-se do historiador “a consciência de que o fato histórico não é um fato ‘positivo’, mas o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, construir esses documentos, esses fatos históricos, em problema” (LE GOFF, 2001, p. 19). Com isso abre-se espaço para vozes antes inaudíveis e para o questionamento do que antes era inquestionável. É a partir deste contexto que se inserem as discussões paradigmáticas no campo da historiografia ao longo do século XX, que foram abordadas na introdução deste trabalho.

Dito isto, é importante deixar claro que apesar de Foucault não estabelecer uma congruência absoluta com nenhuma das escolas ou dos paradigmas historiográficos apresentados até agora, este autor estabelece uma crítica mais incisiva a um tipo de História tradicional, factual e positivista que se ocupa exclusivamente de expor acontecimentos, celebrar datas e relatar descobertas e à História que dê ênfase excessiva à continuidade e a naturalização de eventos.

Portanto, Foucault combate a concepção da História como uma forma de saber contínuo que evolua de forma progressiva. Esse tipo de concepção, rejeitada tanto por Foucault como por Benjamin, apresenta a ideia de um progresso linear no qual as ciências, as artes, as técnicas e as culturas se desenvolvem progressivamente na direção de um futuro que vai ser necessariamente melhor, mais positivo e mais iluminado do que o presente e conseqüentemente do que o passado. Sobre essa crença Carr escreve que:

A noção de que o progresso tem na história um objetivo finito e claramente definido, tão frequentemente postulada por pensadores do século XIX, mostrou-se inaplicável e estéril. A crença do progresso significa não uma crença no processo automático ou inevitável, mas no desenvolvimento gradativo das potencialidades humanas. O progresso é um termo abstrato; os fins concretos almejados pela humanidade surgem de tempos em tempos no curso da história, sendo proveniente de algo que se situe fora dela. Não acredito na perfeição do homem ou num futuro paraíso terrestre. (CARR, 1982, p. 152)

O processo de construção do conhecimento historiográfico em Foucault deixa sempre à vista que cada objeto, cada sociedade, cada conceito está inserido em determinado espaço e tempo e, portanto, possui uma historicidade própria que deve ser analisada. Deste modo, conclui-se que eles não devem ser compreendidos como uma etapa da história universal da civilização.

Esta ideia de progresso na verdade serve como uma forma de legitimar posições hegemônicas e colonizadoras que cristalizam discursos historiográficos servindo como agentes

mantenedores de *status quo*. Ao invés disso, Foucault busca uma construção de conhecimento que privilegia as rupturas, as idas e vindas e o descontínuo além de entender que sua construção gira em torno do binômio poder, saber. O que leva a um constante repensar dos saberes e uma constante crítica dos discursos, dos objetos e dos conceitos, os desnaturalizando e os compreendendo a partir de uma trama de micropoderes. Em “Vigiar e punir” (2014), o autor analisa a transição entre uma sociedade com técnicas de punição e controle como o suplício, características do antigo regime, para a sociedade disciplinar, na qual se observa o advento de dispositivos de disciplinarização do corpo. Como dito anteriormente, neste contexto advém o projeto de educar e disciplinar os indivíduos para que estes se tornem dóceis socialmente e eficazes economicamente. Essa proposta não é possível sem o surgimento ou a reconfiguração de certos saberes, sobretudo, o das ciências humanas, corroborando a ideia de inter-relação entre a produção de saberes a partir das relações de poder compreendendo-os como possíveis fontes de legitimação das relações de poder.

Portanto, percebe-se que a História na ótica deste autor, não deve se ocupar unicamente de uma espécie de resgate do passado. Nesse aspecto, a História enquanto conhecimento científico não é entendida por esse autor como um objeto natural ou um dado revelado ou resgatado, mas sim como uma construção social e cultural que possui sua própria historicidade e está intimamente ligada às relações de poder e as práticas cotidianas. A História, assim como outros campos do saber, principalmente o das ciências humanas, é essencialmente um conjunto de ideias articuladas sistematicamente em forma de discursos que tem a pretensão de verdade.

Esta produção de verdades oriundas da História, das ciências humanas e do saber constituído por elas, como dito anteriormente, está estritamente ligada a formas de relações de poder. Portanto, pode-se concluir que as relações de poder têm como um de seus sustentáculos o próprio saber:

Existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione sem essa dupla exigência e a partir dela. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (FOUCAULT, 2015, p. 278/279)

Neste aspecto, entende-se que não há um saber neutro, todo saber carrega em si uma condição política, uma carga de hermenêutica do pesquisador e do receptor, uma série de inter-relações conflituosas e os objetos de uma ciência e a própria noção de ciência não devem ser entendidas como verdades eternas. Longe disso, são construções assim como a própria ciência.

Foucault entende que a partir do conceito do inconsciente exposto por Freud chega-se a morte do homem, a partir de então se estabelece que é impossível conhecer um objeto de forma absoluta. Para Freud (1900/1996) inclusive, o próprio conceito de realidade tem que ser relativizado, pois só é possível ver o mundo real a partir do meu desejo, portanto só é possível ver o objeto de estudo a partir deste próprio desejo e a objetividade se limita pela variedade das experiências e desejos pessoais. Neste caso o que existe são formas diferentes de se observar um “mesmo objeto”. E a ideia desse “mesmo objeto” tem que ser problematizada, visto que não existe um objeto externo à ação do historiador. Essa é a morte do homem, e isso, paradoxalmente, corrobora a hipótese dos saberes e dos campos de conhecimento como construções. No caso das ciências humanas Foucault diz que:

As ciências humanas não se constituíram gradualmente por meio do progresso da racionalidade das ciências exatas: o processo que possibilitou fundamentalmente o discurso das ciências humanas foi a justaposição, o confronto de duas linhas, de dois mecanismos, de dois tipos de discursos absolutamente heterogêneos: de um lado, a organização do direito em torno da soberania, e de outro lado, o mecanismo das coerções exercidas pelas disciplinas. Que em nossos dias o poder se exerça simultaneamente através desses direitos e dessas técnicas; que as técnicas e os discursos criados pelas disciplinas invadam o direito; que os procedimentos de normalização colonizem cada vez mais os da lei; tudo isso pode explicar o funcionamento global daquilo que gostaria de chamar sociedade da normalização. As normalizações disciplinares chocam-se cada vez mais frequentemente com os sistemas jurídicos da soberania: a incompatibilidade de umas com outros é cada vez mais nítida; torna-se então cada vez mais necessária a presença de um discurso mediador, de um tipo de poder e de saber que a sacralização científica neutralizaria. (FOUCAULT, 2015, p. 294)

Percebe-se em Foucault uma crítica a linearidade e a ideia de progresso aplicada a ciência. Para esse autor o saber se desenvolve de forma fluida, mas não continuísta, pois ele valoriza a descontinuidade e privilegia os cortes e a inserção do saber dentro de uma trama microfísica de poderes. Com isso tenta-se descolonizar a História<sup>17</sup>. Desta forma, a História para Foucault deixa de ser uma verdade absoluta e resgatada do passado para ser vista como a História das verdades produzidas pelo saber, pelo poder e pelos conflitos.

O papel do intelectual, e sobretudo do historiador, não é colocar verdades prontas e homogêneas ou resgatar saberes previamente estabelecidos, mas sim, fornecer instrumentos de

<sup>17</sup> Descolonizar a História significa o combate a narrativas historiográficas naturalizadas, ou mesmo a esquecimentos que tendam a privilegiar a construção de uma narrativa que valorize e exalte Histórias oficiais e/ou dos vencedores. O repensar e o reescrever constante da História que vem sendo defendido ao longo deste trabalho é uma forma de descolonizar a História. Segundo Correa (2011) a historiografia alemã ao repensar eventos pós coloniais, como alguns genocídios ocorridos no do sudoeste africano, acaba por revelar conflitos e multiculturalismos daquela região que antes eram deixados à margem da História e que a partir destas iniciativas passam a ser salvos e a se inserir de forma mais evidente dentro de uma trama microfísica de poderes.

análises, analisar formações discursivas e promover análises históricas das condições de possibilidades de discurso. Ao falar sobre o papel do intelectual, Foucault diz que:

O intelectual dizia o verdadeiro àqueles que não o viam ainda, e em nome dos que não podiam dizê-lo: consciência e eloquência. Ora, o que esses intelectuais descobriram depois da recente arremetida é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que ele; e elas o dizem muitíssimo bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não está nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente, em toda rede da sociedade. Eles próprios, intelectuais, fazem parte deste sistema de poder; a ideia de que eles são os agentes da ‘consciência’ e do discurso faz, ela mesma, parte deste sistema. O papel do intelectual não é mais o de se posicionar ‘um pouco à frente e um pouco ao lado’ para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do “saber”, da “verdade”, “consciência”, do “discurso” (FOUCAULT, 1972/2015, p. 37/38)

Portanto, “o interessante não é ver o projeto que está na base de tudo isso, mas, em termos de estratégia, como as peças foram dispostas” (FOUCAULT, 2015, p.243) e é isso que este trabalho pretende. Não definir uma memória ou uma historiografia oficial e imutável do objeto de estudo, mas sim, entender como foram postas as construções das memórias historiográficas a cerca da princesa Isabel. Ao fazermos isso estaremos nos opondo não a pesquisa histórica mas sim a pesquisa da origem, a pesquisa de uma História trazida à tona através de dados brutos e imutáveis que devem ser meramente resgatados. Foucault entende que a ideia de origem é metafísica, ela está sempre antes do mundo e por isso ela cria um lugar de verdade e um discurso imutável e inquestionável. Contudo, a verdade para Foucault não é algo que deva ser entendido como inquestionável, mas sim algo produzido dentro de uma trama microfísica.

### **2.3 Foucault e as produções de verdades**

Conforme tudo que vem sido explicitado ao longo do trabalho, o próprio conceito de verdade e as conclusões científicas que almejam uma objetividade absoluta e imutável devem ser relativizados. No capítulo anterior, discutimos como o modelo platônico do conceito de verdade e de conhecimento racional originou uma idade da razão, que se perpetuou de forma quase hegemônica em todo o pensamento científico ocidental até a idade moderna. A problematização desse modelo se dá de forma mais intensa e sistemática apenas a partir do século XIX, e talvez

Nietzsche em obras como: “A genealogia da moral” (2009) e “Humano demasiado humano” (2005) tenha sido um dos principais filósofos a fazê-la nesse período. Este autor elabora uma crítica radical do conhecimento racional tal como ele existe desde Sócrates e Platão. Nietzsche considera a ciência como algo problemático, suspeito e questionável, e essa crítica à ciência e a própria construção do conhecimento pode ser entendida fundamentalmente como uma crítica à ideia da existência de uma verdade absoluta e originária.

Nietzsche entendia que a ciência e a verdade não estão isentas de juízos de valores e que a própria moral dá valor a ciência. Desta forma o autor trabalha com uma perspectiva para além da verdade e do erro. Este autor entende que a verdade não é uma adequação do intelecto à realidade. A verdade e o conhecimento foram produzidos e construídos. Deter a verdade seria apenas uma convicção de possuir a verdade. Desta forma, Nietzsche se afasta definitivamente de Platão, que entende o erro como uma característica pertinente ao mundo das opiniões e o esquecimento como um inimigo do conhecimento racional e como uma característica antagônica a memória. Nietzsche vê o esquecimento como uma potência da verdade, pois para esse autor o esquecimento tem a tônica da criação, assim como o falso também seria dotado de potencialidade.

Percebe-se que nesta maneira de se pensar a verdade, as condições de possibilidade de conhecimento são sociais, políticas e/ou morais, existindo uma necessidade da crença na verdade. Afinal:

sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor “bom” e “mau”? E que valor eles têm? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indícios de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro? (NIETZSCHE, 2009, P. 09)

Essa crença de que o verdadeiro, é o mais necessário e funda a ciência, é o que legitima a crença na superioridade da verdade e o que ocasiona a oposição dicotômica e maniqueísta entre verdade e mentira. No entanto, a crítica de Nietzsche está no fato de que a ciência só pode ser eficazmente realizada como questionamento de verdades consolidadas e por vezes cristalizadas como absolutas pois as próprias formas do conhecimento, o próprio sujeito do conhecimento não são dados prévios e definitivos. Em uma série de conferências realizadas no Brasil Foucault discute esse tema:

A questão é a seguinte: existe uma tendência que poderíamos chamar, um tanto ironicamente, de marxismo acadêmico, que consiste em procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos homens o

seu reflexo e expressão. Parece-me que essa forma de análise, tradicional universitário da França e da Europa, apresenta um defeito muito grave: o de supor, no fundo, que o sujeito humano, o sujeito de conhecimento são de certo modo dados prévia e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se neste sujeito definitivamente dado. Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios do saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história. (FOUCAULT, 1996, p. 07/08)

É a partir deste contexto de problematização do conceito de verdade, e também sobre certa influência de Nietzsche, que Foucault começa a pensar a verdade de acordo com os referenciais expostos nesse trabalho, ou seja, não como algo descoberto através de um dado originário, mas sim como algo a ser produzido por meio de uma rede de microfísica de poderes. Foucault propõe que:

Há duas histórias da verdade. A primeira é uma espécie de história interna da verdade, a história de uma verdade que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências. Por outro lado, parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividades, certos domínios de objetos, certos tipos de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior, da verdade. (FOUCAULT, 1996, p. 11)

Nesse sentido as relações de poder são o local aonde se dão as produções de verdades e de saberes. Compreende-se, a partir disto, que o próprio conceito de verdade possui a sua historicidade, e tal como outros conceitos que buscamos desnaturalizar ao longo do trabalho a verdade é uma construção social que deve ser encarada como algo mutável a partir de sua inserção no espaço e no tempo. Uma trama de micropoderes é responsável pela produção destas verdades e pela legitimação dos discursos produzidos a partir dela, ao mesmo tempo que se legitima a partir destes discursos produzidos por ela.

Nesse aspecto, entende-se como característica fundamental tanto da arqueologia como da genealogia de Foucault uma multiplicidade de definições e de possibilidade de construções. A ciência vista por esses métodos é uma ciência que se distancia de objetos naturais, de objetos dados e se aproxima de objetos culturais socialmente produzidos. A ciência é um discurso produzido com a pretensão de verdade e, portanto, precisa de um desenvolvimento constante com o fim de que não se torne absoluta. A verdade e a própria construção do conhecimento para Foucault, estão mais próximas do pensamento de Heráclito, no qual tudo é fluxo e nada permanece idêntico a si mesmo

tudo se transforma e está em contínua mutação, do que da alegoria da caverna de Platão, pois conhecer não é explicar ou resgatar algo mas sim interpretar e analisar a suas constantes reconstruções.

A desconstrução da ideia de verdade absoluta, da ciência como algo dogmatizado, dos saberes como fontes produtoras destas verdades e de Histórias e memórias cristalizadas e naturais é a problematização do próprio saber é a ideia da História como algo que não deve ser linear, imutável e muito menos pacífica.

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a ineleabilidade das lutas, das estratégias, das táticas. (FOUCAULT, 2015, p.41)

O que tanto Foucault como Nietzsche estão propondo com isso é um combate, uma posição opositora a ideia de origem, a compreensão da História ou mesmo do conhecimento de uma forma geral, como um dado originário que se encontra a espera de ser resgatado por pesquisadores. É uma crítica ao entendimento do conhecimento e da verdade como categorias metafísicas. Foucault compreende que o conhecimento não tem esse tipo de origem, mas sim que ele é algo inventado a partir de construções narrativas que se dão dentro de um jogo de relações de poder, que como dito anteriormente, se estabelecem em forma de uma trama microfísica.

Para Foucault a busca dos historiadores positivistas por um evento originário dos fatos, a obsessão por pesquisas da origem, pressupõe a sede por um lugar de verdade absoluta, um lugar metafísico semelhante ao mundo das ideias de Platão. Como se o começo histórico das coisas fosse um local aonde a identidade verdadeira dessas coisas fossem preservadas, um local transcendente aonde o saber e a verdade estão sempre antes do mundo, do corpo e do tempo. A percepção do conhecimento histórico como algo inserido nesse ponto de origem cria locais e discursos de verdades absolutas. Portanto, para Foucault:

A genealogia não se opõe à história como uma visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da ‘origem’. (FOUCAULT, 2015, p.56)

Em “Nietzsche, genealogia e a História”, Foucault (2015) argumenta que Nietzsche mesmo sendo um genealogista recusa a pesquisa da origem, pelo menos um tipo de origem miraculosa e metafísica, um tipo de origem que é entendida como o local aonde vá se encontrar aquilo de mais

precioso e essencial. Para o filósofo este tipo de pesquisa promove um esforço em resgatar a essência exata das coisas, uma forma rígida, imutável e anterior a tudo. Fazer História a partir da busca por esse tipo de origem na verdade é fazer uma espécie de teogonia, é narrar a coisa em seu estado bruto de perfeição e no exato momento em que saíram das mãos de um Deus criador, antes de sua queda, antes de sua inserção no mundo físico. É o pressuposto de uma verdade prévia a ser descoberta. Contudo:

Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente” não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. (FOUCAULT, 2015, p. 58)

Portanto, tanto para Nietzsche quanto para Foucault, fazer genealogia não significa uma busca pela origem, mas sim o entendimento de todos os momentos da História, suas meticulosidades, seus acasos, seus conflitos. É a análise de toda a rede microfísica na qual ela está inserida. Neste aspecto, o sentido histórico não deve se apoiar em nenhum absoluto e muito menos na busca por algo fora do mundo. Ela deve reintroduzir o descontínuo em nosso ser de maneira a fazer ressurgir o acontecimento de forma constante. O acontecimento é uma relação de forças que se invertem ao longo da História, mecanismos de dominação constantemente substituídos por outros mecanismos de dominação. Portanto na História efetiva não deve haver uma preocupação com a origem ou com a causa final, mas sim com o fluxo. O uso da História sobre essas perspectivas proporciona um tipo de História que liberta o modelo histórico de um tempo metafísico.

Esse tipo de História, liberto daquele modelo, é uma História que quebra um conjunto de regras vigentes. Um conjunto de regras, vazio, violento e não finalizados que permite que seja feita a violência e prossegue existindo de dominação em dominação. Estas regras são feitas para servir a projetos específicos e a História ao interpretar esse conjunto de regras está se apoderando por violência desse conjunto que não tem uma significação essencial, para, então, lhe impor uma nova significação, uma nova vontade, novas regras. Nesse sentido, “o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história.” (FOUCAULT, 2015, p. 70)

Nesse tipo de História pretende-se um afastamento por uma busca às identidades que se entendam como reais e absolutas, a veneração do monumento e a busca por raízes. Ao contrário, busca-se, uma melhor compreensão de um sistema complexo de elementos múltiplos e distintos. É uma forma de dissipar uma identidade originária e trazer a tona toda a série de descontinuidades que

atravessam a História. Com isso Nietzsche e Foucault estão se afastando de uma forma de verdade absoluta, universal e pacífica multiplicando os riscos e fazendo nascer o perigo capaz de quebrar o conjunto de regras.

Portanto, no tipo de construção historiográfica, proposta ao longo deste trabalho, a História é algo múltiplo, descontínuo e constantemente atravessado por uma série de relações. A invenção deste tipo de conhecimento não se dá unicamente através dos grandes acontecimentos, e muito menos do resgate de origens metafísicas. Ela é fabricada por meio das sucessivas descontinuidades e rupturas e não cessa de acontecer. Portanto, o conhecimento e a verdade surgem do embate, das alteridades, dos vestígios. Ele se constrói em forma de redes microfísicas ou em forma de constelações, ele é múltiplo e caminha em direção a possibilidade de outros tipos de Histórias possíveis. O tipo de História defendido nesse trabalho não tem por finalidade descobrir as fontes originárias de identidades coletivas, nacionais ou individuais, “não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 2014, p. 83).

Portanto, tal como Benjamin, Foucault elabora uma crítica consistente à ideia de verdade absoluta. A verdade em Foucault não é encarada como algo ser descoberto, mas sim como algo produzido no seio das relações de poder e que, paradoxalmente, legitima e influencia das mais variadas formas estas relações. Desta maneira, a História e as verdades produzidas por ela não se apresentam apenas como um local de cristalização de saberes e de memórias, mas também como um local de possibilidades de conflitos, de rupturas e criação do novo. Ela se apresenta na forma de redes microfísicas ou de constelações, em que os saberes se inter-relacionam constantemente e se constituem como múltiplos, possibilitando uma História em constante movimento.

### 3. A PRINCESA IMPERIAL E A CONSTITUIÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS HISTORIOGRÁFICAS

Na introdução deste trabalho buscou-se demonstrar uma conceitualização da História e da memória social como campos de saber heterogêneos e que se encontram distantes de uma definição unânime. Também se buscou evidenciar que ainda que sejam campos que dialoguem constantemente, os teóricos de ambas as áreas de conhecimento reconhecem os limites existentes entre elas e alguns chegam a opor um saber ao outro. Contudo, o presente trabalho defende uma forma de se construir conhecimento histórico baseada nas teses de Benjamin e no pensamento de Foucault, dois teóricos que refletem sobre as construções de um saber historiográfico de maneiras diferentes mas, que em suas conclusões - se é possível referir-se a conclusões no pensamento desses autores - apresentam enormes convergências.

Nestas formas de constituição do saber histórico, a História é entendida como um campo de conhecimento não acabado e que atua diretamente nas memórias coletivas e individuais de uma sociedade e dos elementos nela inseridos e que, portanto, podem agir tanto como locais de cristalização de memórias, quanto locais de possibilidades de criação do novo. O resgate do passado deixa de ser entendido como uma revocação integral e o questionamento desta forma de restauração do passado permite a compreensão da História para além do entendimento dela como um campo de reprodução, cristalização, manutenção e imposição unilateral de poder, de discursos e de narrativas.

Isso significa dizer que neste trabalho, tanto a memória como a História são entendidas como campos de conflitos e de relação de poder exercidas em várias direções, em diferentes níveis, que influenciam e atuam nas práticas cotidianas de um grupo, e que estão relacionados tanto com a criação como com a dominação ou manutenção de “*status quo*”. Desta forma, tendo claro os limites entre os dois campos, suas convergências e suas divergências, conclui-se que se faz possível um diálogo, um atravessamento, que parta do reconhecimento destes limites.

Neste sentido, as teorias sobre a construção do conhecimento histórico em Benjamin e em Foucault, debatidas ao longo deste trabalho, apresentam uma História vista como uma construção marcada pela relatividade dos conhecimentos produzidos. A partir desses dois autores, entende-se que a História não é uma ciência linear ou que se constitua de forma harmoniosa, mas sim uma forma de conhecimento construída a partir do tempo presente e repleta de fatores belicosos e conflitantes, transpassados de relações de poder, de multiplicidades, de ideologias e de

posicionamentos políticos. Uma forma de saber que privilegia o descontínuo e a desnaturalização daquilo que estuda. Mas que apesar disso, ainda precisa observar certos métodos e rigores sempre buscando se posicionar na tênue linha que a distancia tanto de um cientificismo positivista quanto de uma relativização absoluta do conhecimento. Isso significa o distanciamento de uma forma positivista de se fazer ciência que privilegia o resgate da ideia de uma origem, da existência de um dado bruto, originário e transmissor de uma verdade absoluta e imutável a ser descoberto, da construção de uma narrativa linear, fechada e oficial e da busca por uma neutralidade absoluta e impossível de ser alcançada. Contudo, evidencia também o distanciamento de uma hermenêutica que possibilite tudo, de forma a nunca se atingir o cerne da questão, de modo a se colocar em uma posição sempre arbitrária.

É justamente a compreensão do saber histórico a partir dos marcos teóricos apresentados ao longo do trabalho que possibilitam o seu posicionamento naquela linha tão tênue. A compreensão da existência de verdades parciais e provisórias em detrimento a verdades absolutas, considerando o contexto na qual elas estão inseridas e avaliando que uma verdade isolada é menos crível do que uma verdade que dialogue com demais verdades e conhecimentos culturais e epistemológicos, acabam por trazer à tona interpretações mais consistentes e capazes de gerar reflexões mais seguras, porém nunca absolutas.

Portanto, ao longo do trabalho defendeu-se a hipótese que um estudo histórico é capaz de ser construído de formas variadas e culminar em possibilidades incontáveis de memórias e de Histórias, que são disseminadas e por vezes apropriadas por determinados segmentos da sociedade, constituindo acontecimentos históricos e esquecimentos que podem ser entendidos como locais de conflitos, de criação, de manutenção de *status quo* ou de resistência a ele

Estes conflitos tornam-se evidentes nas construções de memórias geradas a partir de biografias históricas. É comum que estas biografias se tornem instrumentos construtores das mais variadas e conflitantes memórias, como, por exemplo, as do: Che Guevara revolucionário libertador x Che Guevara assassino sanguinário, a do Zumbi guerreiro libertador e representante da luta contra a escravidão x Zumbi escravocrata, a do Lampião o Robin Hood do Sertão x Lampião assassino impiedoso, ou a da princesa Isabel redentora x princesa Isabel engodo mero apêndice de seu pai, o imperador Dom Pedro II ou de seu marido, o conde d'Eu.

Considerando as divergências na historiografia e na sociedade como um todo, acerca da memória desta última personagem, pretende-se, a partir de agora, discutir a construção historiográfica e a constituição de memórias divergentes a seu respeito, com o fim de demonstrar de forma objetiva como a partir de um personagem histórico é capaz de se construir a mais diversificadas interpretações, as mais variadas memórias, narrativas conflitantes, bem como servir como um local de embates, de criação, de libertação e de diferentes memórias ou de manutenção e cristalização de *status* e mesmo questionar aquele personagem histórico é realmente apenas um objeto ou na verdade uma constelação de possibilidades, repleto de marcas, vestígios, esquecimentos e conflitos e que deve ser entendido dentro de uma trama microfísica na qual está inserido o que faz com que ele se torne múltiplo e heterogêneo

### 3.1 O embate das memórias em torno do fim da escravidão

No dia 13 de Maio de 1888, sancionava-se a lei de número 3.353, popularmente conhecida como lei áurea<sup>18</sup>. Aprovada pela câmara dos deputados e no senado para, por fim, ser assinada pela então regente do país, a princesa Isabel, esta lei criminalizava o uso de mão de obra escrava no Brasil.

Originalmente, o documento foi assinado como decreto da Assembleia Geral em um papel simples como tantos outros que D. Pedro II sancionava como Imperador. A imagem da “Lei Áurea” em formato decorativo, presente em muitos manuais escolares, foi confeccionada com preciosa iluminura com o objetivo de marcar o evento que deveria ser interpretado como grandioso. Trata-se da Carta de Lei nº 3.353 que hoje encontra-se guardada em um cofre nas dependências do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Ao festejar a vitória alcançada, reproduziam o conteúdo da lei e davam início ao processo que a transformava em documento/monumento (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 138.).

Os efeitos da promulgação dessa lei ultrapassaram a esfera meramente jurídica e é a partir da assinatura desse instrumento legal, deste episódio, que se pode observar como personagens são ora

---

<sup>18</sup> Esta lei possui apenas dois artigos: “Declara extinta a escravidão no Brasil: A Princesa Imperial, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; Art. 2: Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, 67º da independência e do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)

sacralizados, ora postos no limbo do esquecimento e muitas vezes utilizados como peças de embates ideológicos e/ou acadêmicos. A própria lei assume um lugar sagrado no panteão da História brasileira e por vezes é descrita como momento crucial e paradigmático para o fim da escravidão ou até mesmo como instrumento libertador de toda uma raça. Percebe-se que esta visão desconsidera o fato de que em muitos aspectos a vida do segmento da sociedade que deveria ter sido o maior beneficiado com a promulgação de tal lei não teve mudanças tão significativas quanto o rótulo de instrumento libertador conferido à lei áurea pode querer fazer parecer.<sup>19</sup>

A dogmatização do momento da assinatura da lei áurea ou mesmo a tentativa de renegar tal fato ao esquecimento, torna opaca a percepção de que a luta e também o momento da criminalização da escravidão no Brasil fazem parte de um processo histórico longo e complexo no qual é inadequado o apontamento de um único responsável ou um único fator determinante. Além de possibilitar embates ideológicos que tenham como principal consequência não um maior entendimento do processo histórico e sim a cristalização da História dos vencedores deste embate.

No conflito em torno dos louros pelo “fim da escravidão” é possível perceber a construção e a desconstrução da memória da princesa Isabel, assim como a dicotomia ideológica entre o sistema monárquico e o sistema republicano e, mais tarde, o embate entre Isabel e Zumbi. No momento imediatamente posterior à assinatura da lei que criminaliza a escravidão, a própria continuidade do regime monárquico encontrava-se em xeque. Neste aspecto, o embate entre as representações em torno da princesa Isabel ou mesmo do ato da promulgação daquela lei poderiam significar a continuidade ou a ruptura do regime imperial. Segundo o historiador Mattos houve uma “tentativa de associação da Regente à supressão do trabalho compulsório, articulando-se a imagem da ‘Redentora’ como principal agente do processo, que culminou na lei Nº 3353” (MATTOS, 2006, p.

<sup>19</sup> Uma série de historiadores ao longo do século XX questionaram a ideia de democracia racial. Esta ideia entende que o Brasil teria escapado do racismo e da discriminação racial e que os brasileiros não se veriam por essa ótica. Temas referentes a mobilidade social ou a inserção do indivíduo na sociedade teriam como fatores mais preponderantes questões de gênero e classe atribuindo a discriminação racial um papel irrelevante. Contudo, historiadores que divergem deste ponto, tentam demonstrar através de seus estudos que: “Com o fim da escravidão no Brasil, muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar nem como sobreviver. Uma boa parte da elite brasileira não queria que os negros assumissem os novos postos de trabalho que estavam surgindo no Brasil, à preocupação da elite era embranquecer o país com imigrantes vindos da Europa. Essa política de segregação racial fez com os negros vivessem as margens da sociedade”.(NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010, p. 210) As pesquisas destes historiadores acumularam “uma nova quantidade de evidências de que os brancos no Brasil foram preconceituosos e de que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram ‘natural’ e informalmente segregados. A maioria da população negra permaneceu em uma posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados. A caracterização ortodoxa predominante de que o Brasil é uma democracia racial passou a ser um mero mito para os revisionistas, que começaram a falar na ‘intolerável contradição entre o mito da democracia racial e a real discriminação contra negros e mulatos’, e a acusar os brasileiros de terem o fundamental preconceito de não serem preconceituosos.” (COSTA, 1999, p. 366/367)

19). Esse pesquisador entende que aquela lei foi utilizada como um instrumento legitimador pela monarquia visando, com isso, a própria perpetuação do regime imperial. Esta hipótese também é compartilhada por Del Priore:

Nesse mesmo ano de 1889, as comemorações da abolição foram incrementadas. Bispos celebraram missas campais. Os *Te Deums* encheram os ares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>20</sup> cunhou uma medalha especial para oferecer ao imperador e sua filha. A tentativa era de imortalizar a data: “A história lhe reserva página honrosa”. Mas as homenagens à “íclita princesa”, seu pai e seu marido, “promotor da abolição no Paraguai”, não foram suficientes para garantir longevidade à Coroa Brasileira. Povo e políticos pagaram seu gesto não com reconhecimento. Mas com o que a família imperial entendeu como ingratidão. (DEL PRIORE, 2013, p. 280)

Nessa conjuntura, a própria imprensa também servia como um instrumento para a construção de representações acerca da princesa Isabel. Representações essas que poderiam significar a ascensão ou não do terceiro reinado e a conseqüente ruptura ou continuidade do império. Percebe-se então que a imprensa agia como um dos instrumentos neste contexto de batalha de representações de construções de memórias. A historiadora Mesquita (2009), na introdução de sua dissertação de mestrado faz uma breve apresentação da pesquisa que originou sua monografia de conclusão de graduação, na qual ela investiga o que chamou de “construção, e progressiva destruição, da imagem daquela a quem estava destinado o trono brasileiro” (MESQUITA, 2009, p. 09) nos principais jornais da corte no período de 1864 a 1889.

Palavras, como as destacadas acima<sup>21</sup>, lidas no jornal republicano *Correio do Povo* do ano de 1889, causaram em mim um misto de estranhamento e curiosidade. A forma crítica, por vezes desrespeitosa, como eram tratados alguns membros da família imperial, em especial a princesa Isabel e seu esposo, Gastão de Orléans – o Conde d’Eu, despertaram meu interesse (...) Buscando verificar quando esse tipo de tratamento havia começado na imprensa, dei origem á pesquisa que conduziu à minha monografia de final de curso de graduação em História, a qual dei o título de “Quem tem medo do terceiro império ou por que não Isabel?”. Realizada em 13

<sup>20</sup> O IHGB foi fundado em 1838 e tinha como princípio ser o local das letras e da erudição brasileira. Essa instituição teve como modelo o *Institut Historique* de Paris e pretendia “fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personalidades sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para esse país tão recente, ‘não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros essa tarefa de escrever nossa história [...]’, eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa a meta desta instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única como parte da empresa que visava a própria ‘fundação da nacionalidade’ (SCHWARTZ, 2003, p. 127)

<sup>21</sup> “Falsa Redentora” (Correio do Povo – 28/10/1889); “Sua alteza imperial (...) passa vida folgada, feliz e regalada. Duchas pela manhã, acompanhada de suas damas: *lunch* ao meio-dia, cercada de deliciosas harmonias; à tarde na gare e à noite musica, sempre música. ( Correio do Povo 08/10/1889); “O ilustre príncipe consorte só de deixa seduzir e arrastar pelo valor real, que agrada e satisfaz sua cobiça” ( Correio do Povo 15/10/1889); “É trabalho perdido o esforço dos instrumentos da monarquia em pretender um terceiro reinado. O segundo já é tolerado. O terceiro não reinará” ( Correio do Povo 22/10/1889); “O terceiro só poderá nascer cercado de uma aurora rubra como o sangue” (Correio do Povo 04/11/1889)

dos principais jornais da Corte<sup>22</sup>, os quais considerei como porta-vozes da elite brasileira, no período compreendido entre 1864 e 1889, foi possível acompanhar a construção, e progressiva destruição, da imagem daquela a quem estava destinado o trono brasileiro, assim como a de seu esposo. Foi possível também confirmar minha hipótese de que haveria o surgimento de uma prevenção à subida de Isabel definitivamente ao trono, desde a sua primeira regência. (MESQUITA, 2009, p. 08/09)

Desta maneira, Mattos (2006) também percebe que a imprensa agiu com um instrumento que disseminou a ideia de uma ação decisiva da regente na criminalização do escravismo e, por consequência colaborou com a memória da princesa como a “redentora” daquele segmento social:

A abolição promulgada já, de há muito pelos corações traduzida em facto, consumado pelo povo, [...] todos compreenderam que à excelsa Princesa se devia um testemunho de apreço, pelo muito que também fez em prol dos cativos. Assim, espontaneamente, quase se acordo prévio, cada qual se preparou para glorificar e cobri de flores a herdeira do trono, acontecendo que, concorrendo todos para esta manifestação, ela tornou-se, por si mesma grandiosa, sublime única. Nunca se viu cena igual, desde que o Brasil existe! A efusão popular chegou ao auge na ora em que o trono se consorciava com a população, no mesmo afã de tornar o Brasil um país livre, espalhando sobre ele, como uma benção, os primeiros clarões da liberdade. (Revista Ilustrada, 3 de Maio de 1888)

Entretanto, a imprensa buscava também minimizar a participação da princesa e da própria monarquia ao correlacionar a existência da escravidão com o regime até então vigente, citando a convivência ou mesmo uma íntima relação entre a monarquia e a escravidão.

O que significam essas estrondosas ovações à Regente? Para que essas loas entoadas à atual representante da instituição monárquica? É a história quem nos diz que a Monarquia no Brasil manteve-se e prosperou à custa da escravidão dos negros, assim como esta encontrou sempre naquela o mais franco apoio, o mais valioso auxílio, graças ao vergonhoso contrabando dos negreiros, à violação dos tratados internacionais. (Jornal O Pharol, Juiz de Fora, 29 de Maio de 1888 apud MATTOS, 2006, p. 6)

No meio destes embates, Schwartz entende que com a implantação do governo republicano a partir de 1889, este regime acabaria por vencer esta batalha ideológica por ter conseguido, entre outros motivos, “alterar símbolos e todos os traços que lembravam o antigo regime. Ao mesmo tempo que o novo governo tomava as primeiras medidas, modificavam-se também rapidamente nomes e símbolos.” (SCHWARTZ, 2003, p. 469/470). Neste contexto datas que poderiam de alguma forma exaltar o regime anterior são colocadas ao véu do esquecimento e “uma nova lista de festas nacionais substituiria as antigas datas do *almanak laenmert*: o primeiro de janeiro celebraria a

<sup>22</sup> Jornal do Comércio, Diário do Rio de Janeiro, A Reforma, Semana Ilustrada, Gazeta de notícias, O Mequetrefe, Gazeta da Tarde, Diário de notícias, O País, Novidades, Cidade do Rio, Correio do Povo e República Brasileira

fraternidade universal; o treze de maio, a fraternidade dos brasileiros...” (SCHWARTZ, 2003, p. 472.).<sup>23</sup>

Desta maneira, a busca pela legitimação de um novo regime desemboca na tentativa da implantação de uma política do esquecimento ou mesmo em revestir o 13 de maio de um novo significado. A própria república passa a reivindicar para si os principais méritos no que se refere ao fim da escravidão, chegando a colocar o advento do novo regime como uma espécie de complemento necessário à abolição. No entanto, a posição oficial do partido republicano, ao menos inicialmente, era hesitante (COSTA, 1998). O partido entendia que a escravidão era uma pauta que deveria ser tratada pelo império. Ou seja, um assunto que não competia aos republicanos. No primeiro congresso do partido em 1873, fica evidente a hesitação e um direcionamento contrário a um posicionamento uniforme. Neste congresso ficou decidido que como o partido defendia a descentralização das províncias e o federalismo caberia a cada província decidir o destino de seus escravos, desta maneira o partido evitava choques com uma parte significativa de eleitores. Esse posicionamento também se devia ao fato de que não havia uma homogeneidade dentro do partido e nem todos os republicanos seguiam piamente os conceitos de liberdade que se pressupõe serem adotados por um regime republicano, era muito comum encontrar tanto republicanos escravistas como abolicionistas.

Silva (2006) demonstra um exemplo da heterogeneidade e divergências dentro do partido republicano. Ele relata a insatisfação de José do Patrocínio com seus companheiros de partido, pois, segundo Patrocínio, que até então sempre fora republicano e abolicionista, enquanto seus companheiros discutiam se era conveniente apoiar a abolição da escravidão e perder os votos dos fazendeiros escravocratas, a princesa Isabel, “a santa, a meiga, a mãe dos cativos” se manifestou abertamente abolicionista ao promover a batalha das flores em Petrópolis<sup>24</sup>. Era neste momento que José do Patrocínio, um crítico da monarquia e republicano assumido se rendia a princesa e iniciava seu período monarquista:

O que fez a Princesa regente? Ainda, sob o ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga mãe dos cativos, dava a propaganda abolicionista tudo o quanto podia: as abundâncias de piedade do seu coração. Seus filhos, os pequenos Príncipes, nos seus jornaizinhos glorificam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a Princesa,

---

<sup>23</sup> Ainda hoje o treze de maio não é um feriado, talvez por algum tipo de resquícios dessa política do esquecimento.

<sup>24</sup> Em 12 de Fevereiro de 1888, a Princesa Isabel organizou uma espécie de passeata em Petrópolis que tinha como objetivo arrecadar fundos que seriam destinados a emancipação de escravos por meio de compra de alforrias. A própria princesa participa na frente deste cortejo acompanhada de seu marido e de seus três filhos. Esse evento ficou conhecido como a primeira batalha das flores.

debaixo de chuva e aos estampidos de trovão, esmolava pelos cativos, e quando voltava ao palácio repartia um pedaço de seu manto de Rainha com os escravos foragidos, que iam implorar-lhe proteção. (SILVA, 2003, p. 37/38)

Contudo, enquanto José do Patrocínio demonstrava agora seu apoio e admiração a princesa Isabel outros republicanos viam na mesma batalha das flores motivos para ataques à princesa, como por exemplo, o ferrenho crítico da monarquia, Silva Jardim:

Sim, concidadãos! Sim: o que se diria da senhora, brasileira, que, aos quarenta anos de idade, tendo o pai doente, velho, longe da pátria, passasse os dias de folia carnavalesca sob chuva torrencial, a jogar entrudo? Que se diria se essa senhora tendo a enorme responsabilidade da direção de um Estado, destoando da circunspeção de toda as suas compatriotas em menos tempo de vida, estivesse em pueril batalha das flores [...] Que se diria do pudor da última sertaneja brasileira, se ela pudesse dizer no dia seguinte a tais folganças que não se decotaria por Ter o colo encarnado, em razão do brinquedo de flores, do mesmo modo que outra senhora o tinha amarelo, e uma Baronesa o tinha preto? Não se diria que esta mulher não tinha uma educação sã, e que são leviandades desta ordem as que conduzem á imoralidade? (...)Mas quando estes, para moral do povo, verdadeiros escândalos, partem daquela que pretende nos governar, não, é justo que se lhe diga que os brasileiros são homens sérios, e repreenderiam suas esposas graças e brinquedos deste jaez? Que, portanto, homens sérios, querem ser seriamente representados, e não por quarentonas que desconhecem a própria idade, o próprio sexo, a própria posição? ... Batalha das flores! Cuidado, senhora! Que estas flores não se tornem demasiado encarnadas, que elas se não vos tornem vermelhas! (SILVA, 2003, p. 38/39)

Silva Jardim não via na batalha das flores, nem no fato da princesa refugiar escravos em seu palácio em Petrópolis algo significativo pois ele entedia que dona Isabel sendo a princesa “podia, pelo seu poder pessoal, libertá-los a todos de uma só vez” (SILVA, 2003, p.30). Aliás, o fato da princesa refugiar escravos em sua residência e com isso fazer dela uma espécie de quilombo é, ainda hoje, motivo de debates e discordâncias. Silva acredita nessa hipótese:

Já na reta final do regime, tornou-se público que a princesa Isabel escondia escravos no palácio de Petrópolis, o que mereceu repetidas citações, não apenas no diário “íntimo” de André Rebouças, mas também nos discursos políticos de liberais, como Rui Barbosa, e de republicanos como Silva Jardim. Rui Barbosa disse-o com todas as letras, em um comentário apenas de passagem, como quem fala de assunto conhecido de todos, no discurso que proferiu no Teatro São João em Salvador, em manifestação política promovida pela Sociedade Libertadora Baiana, no dia 29 de abril de 1888: Hoje a regência [isto é, dona Isabel] pratica às escâncaras, em solenidades públicas, o acoitamento de escravos (SILVA, 2004, p. 29/30)

Enquanto Del Priore nega a existência desse suposto quilombo.

A caridade tudo podia. E foi em seu nome que Isabel abriu as portas aos cativos, muitos fugidos. Dava-lhes de comer e até pouso, segundo o radical Silva Jardim. E alfinetava: sendo princesa, por que não lhes dava logo a liberdade?

Porque não era verdade. Em toda a correspondência quase diária de Gastão com o pai ou com a condessa de Barral, há uma única referência a escravos fugidos na casa deles. A exceção foi o dia 31 de março. “Três raparigas, ex-escravas de Dona Maria Carolina de Sá e Benevides”, escaparam da casa, depois de terem sido “liberadas” e, em seguida, “trancafiadas”. Vieram buscar socorro. Foram reclamadas pela família: “Não as entregamos”, registrou Gastão. (DEL PRIORE, 2013, p.218)

Percebe-se, portanto, que o partido republicano se encontra dividido no que se referia ao tema da escravidão. Costa afirma que: “só em 1887, em uma das sessões do congresso republicano, é que foi aprovado um parecer decidindo que os republicanos libertariam todos os seus escravos até 14 de julho de 1889, devendo o parecer ser divulgado sob forma de manifesto” (COSTA, 1997, p. 502). Portanto, mesmo entendendo que havia diferenças ideológicas dentro do partido e que não havia uma homogeneidade de pensamentos em relação a como se daria o problema da escravidão em um possível regime republicano e que ainda que houvesse dentro das camadas do partido importantes figuras publicamente abolicionistas, o discurso oficial do partido republicano com relação a questão da mão de obra servil era hesitante.

Mesmo havendo esse posicionamento hesitante do partido republicano, procura-se, após a assinatura da lei que criminaliza o uso de mão de obra escrava e ao advento do regime republicano, apropriar-se de todas eventuais benesses que o governo imperial possa ter proporcionado a população, inclusive a criminalização do trabalho escravo. Além de se buscar colocar no esquecimento qualquer possível participação nessas benesses de pessoas ligadas ao regime imperial e as circunstanciais contrariedades do partido republicano no que se refere ao fim da escravidão como uma prática legal. Desta maneira, a partir deste direcionamento: “a figura de Isabel foi profundamente rejeitada pelos novos mediadores do pensamento político que ascendia, tendo, inclusive, um jornal republicano da época classificado a futura imperatriz como uma 'nulidade” (MESQUITA, 2009, p.12) Daibert Junior observa que no segundo aniversário do treze de maio, com o Brasil já sobre a égide do regime republicano e de forma contrária ao que havia acontecido no ano anterior “o nome de Isabel, por razões óbvias não aparece. (...) A princesa 'Redentora' precisava ser esquecida” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 190.). Ainda segundo este autor:

Durante as comemorações que se seguiram nos primeiros anos da república, o 13 de maio prosseguiu, nas comemorações oficiais, sendo apresentado como complemento do 15 de Novembro. A Princesa, antes protagonista, aparece raramente como coadjuvante e secundária. Em seu lugar assumem ora os

republicanos, ora os abolicionistas, ou mesmo o povo.(DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 191.).

Contudo, ainda conforme o historiador Daibert Junior, e em um posicionamento divergente ao de Schwartz, não houve uma vitória do regime republicano nesta batalha de memórias. Pois não foi possível consolidar de forma absoluta uma nova tradição ou mesmo o esquecimento da participação de Isabel naquele momento histórico. “O empreendimento republicano na construção de um novo universo simbólico que legitimasse o novo regime não foi capaz de destruir a tradição monarquista, fortemente arraigada na memória coletiva” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 192.). Segundo este autor, as manifestações de apreço à princesa e à família monárquica perduraram mesmo após o fim do regime.

No dia 13 de maio de 1891, na cidade de Mar de Espanha, em Minas Gerais, um grupo de ex-escravos foi preso por autoridades republicanas. Motivo: comemoravam o terceiro aniversário da Abolição. Eles ostentavam a bandeira do Império, ameaçavam queimar a da república, e davam vivas à monarquia e à princesa Isabel. Este episódio serve para mostrar a dificuldade do novo regime em apagar da memória coletiva a popularidade da monarquia, em especial, da princesa Isabel. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 31)

A explicação para tal fato pode ser que as concepções de estrutura social e uma maior proximidade com regimes monárquicos nas mentalidades das populações afros, favoreceram a legitimidade do império perante os libertos. Para Silva (2001) a população afrodescendente via o imperador e toda a família imperial como pessoas sagradas, eles eram os “Deuses da nação brasileira” e, em suas perspectivas, entendiam os ataques ao regime monárquico e a família imperial como inveja. Desde antes da abolição, os escravos viam como inimigos seus senhores, feitores e policiais locais, a família imperial estava acima disso. Essa percepção de mundo propiciou o culto e as homenagens a princesa Isabel como uma “redentora” e estas homenagens persistiram em acontecer mesmo após o fim do regime imperial. Silva (1997) ao estudar a vida da figura “caricata” de D. Obá II<sup>25</sup>, exemplifica este pensamento de parte significativa da população negra sobre a monarquia.

Para Galvão, contudo, o poder parecia emanar mais de Deus do que de qualquer contrato rousseauiano entre homens. E, por vir de Deus, era um poder antes

<sup>25</sup> Cândido da Fonseca Galvão, mais conhecido por dom Obá II, nasceu na Bahia na década de 1840, serviu na guerra do Paraguai aonde se condecorou oficial honorário do exército brasileiro. Após o conflito se instalou no Rio de Janeiro aonde adquiriu a imagem de uma figura folclórica para parcela daquela sociedade. Contudo a parcela negra, sobretudo as do local conhecido como a Pequena África, o reverenciavam como um verdadeiro príncipe. Apesar de sua imagem caricata dom Obá II escrevia colunas para jornais, atuava no movimento abolicionista e falava diretamente com o imperador dom Pedro II, nas audiências públicas que eram concedidas todos aos sábados na Quinta da Boa Vista, as quais dom Obá II não faltava nenhuma. Figura importante do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX e que causava grande controvérsia, respeitado por seus súdito negros e escarnecido pela burguesia branca.

absoluto que constitucional. “Porque já no princípio do mundo os homens pediam ao Criador que os guiasse. O Criador condeu-se e designou [Reis] por diversas tribos, cuja iluminação era mandada pela providência. Assim os homens obedeciam qualquer que fosse a mensagem ordenada por esse mesmo escolhido” (SILVA, 1997, p. 130)

Em síntese, o conceito de monarquia de Dom Obá II, como de muito de seus súditos na África Pequena, era de uma monarquia absoluta, fundada no direito divino e hereditária. Tal direito de sangue, que remonta a Oludumaré e Oduduwa<sup>26</sup>, o Criador, sobreviveria a tudo: ao esfacelamento do Império ioruba depois da grande Alafin<sup>27</sup> Abiodun<sup>28</sup>; ao saque e destruição da capital, Oyó<sup>29</sup>, pelos Fulani<sup>30</sup>, por volta de 1837; às tragédias pessoais do tráfico atlântico; à realidade da escravidão americana. “Por conseguinte”, acreditava Galvão “tenho o direito de Deus, confiado a meus avós Abiodun.”(...) O Príncipe não apenas pensava assim, mas assim agia, tanto em defesa própria como das instituições políticas vigentes. Em 1887, por exemplo, irritado com o tratamento desrespeitoso que lhe prestavam certos pasquins da Corte, lembra-os exatamente de seus direitos hereditários. “O que possuo devo ao Criador e à Estirpe sagrada de Abiodun”, e “nunca mendiquei títulos nem postos de qualquer coisa”, escreveu ele. E foi adiante: “Pertencendo [possuindo] os Direitos Divinos não devo gastar meu precioso tempo a responder em qualquer folha artigos que me dizem respeito”. No fundo, estava convencido de que a imprensa o atacava, como atacava a dom Pedro II, justamente por inveja de seus ‘reais direitos’ conferidos por Deus, “visto os príncipes nascerem feitos não serem formados por dinheiros e nem pão com manteiga”.

Concepções como essas eram, sem dúvida, comungadas por largas parcelas do povo comum (...). Àqueles que tentavam fazer graça de um rei sem reinado e sem coroa (“como quase acontece em certos países menos civilizados”), o Príncipe lembrava precisamente os seus muitos súditos na cidade do Rio de Janeiro, ou seja “o devido respeito que continuamente tem recebido dos seus concidadãos africanos, como manda o dever confirmado pela lei”. Por “dever”, o Príncipe entendia a tradição político-religiosa ioruba, e “confirmado pela lei” refere-se claramente à Constituição do Império do Brasil. Para o príncipe, como para seus súditos, o imperador constitucional, dom Pedro II, era o “Deus da Nação brasileira”; a imperatriz, como a princesa dona Isabel, eram “deusas”.

Não havia conflito de poder ou legitimidade entre aquele Obá ancestral, que o Príncipe reencarnava nas ruas do Rio, e o imperador real do Império. “Os príncipes embora estrangeiros sejam”, explicava Dom Obá, “não podem e nem devem ser contra os direitos da Coroa, como o afirmado não é, por essas vivas razões.” No Brasil, conforme entendia, não lhe compete “ordenar, querer, mandar e confirmar”. Tal direito só poderia ser exercitado no seu próprio reino, a cidade-estado de Oyó, não no Brasil, “visto ser lá a sua casa onde nasceu o seu legado de Abiodun” (SILVA, 1997, p. 132/133)

Esse apoio à monarquia e a “canonização” da família real, que pode ter influenciado a propagação da memória da princesa como a “redentora” de uma raça, era algo incompreensível e inaceitável para alguns adeptos do regime republicano. Como poderiam os ex-escravos que lutaram

<sup>26</sup> Oludumaré e Oduduwa são divindades da religião Ioruba, um grupo étnico africano que compartilha de semelhanças linguísticas, culturais e religiosas.

<sup>27</sup> Título tradicional dado aos reis do antigo império Oyo

<sup>28</sup> Monarca do Império Oyo Ioruba

<sup>29</sup> Foi um império Ioruba da África ocidental, situado onde hoje é o sudoeste da Nigéria e sudeste do Benim.

<sup>30</sup> Assim como os Iorubas é um grupo étnico africano que compartilha de semelhanças linguísticas, culturais e religiosas.

durante anos contra a escravidão agora reverenciar a princesa branca daquela maneira? Rui Barbosa, por exemplo, entendia essas atitudes como formas de submissão e sujeição. Ele acreditava que os libertos não sabiam como desfrutar a própria liberdade conquistada. O mesmo Rui Barbosa publicava no diário de notícias de 19 de Março de 1889. “Ao manipuloso grotesco das senzalas. Próprio para gente da África, sucedia o feiticismo da idolatria áulica, digna de uma nação de libertos inconscientes” (Apud DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 32).

No entanto, a possibilidade que Rui Barbosa não cogitava, e que vem à tona com os trabalhos de Daibert Junior (2004) e Silva (1997), é a de que essas manifestações e atitudes de gratidão ao regime monárquico, à família real e à princesa poderiam ser, não uma continuidade de servilismo e subserviência, mas uma continuidade de seus costumes e tradições. Afinal, pode-se perceber que não havia uma condescendência com a escravidão em si, mas sim, uma mudança de foco e de percepção no que se refere ao entendimento sobre quem eram os responsáveis por aquela mazela e quem, portanto, eram os alvos de conflitos. “Em sua guerra cotidiana contra a escravidão, os escravos viam nos senhores os inimigos de uma luta que travavam diariamente no convívio com seus opressores. Sua aproximação com o imperador, no entanto, dava-se somente em ocasiões especiais, geralmente festivas” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 34) Sobre isso, ainda utilizando o exemplo da pesquisa de Silva (1997) sobre a vida de dom Obá II, observa-se:

Já havia alguns anos, aliás, que o Príncipe criticava duramente os defensores da ordem escravista. “O único desejo que certos ingratos brasileiros têm é serem acompanhados da preguiça, e não desejarem o bem-estar do país, nem coadjuvar o cego desejo da nação inteira de ser de uma só vez lavada a grande mancha da escravidão”. Para esses, anunciava o castigo divino. “Pois o fim deles é acabarem doidos varridos para pagarem as consciências que devem a Deus e às majestades, tanto quanto os pretos e pardos.” Tais fidalgos [...] por serem os mais ricos, explicava o Príncipe, queriam “Deus para si e o diabo para os demais [...] tanto quanto a escravidão que não querem dar à liberdade [...], como dão nos lugares mais civilizados da Europa” (SILVA, 1997, p. 146)

No trabalho biográfico do imperador Pedro II desenvolvido pela historiadora Schwarcz, também se observa a compreensão desta hipótese:

Além dos príncipes oriundos de elites dirigentes da África, habitaram no Brasil os reis alegóricos, das congadas, cavaladas e batuques, que, no curto espaço das festas, representavam a autoridade máxima então constituída, isso para não falar das chefias tibais. Essa convivência entre tantos reis – imaginários ou não - permitia o surgimento de compreensões diferentes da realeza e mesmo de certa recepção positiva da monarquia. Escreve João José Reis: “Havia uma mentalidade monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriação de concepções africanas de liderança, reforçadas em uma colônia, e

depois em um país, governado por cabeças coroadas [...] A visão do rei como fonte de justiça [...] existia igualmente na América, inclusive entre os escravos” (SCHWARTZ, 2003, p. 15)

Tendo o entendimento deste contexto, Daibert Júnior (2004) afirma que os libertos ao comemorarem a abolição enaltecendo a princesa, na verdade estavam expressando sua concepção de realeza tal como a entendiam nas suas civilizações de origem. Não se tratava de uma má assimilação da ideia de liberdade, e sim, de uma maneira diversa de compreender e comemorar essa conquista.

Desta maneira, para esse autor, a imagem da princesa como “redentora”, que é veiculada sistematicamente após a abolição acabaria por prevalecer, ao embate contra a república, ao menos, no imaginário popular.

O empreendimento republicano em desvincular a imagem da Princesa da abolição da escravidão foi frustrado. Embora os jornais, os manuais escolares e as comemorações oficiais do 13 de maio ocultassem o nome da Princesa na tentativa de se criar uma outra compreensão para a data, a visão de Isabel enquanto “Redentora” permaneceu viva nas comemorações de afro-descendentes e nos lugares em que os negros, libertos e seus descendentes festejavam o fim da escravidão. Nestes espaços, os negros revestiam a figura de Isabel de um significado muitas vezes incompreendido pelos republicanos. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 200)

Essa memória “construída inicialmente como estratégia de sobrevivência do regime monárquico, perdeu durante as três primeiras décadas republicanas, o caráter político do qual estava carregada” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 255). Isso significa que essa memória sobreviveu aos discursos oficiais que almejavam seu esquecimento e se consolidou como uma memória hegemônica, ao menos em um determinado segmento da sociedade, mas não oficial. Contudo, deve-se ter em vista que, mesmo com essa relativa prevalência da memória de Isabel como “redentora”, a representação desta personagem continua sendo paradoxal e conflituosa e que toda a constituição de memória a respeito da princesa é repleta de descontinuidades e de embates. Enquanto ex-escravos e segmentos mais populares da sociedade disseminavam e perpetuavam a imagem da “redentora” antigos proprietários se sentiam lesados e entendiam que a monarquia havia ultrapassado sua esfera de poder ao agir diretamente sobre suas propriedades. Por conseguinte, não eram apenas os republicanos tradicionais que buscavam o esquecimento da imagem da princesa como “redentora”, mas também aqueles fazendeiros, que até então estavam mais voltados para a monarquia do que para a república, e que teriam sido “prejudicados” com a assinatura da lei áurea. Percebe-se que

muitos membros deste segmento por conta de como se deu a homologação daquela lei, passam a aderir de última hora ao movimento republicano.

Com efeito, já no 13 de Maio o líder abolicionista José do Patrocínio divulgou a imagem, até hoje, popular, de “Isabel Redentora”, e a monarquia colhia os ganhos e os louros do ato. Popularmente a imagem da realeza, agora também associada ao que ficou conhecido como “isabelismo”, ganhava muito e a monarquia era, de fato, “aclamada nas ruas”. No entanto, a abolição definitiva gerava também perdas materiais e levava ao desprestígio de uma minoria muito ativa e extremamente ligada ao trono e que depressa se bandeou para o lado dos republicanos. Por mais que a monarquia premiasse os proprietários rurais com títulos de baronato e alegasse o caráter inevitável da medida, a falta de indenização selava o rompimento com o Estado. (SCHWARTZ, 2003, p. 438.)

Costa (1997), faz um levantamento de hipotecas do ano de 1883, que demonstra que o valor do escravo chega a representar 80 e até 90% do valor das fazendas, havendo regiões em que supera o preço da terra. A escravidão foi uma instituição secular que perdurou no Brasil por um período superior há três séculos, ou seja, desde os primórdios da colonização do território brasileiro. No entanto, desde meados do século XIX, o escravismo vinha perdendo terreno em âmbito internacional, principalmente com o fim da guerra de secessão nos Estados Unidos e a vitória nortista. O Brasil foi o último país independente das Américas a sancionar uma lei criminalizando a escravidão. Apesar disto o movimento abolicionista havia crescido muito, no país, sobretudo a partir da década de 1870.

Na imprensa, as elites intelectuais exaltavam o “progresso” e a “civilização”, bem como a necessidade de eliminar a escravidão, responsável pelo “atraso do Império”. Tais justificativas tentavam sensibilizar os setores escravistas sobre as consequências nefastas da manutenção do cativo. O mais importante era dar esse passo sem traumas. Sem assassinatos, violência ou destruição de bens e plantações. O movimento ganhou as ruas. Manifestações, tais como festas beneficentes, quermesses e *meetings*, ocupavam as primeiras páginas: seria o fim do ‘cancro que roía o Império. (DEL PRIORE, 2013, p.192)

Antes da assinatura de lei que criminaliza a escravidão de forma absoluta já haviam sido aprovadas leis moderadas que decretavam um prazo para o fim da escravidão, como a Lei do Ventre Livre promulgada em 1871 e a dos sexagenários de 1885 e, antes disso, em 1850, a lei que proibiu o tráfico negreiro, conhecida como lei Eusébio de Queiroz. Além disso a escravidão fora criminalizada nas províncias do Ceará e do Amazonas e em alguns municípios da província do Rio Grande do Sul já em 1884, aos poucos o regime servil desmoronava moralmente e legalmente. Acrescenta-se a isto as dificuldades que vinham ocorrendo para a aquisição de escravos. Costa (1997) demonstra que desde o fim do tráfico interoceânico imposto pela Inglaterra, o preço da mão

de obra escrava aumentava ano a ano, chegando a dois e até três contos na década de 1870 e só caindo a partir de 1885, quando os preços variavam entre 1:500\$000 e 1:000\$000, devido a grande depreciação dos escravos. Ou seja, a mão de obra tornava-se cada vez mais onerosa o que explica a valorização dos escravos enquanto parte preponderante dos patrimônios de alguns fazendeiros.

**Figura 01:** Levantamento de hipotecas das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo do ano de 1883.

<b>Províncias do Rio</b>	<b>Valor do Escravo</b>	<b>Valor das Fazendas</b>
Sapucaia	375:200\$	322:159\$
Cantagalo	2 433:750\$	2 765:383\$
Barra Mansa	1 209:200\$	1 254:962\$
Valença	3 460:100\$	3 573:403\$
Paraíba do Sul	1 744:350\$	2 036 866\$
Barra de São João	279:250\$	193:790\$
São Fidélis	12 530:950\$	11 120:198
<b>Províncias de Minas</b>	<b>Valor do Escravo</b>	<b>Valor das Fazendas</b>
Leopoldina	1 627:350\$	2 145:255\$
Juiz de Fora	1 539:625\$	1 625:578\$
Ubá	199:600\$	204:312\$
<b>Províncias de São Paulo</b>	<b>Valor do Escravo</b>	<b>Valor das Fazendas</b>
Pindamonhangaba	27 210:155\$	8 968:781\$
Bananal	565:900\$	731:826\$
Taubaté	793:600\$	612:632\$
Campinas	3 662:200\$	4 912:092\$
Descalvado	695:300\$	1 438:888\$
Casa Branca	631:200\$	1 073:817\$
Araras	21:400\$	59:756\$
São Simão	43:800\$	197:658\$
Jaú	117:200\$	185:992\$*

Fonte: Costa (1997, p.264)

Percebe-se, a partir disto, que um grande número de agricultores tinha como principal ou ao menos um dos principais patrimônios os seus escravos. Assim, percebe-se evidências que levam a entender o porquê destes agricultores estarem resistentes à ideia de acabar com o sistema de mão de obra vigente. E para potencializar a insatisfação dos escravocratas a abolição foi feita sem indenização aos antigos proprietários. A partir da assinatura da lei 3.353/1888, estes fazendeiros escravocratas passam a ver a princesa Isabel de maneira diferente. Eles alegam que dona Isabel teria abusado do exercício de sua função, e que a criminalização da escravidão sem uma devida indenização aos antigos proprietários teria sido uma invasão da esfera pública sobre a esfera privada

e o que teria havido era um assalto à propriedade privada, uma vitória dos radicais abolicionistas, dos “abolicionistas da classe dos comunistas”.

A partir de então, estes escravocratas tentam apresentar a princesa como uma déspota autoritária e incapaz de governar. Os antigos senhores tinham a intenção de se desafogar economicamente por meio de uma indenização, porém ela não veio. Então, nos anos posteriores ao fim da escravidão, tanto os fazendeiros quanto seus descendentes tentam demonstrar que a decisão da assinatura da lei que criminalizava a escravidão foi um equívoco. Surgem, desta maneira, uma série de publicações que afirmam que os negros não estavam preparados para serem livres, que com a liberdade eles só se entregaram a ociosidade e ao alcoolismo, que o império não possuía um projeto para os libertos e que até os “bons senhores” teriam sido abandonados por seus ex-escravos que agora se recusavam a trabalhar em suas fazendas.

Nas primeiras décadas do século XX, o embate acerca da memória desta personagem torna-se menos evidente, talvez pela vitória do regime republicano como sistema de governo ou talvez pelo fato do afastamento físico da família real, que naquele momento encontrava-se exilada. Mas o que se percebe é uma relativa cristalização binária da memória da princesa. Enquanto ela era lembrada como a “redentora” entre a população afro, os meios oficiais continuavam optando pelo esquecimento da personagem. A partir da segunda metade daquele século é que passa a existir uma alteração na dinâmica destas memórias. A partir de então os meios oficiais, didáticos e acadêmicos passam a disseminar a memória da princesa como “redentora”.

Quem viveu a infância entre a década de 1950 e 1960 decerto não escapou de ouvir e aprender sobre a Princesa Isabel, a “Redentora dos escravos”. Quando, anos atrás, Robert Daibert Junior apareceu em minha sala de aula com um projeto de pesquisa sobre as representações em torno da Princesa, tentei imaginar o que eu mesma aprendera sobre ela nos bancos escolares numa época em que a história era matéria para louvar a pátria dos poderosos e “decorar” datas e nomes relacionados aos “grandes feitos” dos governantes.

Por um golpe de sorte que resistiu as muitas mudanças de minha vida, ainda guardo o livro didático em que estudei na passagem do antigo curso Primário para o curso de Admissão em plena era João Goulart. Trata-se da 16ª edição de Minha Primeira História do Brasil de F. E. Brant Horta, publicado em 1958 pela Editora Conquista com aprovação da Comissão Nacional do Livro Didático ‘para todo o Brasil’. Pois bem, aí aprendi que a Princesa Isabel havia tido uma mão forte na Abolição. É verdade, alguns “homens de bom coração” haviam começado “a campanha da Abolição”. Mas fica-se com a impressão de que se não fosse por ela, a escravidão nunca teria acabado. Isabel ocupava o lugar de seu pai, pois o Imperador partira para a Europa em meados de 1887. Assim, de posse temporária da Coroa, ela “força a Abolição” logo em seguida, provocando até mesmo a demissão do

escravista Cotegipe<sup>31</sup>, presidente do Conselho<sup>32</sup>. Um detalhe importante para firmar o qualitativo de ‘Redentora’, conferido em seguida à Princesa, era saber que “o povo” a presenteara com “uma caneta de ouro cravejada de pedras preciosas”. Ora, qualquer escolar daqueles tempos sabia que perigava não passar no temido exame final quem não soubesse que a lei se chamava Áurea devido àquela caneta dourada em particular, expressão do amor popular pela Princesa protetora dos infelizes negros vitimados pela escravidão. (AZEVEDO, 2004, p. 17)

Entretanto, apenas na década de 1970 o movimento negro passa a discutir a ideia de que “a consolidação da imagem da Princesa Isabel como 'Redentora' dos escravos aproxima-se de uma interpretação que atribui aos negros um papel secundário no processo de superação do escravismo” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 21.). A partir deste período a interpretação de que os escravos eram incapazes de empreender posturas capazes de abalar o sistema escravista e de que a abolição teria sido a dádiva de uma minoria a uma massa passiva passa a ser questionada. Começam a surgir pesquisas que apresentam uma perspectiva em que os escravos apresentam um papel ativo no esfacelamento daquela instituição. Essas novas interpretações acabam por trazer à tona outro combate ideológico, que busca mais uma vez ofuscar a participação da princesa Isabel e da monarquia como um todo no processo que culminaria na criminalização da escravidão além da ideia da liberdade como algo doado. Nesse novo momento, buscou-se a exaltação a memória de Zumbi como o herói guerreiro e representante da luta por liberdade de todo aquele segmento.

Antes disso, no momento do traslado de seus restos mortais da França para o Brasil em 1953, a memória desta personagem ressurgiu de forma menos política, de certa maneira desligada do regime monárquico e mais dogmatizada. Neste momento a princesa ganha um lugar no panteão cívico dos heróis nacionais em um processo que Daibert Junior (2004) identifica como semelhante

---

<sup>31</sup> João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, nasceu em 23 de Outubro de 1815, foi um nobre aristocrata brasileiro, formado em direito e experimentado político do partido conservador. Também foi ministro de diversas pastas, marinha, fazenda, relações exteriores e no período de 1885 a 1888, presidente do conselho de ministros cargo no qual fez com que fosse aprovada a lei dos sexagenários em 1885. Contudo, Cotegipe era um conhecido escravocrata e foi o único senador do império a votar contra a promulgação da lei áurea.

<sup>32</sup> Aqui a autora se refere ao conselho de ministros do império instituído pela constituição de 1824. O presidente deste conselho exercia o poder executivo – que era de posse do imperador mas exercitado por seus ministros - em um cargo que se equivale ao de primeiro-ministro e que estava subordinado ao poder moderador exercido pelo imperador. Para ser membro do conselho de ministros se fazia necessário que atendesse todos os requisitos necessários para ser senador. Que eram: ser cidadão brasileiro e estar no gozo de seus direitos políticos; ter idade de quarenta anos para cima; ser pessoa de saber, capacidade e virtudes e que de preferência tenha feito serviços à pátria e que tenha rendimento anual por bens, indústria, comércio ou empregos a soma de oitocentos mil réis. Além de prestarem um “juramento nas mãos do Imperador de manter a Religião Católica Apostólica Romana; observar a Constituição, e às Leis; serem fiéis ao Imperador; aconselha-o segundo suas consciências, atendendo somente ao bem da Nação.” E por fim, esse conselho será ouvido: “em todos os negócios graves, e medidas gerais da pública Administração; principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações Estrangeiras, assim como em todas as ocasiões, em que o Imperador se proponha exercer qualquer das atribuições próprias do Poder Moderador.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

ao que ocorreu com a imagem de Tiradentes<sup>33</sup>. O autor escreve que: “Isabel entrou para a memória coletiva como aquela que sacrificou o seu trono em favor dos cativos, entregou a si mesma para redimir os negros, restituindo-lhes a liberdade. Foi traída por um golpe militar que a expulsou do país, impedindo-lhe de reinar.” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 256).

Neste período a princesa é celebrada como “redentora” por quase todo movimento negro e só passa a perder espaço com a ascensão de Zumbi, a nova figura representativa deste movimento na década de 1970. A partir desta década, Zumbi assume a posição do escravo com sede de liberdade e valentia para negar e combater o sistema enraizado. A valorização da memória deste personagem em detrimento da princesa passa a simbolizar a dicotomia da liberdade dada *versus* a liberdade conquistada através das lutas, da revolução e da ruptura com o poder vigente. A memória de Zumbi vai aos poucos assumindo um lugar de prevalência dentro do movimento negro. A ponto da data de sua morte, 20 de novembro, após muitas reivindicações e lutas daquele movimento, ser instituída como o feriado que representa o dia da consciência negra.

Antes do advento desta data como feriado e da consolidação da relativa vitória de Zumbi sobre Isabel, o momento do centenário da assinatura da lei áurea foi um campo fértil para esses conflitos de memórias:

A Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro organizou, no dia do centenário da abolição, a “caminhada estudantil pela verdadeira abolição”. A manifestação contava com a participação de alunos das escolas públicas do município, que em passeata pelas ruas compareceram ao memorial dedicado a Zumbi para lavar sua estátua. Ao som de música “funk”, alternada pelo sambanredo da mangueira de 1988 “Cem anos de liberdade – Realidade ou Ilusão?”, caminhavam com cartazes e faixas em que respondiam a seguinte questão formulada previamente pela Secretaria de Educação: “O que Zumbi diria a Princesa Isabel?”. Em resposta, liam-se frases variadas do tipo: “Obrigado, sua maluca. Já é muito tarde. Não valeu a pena. Cansei de apanhar”; “Liberdade, ainda que tarde, vale tê-la de verdade!”; ou “Sem o negro o branco, não consegue viver”. Outros cartazes ainda traziam como resposta: “Princesa Isabel, nós queremos liberdade!”; “Zumbi lutou para chegar onde chegou. Lutou pela libertação dos negros. Valeu Zumbi.” Interpretações diversas circulavam no centenário da Abolição. Não havia consenso sobre quem deveria ser homenageado. Indignados, os descendentes da família Imperial promoveram uma cerimônia religiosa em

<sup>33</sup> Carvalho (1990) indica que a memória de Tiradentes é construída a partir de uma série de conflitos ideológicos, mitificações e tentativas de apropriação deste personagem por diversos segmentos da sociedade. Todos os regimes e movimentos políticos tentam de alguma forma se apropriar a da memória deste personagem e ele é constantemente ligado a todas as principais transformações do país, como a independência, a abolição da escravidão e a proclamação da república. Contudo, após décadas de conflitos a memória deste personagem acaba por se tornar, de alguma maneira, universal a ponto de que ela não pertença exclusivamente a nenhum segmento mas possa ser utilizado como herói e mito de todos. “o segredo da vitalidade do herói talvez esteja, afinal, nessa ambiguidade, em sua resistência aos continuados esforços de esquarteramento de sua memória. (CARVALHO. 1990, P. 73)

desagravo à memória da Princesa que estaria, nas palavras do Príncipe Pedro Gastão de Orleans e Bragança<sup>34</sup>, sendo “xingada nas ruas pelos netos daqueles que a idolatravam”. Mas apesar de questionada, a representação da Princesa ainda sobrevivia. Entre os cartazes preparados em resposta à questão colocada pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, também encontravam-se frases como: “Sou grato por você libertar meus pretos. Assinado: Seu amigo Zumbi”. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 251/252)

Já no final do século XX surge um movimento de monarquista e “Isabelitas” apoiados pelo instituto Dona Isabel I, que busca através de pesquisas sobre a personagem, provas que legitimem um pedido de beatificação e canonização da princesa. No ano de 2001, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, recebe formalmente um pedido para abertura de processo nesse sentido, com a justificativa de que a princesa viveu sobre a égide de uma profunda fé católica, além de ter sido a responsável pela libertação dos escravos no Brasil. Dom Orani posterga a abertura do processo, tendo em vista, justamente, o fato de que Isabel não é uma unanimidade. Ainda hoje através de uma breve pesquisa na internet pode-se observar a série de conflitos que surgem no entorno da memória desta personagem. Os favoráveis à canonização alegam que Isabel sempre foi uma católica fervorosa, fiel ao papa e que a assinatura da lei e consequente “libertação” dos escravos brasileiros foi seu milagre. Em contrapartida, representantes do movimento negro e historiadores contestam o papel de protagonismo de Isabel na feitura de seu “milagre” e argumentam que a canonização desta personagem seria uma forma de silenciar a memória da participação da população negra na sua própria História.

No momento da eleição da presidente Dilma Rousseff os olhares em torno de Isabel aumentaram. Artigos jornalísticos buscaram o “salto do tigre” de Benjamin<sup>35</sup> ao desenterrar Isabel em reportagens como a publicada no ano de 2010 pelo jornal “O Globo” de título: “Isabel, a primeira: Regente do império, princesa foi pioneira no poder feminino no Brasil” que acabam por disseminar, de alguma forma, a memória da princesa como uma espécie de ícone feminino, além de tentar estabelecer uma ligação e semelhanças entre ela e a outra mulher – Dilma Rousseff - a exercer o principal posto político no Brasil e, por fim, romantizar a história da princesa. Sobre a tentativa de impulsionar a princesa para um status de ícone feminino ou feminista, o historiador

---

<sup>34</sup> O príncipe Pedro Gastão de Orleans e Bragança era neto da princesa Isabel e um dos mais empenhados membros da família imperial na campanha pela monarquia no plebiscito realizado no início da década de 1990, aonde a população brasileira deveria optar pela forma de governo a ser implantada no país. Neste plebiscito realizado mais de 100 anos após a queda da família imperial 6,8 milhões de brasileiros votaram a favor da volta da monarquia. A vitória da república foi inquestionável tendo em vista que este sistema de governo recebeu 44,2 milhões de votos. Contudo, a quantidade de votos que o sistema monárquico recebeu é significativa.

<sup>35</sup> Na página 54 deste trabalho discutimos como a partir da perspectiva de Benjamin o passado passa a ser compreendido como um tempo vivo e que não é encerrado em si próprio e que por isso possibilita o salto do tigre que liga a revolução francesa ao Império romano do ocidente.

Barman – que foi entrevistado para o desenvolvimento da matéria supracitada – afirma que: “Enquanto morou na França, entre 1878 e 1881, D. Isabel não se envolveu diretamente com o movimento pelos direitos das mulheres e nem manifestou simpatia por ele” (BARMAN, 2005, p.221)

Todos esses conflitos ideológicos e de memórias em torno de quem ou de qual segmento, é o principal protagonista no episódio histórico que se convencionou chamar de “a abolição da escravidão” e na própria participação da princesa neste episódio, acabam por refletir na produção historiográfica e memorial acerca da princesa Isabel. Por todo o século XX, pouco se produziu academicamente sobre esta personagem, que “ainda hoje na maior parte dos manuais de história do Brasil, (...) aparece citada apenas em dois momentos: pela assinatura da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea” (MESQUITA, 2009, p. 190.). A personagem passa a receber um pouco mais de atenção do mundo acadêmico apenas a partir das últimas décadas daquele século e início do século seguinte. Sobre isso, Barman escreve que:

Os historiadores raramente mencionam D. Isabel, a filha de D. Pedro II. Quando eventualmente se referem a ela, é por duas realizações: em 1871, a princesa sancionou a Lei do Ventre Livre, assegurando a extinção paulatina da escravidão no país; em 1888, teve um destacado papel na supressão imediata da escravidão. Os abolicionistas não tardaram a intitulá-la a *Redentora* e o epíteto perdurou. Na qualidade de *Redentora*, D. Isabel continuou a ser um verdadeiro ícone na cultura popular. À parte isso, tem recebido pouca ou nenhuma atenção. Após sua morte, em 1921, editaram-se apenas três biografias a seu respeito. As duas primeiras de Pedro Calmon e Hermes Vieira, foram publicadas em 1941, e a terceira, de Lourenço Lacombe, em 1989. É notável a escassez de artigos sobre a princesa. D. Isabel merece atenção. Durante quase quarenta anos (1851-1889), foi herdeira do trono. Em três ocasiões, entre 1871 e 1888, que somam três anos e meio, governou o país durante a ausência do pai, que estava no exterior. Na qualidade de regente, exerceu o considerável poder que a constituição de 1824 conferia ao monarca. Nesse mesmo período, deu à luz a três filhos, possíveis herdeiros do trono. Os historiadores concordam que o caráter e os atos de D. Isabel foram fatores que muito contribuíram para a substituição do regime imperial pelo republicano em 15 de Novembro de 1889.(BARMAN, 2005, p.16)

Então, buscou-se demonstrar, ao longo deste subcapítulo, como a produção de memórias em torno da personagem princesa Isabel foi desde sempre um local de conflitos, seja pela sua dogmatização, seja pelo seu esquecimento, ou pelos embates ideológicos capazes de construir as mais variadas narrativas e interpretações. Além de constituir a memória como algo aberto, conflituoso, desnaturalizado, descontínuo e possuidora de a sua própria historicidade. Desta forma, “a construção das representações da Princesa Isabel transitou pelos espaços do domínio público e

privado, pela questão religiosa, interesses políticos, concepções de gênero, além de motivações econômicas, todos ligados a práticas culturais da época” (MATTOS, 2006, p. 47). Portanto:

Ao contrário do que se tem convencionado pensar ultimamente, Isabel, a “Redentora”, não foi uma simples construção das elites proprietárias interessadas em manter o controle social sobre os ex-escravos e seus descendentes. Mais do que isso, Robert nos mostra que a figura de Isabel. A “Redentora” dos escravos, construiu-se gradativamente entre olhares negros e brancos e também com muitas idas e vindas. Em torno dela, deu-se verdadeira disputa de representações, construída ao sabor dos interesses e sentimentos de pessoas as mais diversas: monarquistas, republicanos, abolicionistas brancos e negros, historiadores, jornalistas, políticos, empresários, artistas, ex-escravos e seus descendentes, militares negros e anti-racistas de diversas épocas só longo do século 20, gerais da ditadura militar nos anos 1970, e autoridade às voltas com comemorações do centenário da abolição em 1988. E, entre essas pessoas, não poderia faltar a própria Isabel, que – como Robert sugere – era muito zelosa de sua imagem pública. (AZEVEDO, 2004, p. 17)

Mas também, não se pode perder de vista que em determinados momentos esses conflitos de memória têm como base projetos ideológicos e de homogeneizações, e que, portanto, tem em si a possibilidade de construir dogmatizações, cristalizações e binarismos. De fato podem contribuir para um entendimento menos adequado do longo processo pelo qual passamos até chegarmos a assinatura da lei que criminalizou a escravidão. E para o esquecimento, ao menos fora dos muros acadêmicos, de personagens importantes nesse processo como Luís Gama, André Rebouças, Dom Obá II, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco. A partir de agora passaremos a analisar como a construção da memória de dona Isabel se deu no âmbito da historiografia.

### **3.2 A princesa e a historiografia do século XX**

Como dito anteriormente pouco se produziu na historiografia do século XX sobre a princesa Isabel. As principais obras acadêmicas acerca desta personagem neste século foram: “A Princesa Isabel ‘A Redentora’”, publicada na década de 1940 e de autoria do historiador, biógrafo e membro da academia brasileira de letras Pedro Calmon, “Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras”, também da década de 1940 e de autoria do historiador Hermes Vieira e “Isabel A Princesa Redentora”, publicada na década de 1980 de autoria do pesquisador do museu imperial Lourenço Luiz Lacombe.

Estas narrativas historiográficas produzidas ao longo do século XX acerca da princesa Isabel, são narrativas que se distanciam do tipo de construção historiográfica apresentada e defendidas no decorrer deste trabalho. Estes estudos são pesquisas ainda muito influenciadas pelo modo de construção historiográfica positivista vigente no século XIX e comprometidas com um tipo de História que tem, talvez, como principal função oficializar eventos e exaltar grandes personagens que contribuam para a construção de um nacionalismo exacerbado e de uma nação grandiosa. Nestas obras observamos um método cientificista que entende a História como algo linear e no qual objetiva-se a continuidade e o resgate de um passado da nação, dos sujeitos fundadores, de grandes personagens, de seus líderes e de uma verdade absoluta que é legitimada pelo status do conhecimento científico e que se faz através de métodos objetivos e portanto menos propensos a questionamentos. Neste tipo de construção narrativa observa-se a pretensão a um resgate totalizante, harmonioso e homogêneo. Nesta historiografia também observamos a perpetuação da busca por uma memória hegemônica e absoluta através da exaltação da figura dogmática de Isabel como a redentora de uma raça.

Portanto, essa historiografia é um tipo de conhecimento que serve como forma de legitimação e consagra Isabel como a grande libertadora, como a redentora do povo negro, como aquela que por conta de seus grandes predicados abriu mão de seu trono em prol da liberdade daqueles que não poderiam conquistá-la sozinhos. A construção desta memória faz parte de um projeto em que a História é vista como um campo de saber que através do resgate da vida de grandes personagens fornece à sociedade exemplos a serem seguidos na construção de uma nação e buscam oficializar um único discurso histórico. É uma História maniqueísta que apresenta uma realidade binária e simples que está dividida entre o bem e o mal, a verdade e a mentira.

Essa historiografia tinha um apego formal ao documento escrito, ele era entendido como a base irrefutável que trazia a tona verdades antes escondidas a espera de serem meramente descobertas. Nesses trabalhos coube aos pesquisadores o resgate e a organização linear e progressiva de fontes documentais que serviram para a recomposição da realidade e para trazer à tona o que eles entendem ser como o que de fato aconteceu. Nessa perspectiva, as fontes documentais assumem um papel de instrumento de resgate de um passado verdadeiro, um dado originário e bruto de onde serão resgatados a raiz de um passado fixo a ser meramente apresentado no presente como uma verdade única e irrefutável. A Isabel apresentada nestas pesquisas é um

modelo pré-existente apenas corroborado pelas fontes documentais e pelas narrativas construídas com o peso de serem narrativas científicas.

A obra do historiador Lacombe é aonde esse apego ao documento como um dado objetivo e irrefutável demonstra-se de forma mais evidente. Esse autor faz um trabalho de pesquisa documental incrível, trazendo a tona uma série de vestígios, que sem dúvida alguma são de extrema importância para uma melhor compreensão da família imperial e para o período histórico no qual ela está inserida e que antes se encontravam perdidos em arquivos não consultados<sup>36</sup>. “O seu livro é sem dúvida o maior repositório de dados até agora reunido sobre a Princesa Isabel” (BRAGANÇA 1988 in: LACOMBE 1989, p. 04). Sua obra pretende o resgate de uma verdade através da voz da própria princesa. Desta maneira, a obra se legitimaria por estar trazendo a tona evidências documentais em detrimento a suposições e a especulações e por se tratar de um trabalho “solidamente edificado em base documental de grande envergadura” [e que] “destina-se a apresentar a figura sem se deter em tão complicadas equações” (BRAGANÇA 1988 apud LACOMBE 1989, p. 04). Portanto, esse trabalho se pretende simples, legítimo e verdadeiro por tratar apenas com fatos objetivos e por deixar tudo ser dito por tão nobre personagem. Nele cabe ao historiador apenas o papel de escavador e o resgate de dados brutos e originários.

Através das fontes trabalhadas e das metodologias utilizadas em suas abordagens, os autores construíram narrativas fechadas, que dão pouca margem a interpretações diversificadas e que se assemelham muito com as formas emergentes de narrativas apresentadas por Benjamin em sua obra “O narrador” (1936/2012) e discutidas no primeiro capítulo desta pesquisa e que em alguns momentos apresenta um certo ar de romance e de exaltação aos grandes personagens envolvidos na História do Brasil e nesse caso específico a perpetuação da memória de Isabel como uma “santa redentora” repleta de predicados humanitários, como: piedosa, boa, patriota e digna de admiração. Foram essas características inerentes a pessoas “superiores” que impulsionaram suas ações para a libertação de uma raça e o fim de uma injustiça que já perdurava a séculos. Contudo, isso significa que mesmo os trabalhos que se pretendam completamente objetivos não os são. Por exemplo, mesmo a narrativa de Lacombe que é uma narrativa que privilegia sobremaneira as verdades documentais, ainda tem em si a visão do autor e da época na qual ele está inserido o que faz com que ele exalte a figura de Isabel e o próprio regime monárquico e dissemine a memória da princesa

---

<sup>36</sup> O próprio autor esclarece que a fundamentação de sua obra é “uma documentação até então inédita: os papéis particulares da família imperial, cuidadosamente conservados pelo Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança no seu Palácio Grão Pará em Petrópolis.” (LACOMBE, 1989, P. 09)

“redentora”, repleta de qualidades e predicados humanitários que fazem dela um exemplo a ser seguido pelos cidadãos comuns.

Portanto, nessas obras, a memória de Isabel como “a redentora” não é encarada como algo inventado e fabricado através de uma série de relações de poder, algumas discutidas no início deste capítulo e inseridas em uma trama microfísica, mas sim como um evento originário que é meramente resgatado e revelado pelas narrativas historiográficas que se colocam como um saber descoberto e não construído. Aqui cabe ao historiador não a análise das peças expostas e das possibilidades advindas delas, mas sim o resgate de um saber já constituído e apenas perdido e acima de tudo absoluto.

É possível perceber a disseminação dessas características da princesa já nos elementos pré-textuais da obra de Lacombe (1989). A apresentação de seu livro é escrita por dom Pedro de Orléans e Bragança, um descendente de dona Isabel. O príncipe termina sua apresentação da seguinte forma:

A Lourenço Lacombe ficamos, eu e toda a descendência da Redentora, gratos por, no ano do Centenário da Abolição da escravidão mostrar a todos o verdadeiro retrato de uma Princesa corajosa, boa esposa, boa mãe, exemplo de uma vida cristã, dessa que foi a primeira mulher a governar nosso querido Brasil (BRAGANÇA 1988 in: LACOMBE 1989, p. 01)

Encontra-se na historiografia desse período um projeto que pretende apresentar uma única possibilidade, uma única princesa, a verdadeira, como dito por Bragança. E assim como família imperial estava grata e se perdia em elogios a Lacombe por este ter trazido à tona esta princesa homogênea o pesquisador, ao longo de sua obra, também se perdia em elogios a toda a família imperial e ao próprio regime monárquico. Era uma narrativa comprometida com um modelo já existente. Uma narrativa comprometida com uma “santa” que conscientemente abriu mão de seu trono em favor da liberdade de um povo.

Na euforia e no entusiasmo pelo seu dia de glória, só ouvia a Princesa os louvores e aplausos. - Viva Isabel I! Chegaram mesmo a gritar. “Patrocínio, fora de si, atirou-se aos pés da Princesa, quis beijá-los. Proferiu palavras soluçadas, a face brônzea molhada de lágrimas, os braços no ar, como se representasse um papel final: a raça libertada a venerar Santa Isabel...”. O próprio Pedro II, da Europa, acordando do torpor da febre, com a notícia que lhe sussurrava a Imperatriz, aplaudi-a: “Abraço à Redentora. Seu Pai Pedro”. Estava, pois, consagrada. Certa de que iniciara gloriosamente seu reinado, não guardou, por certo, as vozes que lhe vaticinavam a derrota. A tradição (ou a lenda...) conservou a cena passada com Cotegipe que lhe fora beijar a mão no dia do triunfo. A Princesa, exultante pelo grande feito, como que desafia o ex-ministro:

- Então, Sr. Barão, ganhei, ou não ganhei a partida?

Cotegipe, cortesão e profético, vaticina então: - Ganhou a partida, mas perdeu o trono!

Que lhe importava o trono se ela libertara uma raça? Que lhe valia o trono se ela realizara a redenção dos cativos? Para que lhe servia o trono senão, exatamente, para exercer, por meio dele, o supremo ato de amor e caridade cristã – assim entendido no seu mais alto grau? (LACOMBE, 1989. p. 242)

Essa princesa também é representada na obra de Calmon:

Sacrificara-se talvez, fazendo a política do coração, mais do céu que do mundo, mais da Igreja que da terra, muito mais do seu feminismo que da sua ambição: podiam derruba-lhe a coroa, que os reis não levam para o túmulo, nunca a aureola, que de ordinário os acompanha para além do túmulo... (CALMON, 1941, p. 223)

Estas duas citações demonstram que os autores entendem uma Isabel que tinha certo desprezimento pela sua posição política. Aqui, encontra-se uma personagem que deixa de lado questões políticas e sociais em detrimento à caridade. Para essa princesa muito mais importante do que seu reinado e a continuidade da monarquia sob os cuidados da dinastia dos Braganças eram os ideais humanitários que guiavam seu coração. Para esses autores as qualidades que faziam de Isabel uma grande personagem sobrepunham a sua inserção em qualquer jogo político, seu reinado não poderia ser alicerçado em cima da escravidão e se para por um fim nela fosse necessário o término da monarquia no Brasil, que isto, então, acontecesse. Aqui, Calmon apresenta uma política do coração que na verdade é um movimento apolítico e descomprometido com interesses mais mundanos, como, por exemplo, a manutenção do regime monárquico ou a legitimação do terceiro reinado perante a sociedade oitocentista. A princesa é apresentada como um ser superior a essas pendengas e com isso acaba por se tornar um personagem canonizado.

Os conhecimentos científicos, não apenas as narrativas historiográficas, são aqui formas de corroborar as verdades produzidas por essa vertente. Lacombe chega a usar uma análise grafológica como forma de demonstrar cientificamente os predicados da princesa.

Uma análise grafológica feita em 1891 informa possuir a Princesa Isabel “uma grande delicadeza de sentimentos que tem horror a tudo que é grosseiro ou mesmo vulgar. Muito sentimental. O coração é muito sensível e fortemente impressionável. Sutil e perspicaz, aprende e compreende as coisas sem auxílio do raciocínio. Observa e examina as menores particularidades sem ser muito minuciosa. Rica imaginação. Suas ideias são muitas vezes entrecortadas pela impressionabilidade. Muito mais idealismo do que materialismo. Muita altivez e dignidade mas sem vaidade vulgar. Constante força de vontade. Admira tudo o que é grande, belo, nobre e elevado. Muita ordem e regularidade. Espírito criador. Grandes atitudes artísticas. Coração afetuoso e muito amante.” (LACOMBE, 1989. p. 280)

Além disso, os predicados descritos e exaltados nestas narrativas eram características inerentes a genealogia da família imperial “o sentimento abolicionista da Princesa era, na realidade uma herança de família. Desde Pedro I, que já pregava ser o colono livre muito menos dispendioso que o escravo” (LACOMBE, 1989, p. 220). E a contestação destas características não passavam de campanhas impulsionadas pelo preconceito e pelos sentimentos antagônicos àqueles enraizados nos genes da família imperial:

Tinha a fibra do avô. Quanto mais acesa fosse a peleja, maior era o ânimo que sentia para nela prosseguir. Quando desejava o impulso de uma ideia, como a da abolição, manifestava a sua preferência de corpo e alma. Não tinha reservas. Era clara e precisa; e por esse seu temperamento ardoso, entusiasta, veio a sofrer campanhas das mais lamentáveis, sobretudo porque, no fundo, os nossos preconceituosos políticos de então, habituados a nunca ver nem tolerar uma mulher que se envolvesse na vida pública do país, ao invés de a auxiliarem nas árduas tarefas a que se submeteu, como fez superiormente o visconde do Rio Branco, tudo engendraram para impopularizá-la, comprometê-la perante a opinião pública, quando ela só tinha, para com a sua pátria e os brasileiros, seus irmãos, a intenção de bem servi-los, de melhorar as suas condições, sob os fortes desejos, que a animavam, de os colocar no mais alto e conceituado ponto social, intelectual e moral, tendo sido ao vigoroso impulso desta sua vontade maior que realizou o feito mais nobre e mais belo de nossa história, qual o dia da abolição da escravatura. (VIEIRA, 1990, p. 14/15)

Ainda que hajam diferenças na forma como se dão as produções historiográficas dos autores do século XX, as conclusões são essencialmente as mesmas. Isabel foi um ser acima da média dos cidadãos comuns, nobre, digna, patriota e boa, a “redentora” salvou toda uma raça e para que isso fosse feito ela abriu mão, sem pestanejar, e com certa consciência, do seu reinado. Em palestra proferida no IHGB em 1996, Delgado, em apresentação denominada “Novas considerações sobre a princesa Isabel”, conclui sua participação com um trecho que pode ser utilizado como exemplo da forma de como a historiografia de quase todo o século XX pensou a personagem.

Daqui a cem anos, as crianças e os jovens brasileiros se surpreenderão ao aprender que, no Brasil, houve escravidão, o cativo da amada e sofrida raça negra que tanto fez pelo Brasil; que havia uma Princesinha chamada Isabel – pequena na estatura mas dona de um grande coração; que ela libertou os escravos; que por isso perdeu o trono; que morreu no exílio; mas não deixou de amar a sua pátria, esse Brasil tão singular e tão amado que foi a grande paixão e ao mesmo tempo a grande cruz de sua vida. (DELGADO, 1998, p. 397)

Contudo, deve se ter em mente que mesmo essas narrativas que se pretendem fechadas são capazes de produzir algo que possa ir além da cristalização de um conhecimento. Elas devem ser entendidas como um elemento inserido dentro de uma trama microfísica de poderes e o poder produz a possibilidade da criação de algo novo. Essa historiografia completamente cristalizada,

produtora de uma princesa redentora e única, foi capaz de levantar uma série de documentos e produzir conhecimento que há algumas décadas serve de base inicial para que se pudesse vir à tona uma multiplicidade de novas narrativas e de interpretações acerca da princesa, que possibilitam a redenção, o repensar constante desta personagem e a inserção desta personagem e deste período histórico em uma constelação de possibilidades que se desenham e se redefinem de forma constante.

### 3.3 A princesa e a historiografia do século XXI

Na historiografia produzida no século XXI, percebe-se uma preocupação maior com aspectos antes desconsiderados ou postos em segundo plano, como, por exemplo, a compreensão do contexto espaço temporal no qual a personagem a ser estudada está inserida. Aqui as narrativas historiográficas são mais do que um resgate de fontes ou a romantização de “grandes personagens” através da construção de narrativas fechadas. A partir destes estudos é possível perceber uma preocupação maior na apresentação do contexto no qual a biografada está inserida. Através destas pesquisas pode-se perceber que o império brasileiro, culturalmente tinha a aristocracia europeia como exemplo e socialmente seguia um modelo patriarcal no qual a família se encontrava no centro das relações sociais e o pai era a figura central, de poder e de autoridade desta instituição. Esta natureza patriarcal se expandia para a vida pública, a própria constituição de 1824 excluía a mulher da esfera da vida pública. Nesta carta magna a mulher não tinha o direito nem ao voto nem a se eleger e “embora a constituição não chegasse a negar explicitamente o status de cidadãos às mulheres, suas disposições partiam do princípio que cidadãos eram os homens” (BARMAN, 2005, p.29/30). Todos os cargos políticos eram ocupados por homens representantes de uma elite econômica, cultural e intelectual, assim como os cargos militares que eram exclusivamente ocupados pelo gênero masculino e os cargos comerciais que só poderiam ser incumbidos a mulheres no caso de falecimento de seus cônjuges. Portanto, percebe-se que:

Culturalmente, vivia-se num mundo patriarcal, onde, embora não fossem poucas as atuações das mulheres nos mais diversificados campos da sociedade, impunha-se limitações de todas as ordens à ação feminina. Constituições europeias definiam o caráter submisso da mulher de forma explícita, como eram os casos da italiana, norueguesa, francesa, alemã, só para citar algumas. Mesmo nas religiões de base judaico-cristã esses princípios eram enfatizados. (MATTOS, 2006, p. 21)

Sobre a ênfase dada pelas religiões de base judaico-cristã a esses princípios - importante ressaltar que naquele momento a monarquia constitucional do Brasil tinha uma religião de base judaico-cristão como religião oficial do império. Fato corroborado pela própria constituição<sup>37</sup> - Barman escreve que:

Como em termos físicos, as mulheres são “a costela de Adão”, elas são consideradas biologicamente subordinadas e dependentes dos homens. A sucumbência de Eva à tentação significa que a natureza feminina é menos forte, inconstante e menos confiável que a masculina. Como “filhas de Eva”, as mulheres têm o papel precípua de parir e criar filhos, cabendo aos homens a função principal de provedor e protetor. As mulheres levam a vida dentro de casa, no interior da chamada “esfera privada”, ao passo que os homens vivem no mundo da ação, da dita ‘esfera pública’. (BARMAN, 2005, p.19/20)

Ainda sobre o que significava ser mulher no século XIX, a historiadora Del Priore (2013) escreve:

Segundo médicos e cientistas, o gênero era governado pela sensibilidade. Escritores como Chateaubriand preferiam defini-lo como “o belo defeito da natureza”. Afinal, Adão não saiu de entranhas enfermas, mas das mãos de Deus. Já a inferioridade feminina era um dado natural, sem remédio. Era graças a ela que existiam coisas desprezíveis como a prostituição, o adultério e o infanticídio. Até o banho de sangue da Revolução Francesa lhe era debitado. Só por meio do casamento a mulher encontrava seu papel verdadeiro: o de ser obediente e dotada de sentimentos exemplares como a abnegação. A religião lhe era imprescindível. Sua fé ora funcionava como suporte contra sua fragilidade, ora como aliada de seu pudor e ignorância. Apenas a moral, a vida doméstica e a educação dos filhos poderiam dar-lhe alguma forma de gratificação. Para a biologia, que descobrira recentemente a ovulação, ela era o ‘vaso frágil’ no qual o homem depositava sua semente. Controlar seu funcionamento sexual era controlar sua vida. O marido seria o guardião da saúde feminina. Ele a criaria à sua imagem e semelhança. (DEL PRIORE, 2013, p. 43/44)

Esta mesma autora entende que no caso específico de dona Isabel o modelo de feminilidade a ser seguido era o da sua antiga aia a Condessa de Barral.<sup>38</sup> Nesta nobre senhora aristocrata educada na Europa, a princesa observaria:

<sup>37</sup> Art. 5: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

<sup>38</sup> Luisa Margarida de Barros Portugal, a condessa de Barral, era uma nobre brasileira que havia sido levada para Europa muito jovem, onde seu pai, o visconde de Pedra Branca, foi embaixador do império em Paris. A condessa foi criada na França e falava com fluência o francês, o português e o inglês. Viveu desde sempre no meio aristocrático e conhecia muito bem os costumes e meandros desta classe, era elegante, sofisticada e bem-educada. Além de muito bem casada com o conde de Barral. Estas foram algumas das características que fizeram com que ela fosse indicada por Dona Francisca (Irmã do imperador Pedro II) para o cargo de aia das princesas brasileiras, posição que assumiu em 1856. A partir deste momento a condessa começa a desenvolver um relacionamento com a princesa Isabel que evolui ao longo do tempo de tutora e modelo para o de amiga e confidente.

O pacto perfeito entre força e feminilidade tinha na condessa de Barral o modelo. Dona de uma vontade de ferro e de uma inteligência poderosa, a aia tinha a habilidade de conseguir o que queria sem transgredir ou ultrapassar os limites permitidos pelas mulheres. Sua graça, seu charme e seu bom gosto seduziram pai e filhas. (DEL PRIORE, 2013, p. 47)

A condessa, ícone da tradição francesa, era um guia de civilidade e etiqueta. Ensinava à princesa como passar da vida privada para a vida pública. Certas conveniências eram obrigatórias: como tirar as luvas sem se atrapalhar. Como entrar com joelhos e pés juntos e o dorso ligeiramente inclinado para a frente, fingindo interesse pelo interlocutor. Como pisar diferente, na casa ou na rua. Como mostrar ou esconder os pés, sob as pregas do vestido. Qual a diferença entre sorrir – sempre – e rir – nunca, pois enfeava! Isabel não poderia ignorar, jamais, os efeitos de seus atos, mesmo os mais insignificantes. Havia uma filosofia de vida dissimulada por trás de várias regras para tudo o que fizesse: coser, bordar ou conversar. Desses gestos, as mulheres, princesas ou não, deviam retirar certa satisfação ou pequena felicidade, tal como descrita nos contos de fada. (DEL PRIORE, 2013, p. 49)

De forma paradoxal a esse contexto, a constituição brasileira, instituída no ano de 1824, abria uma exceção para a participação feminina no que se refere a linha sucessória do trono. E em seu artigo 117<sup>39</sup> permitia que este cargo fosse ocupado pelo gênero feminino. Contudo, mesmo essa exceção era relativa, já que os filhos homens tinham prioridade sobre as filhas mulheres na linha sucessória independente de suas idades, e que:

Em parte, essa concessão era uma questão de tradição e dava continuidade à prática em Portugal, em parte era uma questão de necessidade. Em março de 1824, quando a Constituição foi outorgada, D. Leopoldina e D. Pedro I tinham apenas três filhas (Maria, Januária e Paula), pois seu primeiro filho morreria ao nascer, e o outro, com onze meses de idade. Em 1824, D. Leopoldina deu à luz uma quarta filha, Francisca, e em 2 de dezembro de 1825, a um menino sadio batizado Pedro, como o pai. Um ano depois, ela morreu em outro parto. Em 1829, o imperador casou-se em segundas núpcias com D. Amélia de Leuchtenberg. (BARMAN, 2005, p.31)

Assim, constata-se que, aquela sociedade seguia um modelo que tendia ao binarismo homem x mulher. Esse binarismo consolidava a ideia de posições pré-definidas dentro da esfera social, política, familiar e cultural e estas posições estavam ligadas também ao gênero biológico do indivíduo. O gênero feminino era considerada anatomicamente mais frágil que o masculino e, portanto, dependente e subordinada a ele. Desta maneira, a natureza feminina era vista como uma natureza mais fraca, mais dependente e mais inconstante. Portanto menos apta a assumir posições de interesse público. Isto dava ao homem um papel de preponderância, de agência e a mulher um papel passivo no que se refere as práticas públicas, políticas, sociais e culturais. Em todos os

<sup>39</sup> Art. 117: “Sua Descendência legítima sucederá no Trono, Segundo a ordem regular da primogenitura, e representação, preferindo sempre a linha anterior às posteriores; na mesma linha, o grão mais próximo ao mais remoto; no mesmo grão, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha à mais moça” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

aspectos da vida a mulher era, de alguma maneira, subordinada e reprimida pelo homem. Repressão que era agravada na vida sexual e legitimada pela ciência.

A imagem de que a mulher era sexualmente passiva encontrou, na época, respaldo na medicina. Em 1857, William Acton (1813-1875), em *The Functions and Disorders of the Reproductive Organs*, corroborava a ideologia predominante, ao e seus leitores que as únicas paixões sentidas pelas mulheres eram pelo lar, filhos e deveres domésticos. Segundo o referido autor, a mulher submetia-se ao marido só para satisfazê-lo e, se não fosse pelo prazer da maternidade, preferia não ter atenção sexual.

Acton tornou-se o mais famoso defensor da “mulher assexuada”, paradigma da mulher vitoriana. Acreditava que para a felicidade da sociedade as mulheres, com exceção das ninfomaniacas e das prostitutas, sabem pouco ou são indiferentes às necessidades sexuais. (ACTON, 1995:260). Além disso, Acton entusiasticamente fala sobre a paixão incontrolável dos homens, acreditando que a negação dos seus impulsos sexuais poderia ser prejudicial para a saúde. Por outro lado, pregava que a mulher nunca poderia se negar sexualmente ao homem, quando este a requisitasse. (MONTEIRO, 1998, P. 62)

Portanto, percebe-se, com isso, que dentro das configurações da sociedade brasileira oitocentista cabia a mulher, sobretudo a mulher burguesa, aristocrática e com inserção na corte imperial<sup>40</sup>, cumprir os deveres e determinações pré-estabelecidos às mulheres “honestas” do século XIX. A mulher havia nascido para se casar com um pretendente de família nobre previamente escolhido por seu pai, fazer deste pretendente um marido feliz sobre todos os aspectos, administrar sua casa, zelar por sua boa imagem de mulher “honesta” e “virtuosa” e pela imagem da honra familiar sem quebrar as regras de conduta determinadas pela sociedade. Entre estas regras a de ser uma cristã fiel, ser uma boa esposa, uma boa filha, não sentir prazeres sexuais e dar ao seu marido o maior número possível de filhos homens.

Neste contexto, nascia em 29 de julho de 1846, no paço de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do império, Dona Isabel Christina Leopoldina Augusta Michaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Orleans e Bragança. A filha do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Dona Tereza Cristina. No momento de seu nascimento dona Isabel não era a primogênita do casal imperial e, portanto, não era a herdeira direta do trono imperial. Isabel nasce como uma mulher aristocrata do século XIX, destinada a cumprir os deveres das mulheres “honestas” daquela sociedade, para viver no âmbito da nobreza e na esfera da vida privada. “Como as irmãs de D. Pedro II, Isabel deveria ser mais uma princesa, educada para se casar com um príncipe estrangeiro,

---

<sup>40</sup> Sabemos que: “o gênero não funciona isoladamente, e se entrelaça com vários outros fatores – entre os quais raça e classe –, e mais do que em qualquer outro lugar, no Brasil Imperial” (BARMAN, 2005, p. 35). Portanto se o trabalho neste momento dá mais atenção a questão do gênero do que a outros fatores não tem, de forma alguma, como objetivo negar a importância destes fatores no desenvolvimento e na colocação da mulher na sociedade brasileira do século XIX.

vindo a residir fora do país. “E, por onde andasse, representaria diplomaticamente os interesses do Brasil no exterior”(DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 34). Contudo, a maldição dos Braganças<sup>41</sup> se faz presente, da mesma maneira como se fazia sucessivamente já há algumas gerações, e os dois filhos varões do casal imperial viriam a falecer de forma prematura. O primogênito Dom Afonso Pedro em 1847 e o caçula Dom Pedro Afonso em 1850. A partir destas tragédias e da ausência de novos filhos homens<sup>42</sup>, dona Isabel torna-se aos 4 anos de idade, a primeira na linha de sucessão do trono imperial, lugar que ocupou por quase quarenta anos (1851 – 1889).

Ter uma mulher como a primeira na linha de sucessão do trono imperial, era motivo de preocupação naquela sociedade. Afinal, como dito anteriormente, o lugar do gênero feminino estava na esfera privada, cabia apenas aos homens o trato com o negócio público. Segundo Daibert Junior, devido a esta preocupação há, desde cedo, uma tentativa de tornar a imagem de Isabel como herdeira do trono mais aceitável para aquela sociedade. O autor insinua que existe um projeto neste sentido desde a mais tenra idade da princesa. Para o autor havia o entendimento de que Isabel:

Precisava ser revestida simbolicamente de uma nova condição. De fato, iniciavam-se naquele mesmo ano de 1850, em que morria o Príncipe Imperial, as tentativas de construção de uma imagem positiva de Isabel. Era necessário torná-la aceitável diante dos brasileiros para que fosse vista como futura governante, princesa digna de se tornar imperatriz do Brasil. E, com esse objetivo é que em 15 de Julho de 1850 foi assinado o decreto 674 que declarava de grande gala o dia 29 de Julho, dia de seu aniversário. A data adquiria, assim, importância diante do calendário oficial do Império. Na hierarquia festiva, estava acima da pequena e da média gala. Por meio deste decreto, o aniversário da Princesa equiparava-se a outros momentos considerados significativos. Assumia o mesmo status das festas cívicas, do dia do ‘Fico’, da maioridade de Pedro II, da abertura e encerramento da Assembleia. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 39)

Naquele mesmo ano de 1850, aos quatro anos de idade, a Princesa foi reconhecida oficialmente como herdeira presuntiva da coroa em ato solene realizado diante dos deputados e senadores na Assembleia Geral Legislativa. Como todo ato oficial do Império, o acontecimento foi lavrado em documento e enviado a todas as províncias do Brasil. O documento encerrava-se com a seguinte determinação: ‘Manda imprimir, publicar, remeter para conhecimento de todas as autoridades do município da Corte e das províncias o Instrumento de reconhecimento da Princesa Imperial a Senhora Dona Isabel’. Mais do que um procedimento burocrático, era preciso espalhar a notícia pelo Império e preparar o terreno para que a ideia problemática de uma Imperatriz como representante máxima da nação se tornasse

---

<sup>41</sup> A maldição dos Braganças é um mito que se inicia no século XVII, após Dom João IV de Portugal agredir um frade franciscano que lhe pedia esmolas. Em resposta a agressão aquele frade teria rogado uma praga a toda a dinastia dos Braganças. De acordo com esta praga nenhum primogênito varão viveria o bastante para assumir o trono, e de fato a partir daquele momento todos os primogênitos homens daquela dinastia faleceram antes de reinar.

<sup>42</sup> O casal imperial ainda teria mais uma filha, a terceira em ordem cronológica. Dona Leopoldina Teresa Francisca Carolina Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, nasceu no Rio de Janeiro, no palácio de São Cristóvão em 13 de julho de 1847

natural e aceitável entre os súditos do extenso território. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 42/43)

Segundo o autor a preocupação no que se refere a construção simbólica da herdeira do trono torna-se ainda mais evidente ao se comparar o tratamento dado ao aniversário de dona Leopoldina, irmã um ano mais nova.

Enquanto o aniversário de Isabel era considerado dia de grande gala e comemorado no Paço Municipal (lugar público), o de Leopoldina tinha o status de média gala e era celebrado no Palácio da Quinta da Boa Vista, residência da Família Imperial. Os dias de grande gala eram marcados por recepções oficiais no Paço da Cidade, sede oficial da Corte. Constituíam-se acontecimentos solenes enquadrados em rígido protocolo. Nesses momentos, a Monarquia se mostrava com todos os seus símbolos de poder e prestígio. Tais ocasiões, que ‘representavam uma Monarquia que fazia a sua própria história e se pretendia eterna, pois hereditária, poderiam ficar eternizadas, pela força do impacto, na mente dos espectadores que se amontavam pelas ruas para assistir à mágica do espetáculo e assim reforçá-la’(...). As comemorações de aniversário constituíam-se um importante mecanismo de associação da figura do governante com a nação. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 40/41)

A ideia de que havia uma grande preocupação da sociedade em ser governada por uma mulher converge com o pensamento de Barman e Del Priore. Aliás essa preocupação acompanha Isabel por toda sua vida, e com o tempo, sobretudo após o casamento com um príncipe estrangeiro que vai se mostrar extremamente impopular e com o crescimento de uma fé católica fervorosa que a estigmatiza como carola, essa preocupação só aumenta. Mesquita também compartilha deste pensamento e demonstra como essa preocupação está presente mesmo nos últimos anos do império:

Na segunda metade da década de 1880, o problema da sucessão do trono do Império brasileiro era um dos principais assuntos dos jornais. A existência de um terceiro reinado tinha muitos obstáculos: a condição feminina da futura dirigente do Império – a princesa Isabel – já que a cultura política do período via a mulher desempenhando seu papel apenas no âmbito privado; a impopularidade do Conde d’Eu e a rejeição que o orleanismo<sup>43</sup>, implícito no seu nome, provocava; os militares, que desde o fim da Guerra do Paraguai se incompatibilizaram com o governo, e os opositores do ultramontanismo<sup>44</sup>, formados, sobretudo, por boa parcela dos membros da maçonaria, que atribuíam à religiosidade de Isabel um empecilho à livre manifestação religiosa de direitos civis. Além disso, o republicanismo ganhava cada vez mais adeptos. (MESQUITA, 2009, p. 09)

<sup>43</sup> Segundo a autora: “ser um Orléans neste contexto, não mais remetia ao ‘rei-cidadão’, mas trazia em si a marca de ser partidário de um sistema em que se deveria aceitar o lema da monarquia como garantia da ordem e estabilidade, juntamente com a implantação de um princípio que assegurava o controle político por parte dos mais ricos e capazes.

<sup>44</sup> Ultramontanismo é uma doutrina política católica conservadora que defende que o Papa tenha autoridade absoluta no que se refere a fé e a disciplina. Essa doutrina entende que a autoridade papal deva prevalecer até sobre os poderes dos Estados nações.

Contudo, há divergências na ideia de que existiu um projeto intencionando tornar Isabel uma herdeira mais aceitável para os olhos da sociedade. Para Barman o imperador “detestava dar autonomia de ação a quem quer que fosse.”(BARMAN, 2005, p.127) ele era uma pessoa extremamente ligada ao poder. O que fazia com que ele excluísse, ou ao menos diminuísse sobremaneira a participação, tanto da filha quanto do genro, nos assuntos públicos.“Além de negar uma vida social independente, D. Pedro II mantinha D. Isabel totalmente excluída de qualquer contato com os negócios públicos” (BARMAN, 2005, p.74). Barman, prossegue e conclui que a explicação desta postura estava ligada a própria psicologia do imperador, pois “ele precisava ter o controle absoluto do seu mundo tanto político como familiar” (BARMAN, 2005, p.75). Essa passionalidade do imperador no que se refere as relações de poder, gerou uma série de conflitos velados entre ele e o genro, Conde d’Eu. Além de certa desconsideração pela participação da filha nos assuntos públicos. Na ocasião do fim das duas primeiras regências de Isabel, o Imperador ao voltar o Brasil e ao reassumir o trono simplesmente ignora o fato de que a filha ali esteve em sua ausência.

Ao voltar ao Rio de Janeiro em 30 de Março de 1872, ele retomou as rédeas do governo. Como se nunca tivesse se ausentado. Não consultou a filha sobre nada que havia ocorrido durante sua permanência na Europa. Tal como antes, excluiu-a da governança do Brasil (BARMAN, 2005, p.165).

A segunda regência de D. Isabel terminou na manhã de 26 de setembro de 1877, quando D. Pedro II desembarcou do vapor *Orénoque*. Tal como fizera no fim da primeira regência da filha, ele se comportou como tivesse se ausentado e como se a princesa não contasse para nada. (BARMAN, 2005, p.208)

Sobre a primeira regência de Isabel, sobre o posicionamento de Barman acima exposto, e mesmo, sobre a relação entre o imperador e sua filha, a historiadora Mesquita faz as seguintes considerações:

O imperador, por seu turno, parecia confiar na decisão de ter deixado a filha em seu lugar. Na correspondência trocada entre eles, determina que: “dos negócios da pátria nada direi, não só pela confiança que tanto me inspira, como por espírito de coerência bem aconselhada no espírito de todos”<sup>45</sup> (...)

Roderick Barman, (...) sem apresentar nenhum fundamento para isso, afirma que seu pai não deu importância às observações feitas por ela em sua correspondência, e sequer estava interessado em sua opinião.

---

<sup>45</sup> Correspondência ativa de dom Pedro II a princesa Isabel em 04/02/1872. AGP XXXVIII - 1

O “*testamento político*”<sup>46</sup> da Princesa Isabel, elaborado durante a primeira regência serve como uma chave de compreensão para muitas de suas ações políticas futuras. (MESQUITA, 2009, P. 51)

Del Priore em um posicionamento semelhante ao de Barman, afirma que:

Possível governante? Como tantos homens, sobretudo os que integravam uma sociedade patriarcal, D. Pedro não parecia convencido de que as mulheres pudessem exercer esse ofício. Embora valorizasse sua filha, parecia incapaz de aceitá-la como sua sucessora. Tanto mais que ela deveria submeter-se a um marido. E esse marido, talvez, quisesse influir nos destinos da nação. (DEL PRIORE, 2013, p.46)

Ainda assim Isabel por três ocasiões, foi regente do país e em duas delas sancionou leis que ligaram seu nome ao “fim” da escravidão. Seus atos, tanto como figura pública quanto como figura privada, ou mesmo sua mera existência como princesa imperial<sup>47</sup> contribuíram de alguma maneira para a ascensão do regime republicano no Brasil. Na esfera privada cumpriu seu papel de mulher e gerou três filhos homens aos quais se dedicou e amou. Foi esposa extremosa em um casamento bem-sucedido nos mais variados aspectos, além de ter sido extremamente aplicada ao credo cristão. Na esfera pública em um século dominado pela cultura do patriarcado, Isabel foi:

Uma das nove – e apenas nove – mulheres, em todo mundo, que ocuparam o posto de autoridade suprema de seus países no século XIX, seja no papel de monarcas (Maria II, de Portugal; Vitória, da Grã-Bretanha; Isabel II, da Espanha; Liliuokalani, do Havai; Guilhermina, da Holanda), seja no de regentes (Maria Cristina de Bourbon, Nápoles.; D. Isabel, do Brasil; Maria Cristina, de Habsburgo; Emma, de Waldeck e Pyrmont). Todas elas nasceram em famílias reais ou principescas e cresceram cercadas de privilégios. As nove foram educadas para funções então consideradas típicas da mulher: filha, noiva, esposa e mãe. E todas desempenharam tais funções (a rainha Liliuokalani foi a única que não teve filhos), mas também foram convocadas a assumir uma função adicional, a de governar seus países. (BARMAN, 2005, p.31)

É principalmente a partir das três regências e, portanto, da atuação política de Isabel, que podemos observar o conflito de representações acerca da princesa dentro da historiografia contemporânea. A obra do brasilianista Barman é o ponto de ruptura paradigmática com a historiografia tradicional e de exaltação à memória da “Redentora” produzida ao longo do século

<sup>46</sup> Aqui a autora se refere a uma correspondência que dona Isabel envia ao seu pai aonde ela tece algumas críticas sobretudo no que se refere a não delegação de tarefas aos ministros por parte do imperador. “Não se julgue tão infalível, mostre-se mais confiante neles, não se meta tanto em negócios que são puramente da repartição deles (...). São estes os conselhos, o testamento político de sua matraquinha, com quem poderá discutir sobre todos esses pontos quando cá estiver. Perdoe-me tanta ousadia, mas é para seu bem e o bem de todo”, Correspondência ativa de d. Isabel a d. Pedro II em 05/03/1872. AGP XLI - 3

<sup>47</sup> Princesa/príncipe imperial do Brasil é o título dado apenas ao primeiro na linha de sucessão ao trono, cabendo aos demais filhos do Imperador o título de príncipe do Brasil. Ao primogênito do príncipe imperial é dado o título de príncipe do Grão-Pará. Mesmo após o fim do império brasileiro os herdeiros da casa imperial do Brasil continuam utilizando esses títulos.

XX. Este autor busca através de uma análise da vida de Isabel, não apenas trazer à tona narrativas acerca de uma personagem que até então era apresentada de forma descontextualizada e dogmatizada. O autor busca também a análise da interação entre gênero e poder<sup>48</sup> através da vida de Isabel. O próprio autor esclarece que talvez o objetivo mais importante de sua pesquisa seja “usar a vida da princesa como um veículo para a compreensão da reciprocidade entre gênero e poder no século XIX.” (BARMAN, 2005, p. 12)

A grande hipótese apresentada no trabalho de Barman é de que Isabel enquanto figura pública, e em muitos aspectos também em sua vida privada, não foi capaz de adquirir um senso de independência, de se firmar ou até se perceber como sucessora do trono e como mandatária da nação nos momentos em que esteve na posição de regente do país. Segundo o brasilianista as relações pessoais de Isabel com as principais figuras de sua vida, o pai, o marido e a condessa de Barral serviram para o desenvolvimento de uma mulher burguesa típica do século XIX. Isso significa uma mulher que se conformava em exercer um papel passivo perante uma sociedade patriarcal.

Esse autor entende que Isabel nunca foi preparada para assumir o cargo de governante máxima do Brasil e isso acabaria por refletir nos posicionamentos futuros da princesa no que se refere a sua condição como agente política. Para esse autor, ainda que a princesa tivesse se submetido a um rígido programa de estudos desde a sua mais tenra idade, isso não significava estar sendo preparada para assumir sua posição de sucessora do trono. Barman entende que o programa de estudos criado pelo imperador:<sup>49</sup> “era inteiramente apropriado a um adulto culto de trinta e poucos anos, mas não a quem – menino ou menina – estava passando da infância para a adolescência” (BARMAN, 2005, p.69). Portanto, este programa não só não preparava a princesa para os assuntos públicos como de alguma forma aumentava a distância e o interesse de Isabel por eles.

---

<sup>48</sup> Barman em sua obra não especifica o que ele entende por poder, contudo ao longo de sua narrativa essa palavra aparece representar algo a ser detido, uma posição mais privilegiada dentro daquela sociedade. Portanto algo mais próximo de uma conceituação tradicionalista sobre o poder e diferente do conceito apresentado ao longo do trabalho.

<sup>49</sup> “No final da década de 1850, o formidável programa de instrução concebido por D. Pedro II mantinha suas filhas ocupadas, na sala de aula, nove horas e meia por dia, seis dias por semana. A gama de matérias acadêmicas que estudavam incluía as línguas latina, francesa, inglesa e alemã, a história de Portugal, da França e da Inglaterra, a literatura portuguesa e a francesa, geografia e geologia, astronomia, química. Física, geometria e aritmética. A isso se acrescentavam desenho, piano e dança. Em 1863, quando as princesas completaram, respectivamente, dezessete e dezesseis anos, as aulas passaram a incluir também o italiano, história da filosofia, economia política e grego” (BARMAN, 2005, p.67)

Essa educação, tão grandiosa em sua extensão quanto confusa em seu conteúdo reforçou em D. Isabel as normas que determinavam o papel da mulher naquela época. Ela enxergava o mundo do conhecimento como território dos homens em geral e de seu pai em particular. Outro agravante foi o fato de o imperador jamais tomar qualquer medida para educar sua herdeira nos assuntos de Estado, fossem eles políticos ou administrativos, postura que só foi mudada após, o casamento da princesa com o conde d'Eu. (BARMAN, 2012, p. 20/21)

A historiadora Mesquita constrói uma crítica sobre esse posicionamento que consiste no entendimento de que exista, naquela hipótese:

Um certo anacronismo, tanto pelo emprego do conceito de 'adolescência', incomum nesta época, como na avaliação do que seria 'apropriado' na educação de príncipes ou princesa, no século XIX.

A educação dos Príncipes é objeto de estudo desde a antiguidade. Inspirados em se educado de modo a '*espelhar um modelo de virtudes*', guiando-se pela razão para fazer um bom governo e fazer justiça. Nos séculos XII e XIV, os valores cristãos foram sendo colocados como ponto máximo entre as virtudes a serem perseguidas: justiça, sabedoria, caridade, magnanimidade, temperância e prudência. Com Maquiavel, a religiosidade perdia espaço e eram exaltados num Príncipe, as qualidades intelectuais, a dedicação às ciências, letras e artes. As ideias iluministas, por sua vez, viam como principal virtude dos príncipes sua capacidade de promover a civilização. Em Portugal, no entanto, nesta mesma época, ainda permanecia a ideia de que a religião era o fundamento para um bom governo, integrante principal, portanto, da educação dos príncipes.

A educação de Isabel teve um misto de todos estes princípios: a ilustração (por influência de seu pai) e a religiosidade (por influência de sua mãe) formaram os alicerces de sua educação, todos eles fornecendo elementos para a formação de sua identidade. Pelos padrões atuais, a diversidade de disciplinas talvez pudesse não ser considerada a mais apropriada para jovens a quem estava destinado o futuro de uma nação, mas, naquele contexto, certamente foi a mais adequada, ao menos no entender do Imperador, um homem que fora educado sob princípios cristãos, e que se dizia nascido para se consagrar 'às letras e às ciências' (MESQUITA, 2009, p. 24).

Barman, ainda apresenta o entendimento de que tanto dona Isabel como sua irmã mais nova foram criadas em uma espécie de ambiente controlado, recluso e com pouco contato social com o mundo exterior à corte. Observa-se como exceções, algumas poucas aparições em eventos públicos e a relação de amizade que durou desde a infância até a morte com as fiéis Amadinha Doria, a futura baronesa de Loreto e Mariquinha Tosta, a futura baronesa de Muritiba. Em seu diário a própria princesa afirma que: "Eu passei a infância e a juventude com minha irmã menor, *autour* de meus queridos pais" (*joise et tristesses* apud BARMAN, 2005, p.49). O brasileiro Barman, entende e evoca a partir deste isolamento a imagem de "duas meninas girando como planetas ao redor de D. Pedro II e D. Teresa Cristina" (BARMAN, 2005, p. 50). Para as duas irmãs a corte e o palácio imperial eram um universo fechado e o imperador o centro deste universo. Barman, acredita que esta reclusão não foi restrita a esfera do mundo familiar. Para esse autor apesar da rigorosa

carga de estudos o imperador não estaria interessado em preparar as princesas para assuntos públicos.

Além de negar uma vida social independente, D. Pedro II mantinha D. Isabel totalmente excluída de qualquer contato com os negócios públicos. Essa exclusão era estranhíssima já que a princesa ia completar dezoito anos em 29 de Julho de 1864. Conforme o artigo 121 da constituição, daquele dia em diante, a morte de seu pai faria dela imperatriz, com um papel importantíssimo nos assuntos do governo. (...) D. Isabel estava se aproximando da maioridade, seu pai devia ter começado a prepará-la para a função que a aguardava, mas não o fez. Não lhe mostrava nenhum documento oficial. Não discutia política com ela. Não a levava consigo em suas constantes viagens oficiais. Não a incluía nos despachos, nas reuniões semanais com o gabinete, tampouco lhe permitia participar das audiências públicas realizadas duas vezes por semana. D. Isabel era a princesa imperial, título dado à herdeira do trono, mas o tratamento que o imperador lhe dispensava desprovia a honra de qualquer significado. (BARMAN, 2005, p. 74/75)

Ainda para este autor, durante maior parte de sua vida, a princesa não passou de uma pessoa completamente submissa as vontades de seu pai e portanto, incapaz de se colocar contra algum tipo de decisão já estabelecida por ele. Isabel teria sido por um longo período de sua vida uma personalidade subordinada não só ao pai, mas também ao esposo.

Quanto à personalidade, D. Isabel direta e enfática. Sabia o que queria e não tinha medo de expressar suas opiniões. Como disse seu pai em 1863 ‘a Izabel que há de ser imperiosa’ - previsão que não se cumpriu, pois suas atitudes não correspondiam a suas opiniões. De natureza convencional, faltavam-lhe a determinação e a firmeza de vontade necessárias para que pudesse desconsiderar as normas sócias da época. Como por instinto, ela se dobrava as normas vigentes, permitindo de bom grado que sua vida fosse moldada por dois homens: o pai e o marido.

O relacionamento entre D. Isabel e o pai era complexo. Por um lado, discutiam com frequência, e ela o desafiava como uma audácia que encantava o Imperador, já que de todos os demais ele podia esperar obediência e respeito. ‘Eu adoro a minha filha’ disse em certa ocasião. Por outro lado, ele sabia que numa situação de confronto ela acabaria por ceder e obedecer. Em 1864, Isabel casou-se com o marido escolhido pelo pai. Também sob suas ordens, voltou ao Brasil em 1873 para o nascimento de seu primeiro filho, tristemente natimorto<sup>50</sup>. Nos anos seguintes, a

<sup>50</sup> No final do ano de 1873, o casal d’Eu encontrava-se na Europa e depois de anos de tentativas e tratamentos Isabel se descobria grávida. O contrato nupcial assinado pelo casal exigia que o primeiro filho deles nascesse em solo brasileiro. Isso ocasionou uma séria questão de Estado. Os príncipes solicitavam uma quebra desse contrato e que o nascimento do filho se desse na embaixada brasileira em Paris, devido ao perigo que uma viagem oceânica poderia causar não só ao feto, mas também a princesa. Contudo, o imperador se coloca em posição inegociável, a questão foi colocada ao conselho de Estado e para Barman: “como era de se esperar de um grupo de homens idosos e totalmente sujeitos à influência do imperador, que somente se houvesse uma certeza virtual de desastre, durante a viagem, é que o parto poderia ocorrer na Europa” (BARMAN, 2005, p. 178). Assim o casal acaba voltando para o Brasil, aonde a princesa deu à luz, em julho de 1874, a uma criança natimorta. Esse episódio é para Barman a constatação de que: “Já com quase 28 anos, D. Isabel continuava incapaz de obedecer ao pai.” (BARMAN, 2005, p. 178). Daibert Junior apresenta uma versão divergente do episódio. Para esse autor os conselheiros haviam permitido que a clausura do contrato matrimonial fosse quebrada e enfrentar a viagem para ter o filho no Brasil teria sido uma escolha da princesa, que teria escolhido o melhor para a princesa Isabel em detrimento ao melhor para a Isabel pessoa privada. “Após ouvir a deliberação dos conselheiros, o ministro João Alfredo, em nome do Imperador, escreveu ao Conde d’Eu comunicando ter o governo

relação entre os dois se modificou, mas D. Isabel nunca procurou afirmar uma presença pública independente de seu pai, nem mesmo em 1888, quando os problemas de saúde de Pedro II ofereceram oportunidade e justificativa para que ela assim procedesse. A postura da filha devota jamais foi abandonada. (BARMAN, 2012, p. 18/19).

Sobre o relacionamento com o esposo, o autor destaca que:

Ela (Isabel), por sua vez, nunca contestou a supremacia do marido e rapidamente aprendeu a lidar com ele, que passou a depender do apoio e do conforto da esposa durante suas constantes crises de depressão e doenças, todas possivelmente causadas por sua dificuldade em lidar com o estresse. (BARMAN, 2012, p. 19).

Essas afirmações de Barman se dão em artigo publicado na revista “Nossa história” no ano de 2012. Apesar de neste artigo o autor afirmar que Isabel “nunca contestou a supremacia do marido” ou que ela “nunca procurou afirmar uma presença pública independente de seu pai”, na sua obra biográfica o autor relata uma relativa e processual mudança na dinâmica da relação do casal que se inicia após o retorno de Gastão da guerra do Paraguai em 1870. O príncipe retorna do conflito com sequelas físicas e psicológicas o que faz com que ao longo do tempo ele se torne cada vez mais dependente de Isabel. Embora a princesa não o “substituísse no tato com o mundo exterior, ela não deixou de ampará-lo e protegê-lo, na medida do possível, contra as pressões externas, e lhe proporcionar o conforto que tornava a interação com o mundo exterior mais tolerável para ele” (BARMAN, 2005, p. 152). No início da década de 1880, após um longo período de permanência na Europa, com o aumento das diabetes do imperador e devido a isso seu rápido envelhecimento, o começo de uma decadência física e, portanto, a ascensão da possibilidade de sua morte, desperta-se em Isabel “o interesse por círculos políticos” (BARMAN, 2005, p. 224) e o fim da pretensão de superioridade masculina e submissão feminina na dinâmica de relação do casal. Segundo Barman: “Agora Isabel era o membro mais forte do casal. Suas atividades já não dependiam do consentimento prévio do marido. Tendo compreendido suas forças e suas fraquezas, os dois aprenderam a aceitar e a acomodar as necessidades e os desejos de cada um” (BARMAN, 2005, p. 225). Contudo, ainda para esse autor, é apenas no período do exílio da família imperial que

---

decidido permitir que o contrato matrimonial fosse desrespeitado em função das circunstâncias especiais em que se achava a Princesa. (...). Diante de tamanha inquietação a Princesa Isabel resolveu enfrentar a viagem de volta ao Brasil.” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 82). Mesquita, também apresenta um embate entre uma escolha da figura pública e a figura privada: “Esta passagem nos remete ao mito dos ‘Dois Corpos do Rei’, uma ramificação do pensamento teológico cristão segundo o qual os reis possuem dois corpos, um natural e um político, que formam uma unidade indivisível. No entanto, o corpo político, que é imortal, é superior ao natural, pois ele contém o Cargo, o Governo e a Majestade reais. Direitos concedidos a qualquer súdito do rei eram a ele negado, pois o corpo político estava em primeiro lugar. Isabel não podia dispor de seu corpo natural como gostaria; o dever do corpo político falou mais alto. Sem outra opção, o casal em maio de 1874, desembarcando na corte em junho. Não houve problemas durante a viagem, mas, cinco dias depois de desembarcar, após um trabalho de parto que durou 50 horas, Isabel dava à luz uma menina, que nasceu morta.” (MESQUITA, 2009, p. 54)

Isabel torna-se efetivamente dona de si e não só em relação ao marido mas, também, com relação ao imperador e a própria vida. Apenas a partir daí que “D. Isabel finalmente era independente do pai. Já não se empenhava em fazer o que agradava a ele.” (BARMAN, 2005, p. 289).

Portanto, observa-se que na construção da narrativa historiográfica de Barman prevalece uma Isabel que na maior parte de sua vida foi uma senhora sem vontade própria e sem capacidade de interferência, uma Isabel que teria sido preparada apenas para assumir seu papel de mulher burguesa previamente definido dentro de uma sociedade patriarcal e o entendimento de que este tipo de formação influenciou no seu posicionamento perante assuntos públicos. Para esse autor o momento em que Isabel assina a lei que criminaliza a escravidão é um momento de exceção que se inicia e termina no ato da promulgação desta lei. Observa-se, na obra de Barman, que em suas duas primeiras regências Isabel demonstrou uma incapacidade de se perceber como governante do Brasil, ou mesmo de perceber a possibilidade de herdar o trono, ao menos a curto prazo. Suas regências teriam sido meras continuidades dos desejos do pai.

Barman faz a ressalva de que Isabel mesmo sem ter sido preparada para assumir o trono, ou qualquer outro cargo público, possuía inteligência, bom senso e alguma capacidade inata para lidar com alguns assuntos públicos, mas não tinha interesse de fazê-los, salvo alguns momentos de exceções, ou de colocar a coisa pública como prioridade de sua vida em detrimento aos seus interesses da vida privada. Nesse aspecto, a princesa assume e passa pelas duas primeiras regências como uma espécie de simulacro de autoridade.

Esse posicionamento é compartilhado pela historiadora Del Priore. Para essa autora: “Não faltava inteligência a Isabel. Mas decidir não era seu papel. Mulheres de certa classe social não resolviam coisa alguma” (DEL PRIORE, 2013, p. 139). Para essa autora, a única vez em que Isabel tomou alguma iniciativa durante a primeira regência, por exemplo, foi quando determinou que “no aniversário do pai, os soldados estariam dispensados de marchar debaixo ‘do sol ardentíssimo’ do verão” (DEL PRIORE, 2013, p. 139).

Percebe-se que para esses dois autores, as duas primeiras regências foram mera continuidade das políticas do pai e Isabel assume um papel de completa passividade como agente pública “pois ‘não queria nem mais nem menos’ do que quisessem os ministros de seu pai” (DEL PRIORE, 2013, p. 139). Nesse aspecto, o imperador ainda que ausente, mantinha o manto do poder e negava a

possibilidade de um projeto que visasse legitimar ou preparar um terceiro reinado sob o comando de Isabel.

Sim, o imperador estava fora, mas não soltava “a ponta do fio com que conduzia a vida política”. Ele rebaixou a Monarquia, não deixando Isabel governar. Ela ficou “com o papel inglório de assinar atos comezinhos de expediente”. O pai deixou-lhe “um artefato administrativo com a proibição expressa de alterar a mais insignificante das peças. As ‘eleições falseadas e a corrupção dos partidos’ eram resultados da “alquimia imperial”. Sim, pois D. Pedro deixara em seu lugar um “simulacro de autoridade, levando consigo a autoridade do poder”. Pior: questionava-se publicamente a “segurança das monarquias hereditárias”. Isabel seria um desapontamento para o povo, “essa grande e velha criança que sonhava com castelos imaginários aguardando a inauguração de um novo reinado [...] uma era de prosperidades”, rosnavam os jornais. (DEL PRIORE, 2013, p. 140)

Para Barman, a única exceção, e que de alguma forma acaba por ser uma forma de corroboração da regra a esse tipo de comportamento é o momento da assinatura da lei que criminaliza a escravidão. E mesmo esse momento teria sido impulsionado por questões que envolvia sentimentos religiosos e humanitários, algo parecido com a política apolítica do coração apresentada na historiografia do século XX, e que, portanto, de forma alguma teria sido parte de um projeto de legitimação política de um terceiro reinado comandado por Isabel ou a manifestação de uma visão, ou de um planejamento estratégico político.

A ideia de governar o Brasil não empolgava D. Isabel, que considerou suas três regências mais como um favor ao pai do que como uma preparação para seu futuro reinado. (...) Foi somente durante sua terceira regência (1887-1888), já causada pela enfermidade de seu pai, que D. Isabel assumiu de fato a liderança política esperada de um chefe de Estado. A causa da abolição foi abraçada principalmente porque a escravidão lhe parecia contrária às doutrinas da Igreja Católica. Em março de 1888, ao forçar a renúncia do Barão de Cotegipe<sup>51</sup>, presidente do Conselho dos Ministros, e substituí-lo por João Alfredo, a princesa abriu caminho para a Lei Áurea.

A vitória da abolição marcou o fim do seu interesse e do seu envolvimento em questões de Estado. Satisfeita, pôde finalmente retornar à vida privada. O golpe de 15 de novembro de 1889 exilou a princesa de sua terra natal, mas também a liberou de ter que exercer uma função para a qual tinha pouquíssima aptidão. (BARMAN, 2012, p. 21)

<sup>51</sup> O momento em que Isabel força a renúncia de Cotegipe como chefe do gabinete de seus ministros é de extrema importância. Naquele momento o Barão de Cotegipe, além de presidente do conselho de ministros, era um ferrenho representante dos interesses escravistas e, portanto, um obstáculo ao movimento abolicionista. Ele foi o único senador a votar contrariamente à lei áurea. Na terceira regência o Barão e Isabel apresentavam uma série de discordâncias, a questão abolicionista sendo a principal delas, que tornavam a relação entre ambos difícil. Em ocasião em que a polícia do Rio de Janeiro, comandada pelo desembargador Coelho Bastos, conhecido como rapa-coco por bater, prender e ainda raspar a cabeça de negros fugitivos, reprime de forma violenta participantes de uma passeata a favor da abolição, a relação entre regente e chefe do ministério torna-se insustentável. Ao conceder a demissão a Cotegipe, Isabel vai além e quebra o protocolo ao não aceitar a indicação do ex-ministro no que se refere ao seu sucessor. Isabel nomeia o conservador, porém abolicionista, João Alfredo para o ministério o que acaba por abrir as portas para a articulação política que permite a votação da lei áurea.

A representação da figura de Isabel como uma personagem com pouco interesse, pouca participação e mesmo pouca aptidão para assuntos públicos é compartilhada pela historiadora Del Priore. Esta historiadora apresenta em sua obra uma narrativa leve, fácil e em alguns momentos com ares de romance, mas sem, no entanto, deixar de lado os rigores de uma pesquisa científica. Ao longo de sua obra a autora compartilha uma série de conclusões semelhantes as de Barman. A historiadora também enfatiza a ideia de que a criação das princesas se deu em um universo fechado, em um mundo à parte e altamente hierarquizado tendo como astro central e detentor de uma autoridade inquestionável, o imperador Dom Pedro II, que apesar de ter e demonstrar um enorme carinho paterno pelas filhas, não abria mão da posição hierarquicamente superior dentro da estrutura familiar.

Aqui a princesa também é representada como uma espécie de apêndice do pai, como uma figura sem autonomia de ação e sem interesse no que se refere ao trato com a coisa pública e que não teria sido preparada para assumir o trono do império. Del Priore entende que a carga horária, o número de disciplinas excessivas no processo de formação educacional da princesa não contribuíram para a constituição de Isabel como uma agente pública, muito menos para que se estabelecesse algum tipo de autonomia na sua relação com o pai. Ao contrário, a autora entende que o grau de dificuldade do programa de estudos era inapropriado para pessoas da idade das princesas:

Isabel reteria alguma coisa do fluxo de informações teóricas que choviam sobre sua cabeça? A troca de bilhetes com o pai só confirma as dificuldades:

‘O que devemos ler em lugar de economia política?’

‘Leiam física e química.’

‘Papaizinho ainda está zangadinho comigo?’

Não, senhorinha, e toma um abraço, contando que me dê boa lição depois da audiência...’

Ela fugia, inventando resfriados, ‘mãos geladas’ ou ‘dores de ar’ que interrompiam as aulas: ‘Sua Alteza confessa que sentia uma ligeira indisposição e que para fugir de estudar aumentava-a muito [...] era o medo que a *fazia esfriar*. Seja lá o que for desde que não *quis* mais estar doente, está boa ... ‘A aia sublinhava as palavras, em carta à imperatriz em viagem com o imperador ao Norte do país. Para fazer as lições, era preciso ameaça de castigos leves: não ver a foto dos pais, por exemplo. A verdade é que, apesar de muitas aulas, a princesa não absorvia todos os conteúdos. DEL PRIORE, 2013, p. 46/47).

Del Priore ainda entende que dinâmica da relação de Isabel com seu esposo também consistia na submissão da mulher ao poder patriarcal exercido pelo marido. E Gastão, logo após o casamento, assume essa posição sem nenhum constrangimento:

Em dezembro, na condição de príncipe consorte, Gastão se deu conta das lacunas que tinha a esposa sobre questões públicas. Estipulou um programa de leituras

sobre a “história contemporânea de seu país e de outros onde verá exemplos bons e maus do modo de praticar a sua futura situação”. Fez Isabel ler a Constituição da Inglaterra e ia com ela visitar repartições públicas. Ele assumia plenamente o papel que se esperava de um marido: superioridade absoluta no lar. Todas as decisões lhe cabiam. Tal onipotência se estenderia aos filhos, quando estes chegassem. D. Pedro passou definitivamente a um segundo lugar na vida da filha. Se antes ela assinava “sua filhinha tanto do coração”, passou a subscrever-se Isabel Cristina, IC ou Isabel condessa d’Eu. (DEL PRIORE, 2013, p. 60)

Alias, essa passagem de Dom Pedro para um segundo plano na vida de Isabel gerou uma série de pequenas implicâncias com o genro que culminaram em um relacionamento difícil e em alguns momentos até conflituoso entre ambos. Afinal, “D. Pedro jamais deixaria as filhas se afastarem. Eram absolutamente submissas. Bem ou mal, Gastão teria que se adaptar” (DEL PRIORE, 2013, p.70). A autora ao demonstrar o posicionamento da princesa nos momentos iniciais da guerra do Paraguai visa confirmar como a posição de Isabel perante o mundo era convergente com a posição feminina mais tradicionalista do século XIX. Segundo a autora, pouco interessa a Isabel qualquer assunto público o foco da princesa era nas suas obrigações enquanto esposa.

Mergulhada no torpor que caracterizava sua relação com a política, Isabel limitou-se a registrar: “As notícias do sul são muito interessantes.” Ou “o amor pela pátria é uma bela qualidade”. Tudo parecia tão longe...

Nada do que dissesse respeito à vida pública parecia preocupá-la. Isabel confirmava as impressões do pai: lugar de mulher não era na política, mas em casa, Só importava a vida privada, o ninho dos pombos. Jantar com a irmã e o cunhado, falar de receitas de sobremesas ou pontos de bordado, ver os pais uma vez por semana e, sobretudo, ocupar-se de seu palacete no distrito de Laranjeiras: adquirido por 300 contos e situado na rua Guanabara. (DEL PRIORE, 2013, p. 73/74)

Para Del Priore, Isabel não passou de uma dona de casa burguesa que passava a maior parte de seu tempo pensando em coisas como música, pequenas festas, saraus, jardinagem, religiosidades, viagens a Europa e seus filhos. A Isabel apresentada por Del Priore seria incapaz de se articular politicamente e de forma calculada em ações que culminariam na assinatura da lei áurea, sobretudo porque essa Isabel está alheia a essas questões. A autora na construção de sua narrativa conclui que Isabel se interessa por questões abolicionistas já muito tarde e ainda assim suas ações estavam mais ligadas a um sentimento religioso católico e piedoso e se materializavam na forma de futilidades como festas, saraus e batalhas de flores que geravam efeitos poucos expressivos e não se articulavam com a luta dos abolicionistas.

Portanto, o que Del Priore apresenta é uma alienação da princesa no que se refere a assuntos de interesse públicos, mesmo no que se refere a questão abolicionista e a hipótese de que: “D. Pedro não parecia convencido de que as mulheres pudessem exercer esse ofício” (o de governante do

império) (DEL PRIORE, 2013, P. 46). A autora apresenta a hipótese de que o imperador estaria propenso a quebrar a linha sucessória do império e fazer de seu neto primogênito, filho da falecida filha, Leopoldina, o futuro imperador do Brasil. “O avô não duvidaria em fazê-lo seu sucessor, persuadido de que a monarquia teria mais a lucrar com seu neto do que com Isabel” (DEL PRIORE, 2007, p. 75).

Essa hipótese apresentada por Del Priore vai radicalmente contra as hipóteses expostas por Daibert Junior. Este autor discorda das conclusões de que Isabel não teria sido preparada para assumir o trono do império. Como dito anteriormente, Daibert Junior entende que existia desde cedo um projeto que visava a melhora da imagem de Isabel como herdeira do trono perante a sociedade. Nesse aspecto, fazia-se necessário que princesa fosse “educada e preparada, assim como pai e o avô” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 46) e que sua formação não fosse a de uma mera figura privada, mas sim daquela que seria a responsável pela continuidade da monarquia no Brasil.

Ao longo dos anos, a herdeira do trono recebia uma educação rígida. Chegava a ter quinze horas diárias de estudos divididos entre: Grego, Latim, Alemão, Italiano, Francês. Inglês, Geografia, História Universal, História Natural, História de Portugal (ensinada pelo próprio Imperador), História do Brasil História Moderna, História da França e da Inglaterra, História Antiga, História Romana, História Eclesiástica, História da América, Retórica, Física, Economia Política, Geologia, Filosofia, Mitologia, Mineralogia, Astronomia, Botânica, desenho, pintura e catecismo. Enquanto a Princesa era preparada para se tornar Imperatriz, o país era preparado para recebê-la como governante legítima e merecedora do cargo que lhe era destinado. Assim, ao longo dos anos, Isabel passava por todas as etapas e solenidades comuns aos herdeiros presuntivos do trono. Para se criar consenso de que poderia assumir com naturalidade sua função, repetiam-se os cerimoniais e atos públicos pelos quais D. Pedro II e outros haviam passado.

Assim, em 1860, aos 14 anos de idade, a Princesa prestou juramento à constituição política do Império diante das Câmaras. Como não poderia deixar de ser, o ato foi marcado para o dia 29 de julho, dia de seu aniversário. Associava-se, mais uma vez, a data de seu nascimento com o sentido de sua vida e existência – assumir o trono. Tais elementos deveriam ser vistos como inseparáveis. Sua vida e sua missão. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 46/47)

Daibert Junior entende que este programa de estudos evidencia que Isabel estava sendo preparada para ser a futura imperatriz do Brasil. Posição compartilhada por Mattos: “assim, estimulada pelo pai, homem ligado ao saber, a futura regente adquiria o embasamento julgado necessário à época, para o exercício das funções de liderança (MATTOS, 2006, p. 23). Esses dois historiadores e, também, Mesquita entendem que aquele programa educacional e mesmo a postura do imperador perante as princesas foram parte de um processo que visava a formação de uma futura governante, e que, portanto, estava-se preparando Isabel para a atuação na esfera pública.

Mesquita ainda aponta que a aprendizagem de Isabel foi: “fortemente marcada pela doutrina católica. Muitos dos seus exercícios de caligrafia e de redação tinham a religião como tema” (MESQUITA, 2009, p. 23). Para a autora, em uma época em que as instituições de ensino voltadas para o gênero feminino eram escassas e com um programa de ensino limitado, a educação recebida por Isabel e sua irmã, ultrapassou em muito os padrões do século XIX. “Poderia apenas ser comparável a que era dada no Imperial Colégio Pedro II, o predileto do Imperador, considerado a ‘glória do ensino’, ‘símbolo de civilidade’, destinado a preparar a elite dirigente do país.” (MESQUITA, 2009, p. 24).

A questão da religiosidade é central no pensamento de Daibert Junior. Em sua tese de doutorado ele se coloca em uma posição contrária às representações presentes na historiografia do século XX. Esse autor apresenta a religiosidade de Isabel não como um sentimento humanitário e apolítico que a coloca em um local dogmatizado e romantizado. Para Daibert Junior “a religião era uma espécie de óculos pelos quais Isabel olhava o mundo” (DAIBERT JUNIOR, 2012, p. 23). Nessa hipótese a religiosidade é elemento fundamental na construção da visão de mundo da princesa que deve ser entendida não como uma visão unicamente humanitária mas também como algo que alicerçava a visão política de Isabel. Para esse autor Isabel buscou construir sua jornada para o trono por meio do que ele chamou de “política do coração”. Ao apresentar seu entendimento sobre a “política do coração”, Daibert se coloca contrário a Calmon e a historiografia do século XX, aqui a “política do coração” não é um posicionamento apolítico oriundo de uma personagem dogmatizada e superior. Mas sim, verdadeiramente, uma política orientada por uma visão de mundo católica oitocentista que fundamentava sua identidade e estabelecia as bases para as suas práticas cotidianas e para seus planejamentos políticos mas que não deveria servir para qualificá-la como uma fanática religiosa, carola, santa redentora e humanitária ou alguém alheia aos jogos políticos.

Para Isabel, o Brasil integrava a cristandade, cuja autoridade era o papa, a quem os governantes deviam respeito e submissão. Dessa forma, o exercício da política deveria estar diretamente associado à obediência a esse líder maior, preceito que determinava suas práticas religiosas cotidianas e mesmo sua conduta como regente do Império e herdeira do trono.(DAIBERT JUNIOR, 2012, p.23)

Nesse aspecto, percebe-se que a abolição imaginada pela princesa deveria se dar de forma ordeira e pacífica de maneira a evitar conflitos sociais. “A liberdade deveria ser uma doação e uma benção. Como ‘redentora dos cativos’, a princesa via-se agora cumprindo o papel de governante católica com o qual se identificava desde a infância” (DAIBERT JUNIOR, 2012, p. 25).

Seu envolvimento com a luta antiescravista apareceu como a ponta de um iceberg, cujas bases, conforme tentei argumentar, circunscreviam-se ao redor de um abolicionismo católico, afinado com a visão do Papa e dos Bispos. Isto é, estavam assentadas em um abolicionismo redentor, doador da liberdade, providente, previsível, pacífico. E, acima de tudo, este abolicionismo deveria garantir a formação de libertos ordeiros, catolicamente civilizados e fiéis à Igreja e à sua concepção de sociedade e política.

Assim, acreditava-se poder interferir positivamente nas questões sociais, sem comprometer a ordem estabelecida, evitando também que a religião fosse limitada ao campo da esfera privada das escolhas individuais. Desta forma, a Princesa buscou pavimentar o caminho para o trono por meio do exercício do que chamei de ‘política do coração’.

Sua prática era acompanhada por uma visão intrasigentista, que rejeitava o mundo moderno em suas diversas expressões de secularização. De modo reacionário, acreditava que um retorno a valores antigos seria a garantia de suportes suficientemente estáveis para um bom governo e para uma boa sociedade. Além disso, ela buscou também se aproximar dos Bispos brasileiros, sobretudo aqueles mais afeitos à romanização do clero, (DAIBERT JUNIOR, 2007, p. 285/286)

Além deste tipo de visão que guiou o posicionamento político de Isabel, Daibert Junior apresenta a hipótese da existência de um projeto de legitimação de um terceiro reinado comandado por Isabel. Esse projeto se faria presente nos principais momentos da vida da princesa, desde a sua formação educacional até o momento das regências e a ligação do nome de Isabel a leis abolicionistas, passando pela escolha de um marido liberal. Tanto para Daibert Junior como para Mesquita, a escolha do marido de Isabel não foi aleatória ou provocada por uma casualidade romântica. Para esses autores, a escolha pelo conde d’Eu era o equivalente a escolha por um modelo que legitimasse a imagem de Isabel, do terceiro reinado e por conseguinte da continuidade da monarquia brasileira.

A opção de Pedro II por um Órleans, neto de Luís Felipe de França – o rei cidadão, como marido de sua herdeira, é atribuída, por Robert Daibert Jr, ao fato de que estes tinham características de serem democratas e liberais. Visava com essa escolha dar ao regime monárquico um caráter mais popular, fugindo do estigma do absolutismo. (MESQUITA, 2009, p. 29)

Com isso, Daibert Junior defende a hipótese de que as escolhas presentes nos principais momentos da vida da princesa se dão de forma planejada e visando a legitimação não só de um possível terceiro reinado e da imagem de Isabel, mas também do próprio reinado de Dom Pedro II. Para o autor a valorização ou mesmo a sustentação do regime passava por essas construções simbólicas.

Portanto, a escolha de um descendente de Luís Felipe para casar-se com a futura Imperatriz do Brasil pode ser relacionada diretamente com a expectativa de se construir a imagem da Monarquia e de um Terceiro Reinado marcados pela simplicidade e pela aparição pública sem qualquer ostentação. Projetava-se a

imagem de um regime que se identificava com o povo, respondendo às suas expectativas e demandas. A apresentação baseada na simplicidade tornaria ainda o regime menos exótico em solo americano rodeado por repúblicas vizinhas. Por este mesmo motivo, a representação de Isabel precisava ser revestida de simplicidade. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 52/53)

Nesse ambiente, o casamento entre Isabel e Gastão de Orleans ocorre no dia 15 de outubro de 1864, com a intenção que a notícia do evento seja espalhada por todos os cantos do país com o objetivo de que ele seja representado como um momento de “felicidade da nação” (DAIBERT JUNIOR, 2004). Neste aspecto, também se busca a propagação da ideia de ações de benevolência do império para com a população. “Hermes Vieira afirma ter o Imperador concedido perdão a diversos condenados que cumpriam pena na Corte, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco no dia do matrimônio da filha mais velha (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 58).

O historiador Lacombe, entende que o casamento da princesa veio acompanhado do primeiro ato de vossa majestade imperial em favor da população escrava. “Estava realizado o sonho de amor da Princesa. Mas outro sonho, também de amor, mas de amor pelos humildes e cativos, começava aí, exatamente nesse dia” (LACOMBE, 1989, p. 83). O historiador se refere a uma carta de Isabel ao seu pai, em que a princesa solicita a alforria de diversos escravos que estavam a serviço dela o que para Lacombe é a primeira referência dos sentimentos abolicionistas de Isabel. Daibert Junior interpreta esse episódio da seguinte forma:

Conceder liberdade aos presos e aos escravos do serviço da Casa Imperial naquela ocasião era uma forma de se construir a imagem positiva da Princesa, associando seu esperado momento de felicidade ao momento de felicidade de outras pessoas que lhe deveriam ser gratas. Os beneficiados, mais do que notícias estampadas em jornais, agiriam como propagandas vivas do Imperador e de sua família que gradativamente cresciam em popularidade. A gratidão dos antigos escravos e prisioneiros espalhava-se pelas famílias e conhecidos dos mesmos, alimentando assim a boa aceitação do regime monárquico entre a população pobre (...)

Por meio desse exercício o Monarca demonstrava suas intenções abolicionistas e sua benevolência. De acordo com Marc Bloch, até o Antigo Regime, a afirmação do poder monárquico se dava pela crença no poder taumatúrgico dos reis. Mas o advento do espírito racionalista do século 17 e do século das luzes (18) matou o milagre. Portanto, o apelo ao sobrenatural não era mais um instrumento eficaz na tarefa de tornar o regime e seus representantes aceitáveis entre a população. Por outro lado, a concessão de alforrias e a comutação de penas de morte em galés perpétuas serviam como demonstrações taumatúrgicas na medida em que tocavam em questões sociais sérias em torno das quais já havia uma grande expectativa. A escravidão vista como um cancro social recebia, em doses homeopáticas, remédios que a longo prazo teriam o efeito desejado por todos. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 59/60)

Ao fazer essa analogia, Daibert Junior está evidenciando que apesar de uma mudança na economia de poder e na forma como ele se manifesta, o que ocorria era um projeto que visava uma maneira da monarquia se sustentar e se legitimar perante uma parcela da sociedade, de forma semelhante a que os reis taumaturgos da França e da Inglaterra faziam no antigo regime. E a escolha do conde d'Eu<sup>52</sup>, bisneto de Luís Felipe e inimigo do autoritarismo, era uma peça deste quebra-cabeça previamente imaginado como sustentáculo do império.

Ainda para esse autor, as regências também foram peças importantes na construção deste quebra cabeça. Daibert Junior acredita que a primeira regência teve um papel muito importante na construção da imagem pública da princesa e que, portanto, serviria como um grande passo para popularizar a herdeira do trono imperial. O autor entende que o imperador, ao abrir mão em favor da sua filha da assinatura da lei do ventre livre, estava dando continuidade a um processo de legitimação do terceiro reinado, que o próprio autor descreve ao longo de seu livro. Para Daibert Junior, o imperador acreditava que ao vincular o nome de dona Isabel à lei do ventre livre ele estaria popularizando-a junto a uma camada econômica emergente, como os setores médios urbanos, e aproximando-a das expectativas gerais da população, enquanto a afastava conscientemente de setores escravistas. Era a construção de uma nova base de legitimidade.

Naquele momento de encaminhamento de uma primeira resposta ao problema do elemento servil, o Imperador parecia preocupar-se com a imagem de sua herdeira. Ausentava-se do país em um momento crucial e colocava-lhe nas mãos a responsabilidade deste primeiro golpe à instituição escravista. Segundo Joaquim Nabuco, a retirada estratégica do Monarca naquele momento teve como objetivo 'popularizar o reinado de sua filha. Para o mundo, o alcance dessa ausência do chefe de Estado em tal momento era outro: mostrava a solidez das instituições parlamentares em nosso país, e ao mesmo tempo a admirável cordura do caráter nacional, que deixava tocar, sem a mais leve comoção interior, no interesse da instituição.

A lei do Ventre Livre, esperada como um grande golpe à escravidão, seria associada à imagem de Isabel que ganharia prestígio interno e externo. DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 68/69)

A biografia de Pedro II, Schwarcz também cogita a possibilidade de que o afastamento do imperador em momentos de grande importância para o futuro do país poderia sim ser uma forma de legitimar e garantir bases para a continuidade do império e da dinastia dos Braganças no poder.

---

<sup>52</sup> Caso esta tenha sido realmente a intenção do imperador, ao escolher Gastão como príncipe consorte, ela se mostrou extremamente ineficaz. Ao longo de sua vida no Brasil, o Conde d'Eu, tornou-se uma figura incrivelmente impopular. Gastão acumulou a fama de avarento, deselegante, descortês, orgulhoso, esnobe, medíocre e despreparado. Além disso, sua surdez, o fato de ser estrangeiro e o medo de que ele tomasse as rédeas de um possível terceiro reinado ainda potencializaram sua má imagem perante parcela significativa da sociedade brasileira.

A lei seria aprovada em 28 de setembro de 1871, mas assinada pela princesa Isabel, que na condição de imperial regente ganha enorme prestígio com o ato. Nessa época D. Pedro já se encontrava a caminho da Europa. Para alguns historiadores o monarca se ausentava em momentos fundamentais nos destinos da nação; para outros, D. Pedro só buscava garantir o futuro dinástico. Se a medida trazia custos políticos, também garantia louros, a ser colhidos pela herdeira presuntiva. (SCWARCZ, 1998, p. 315)

No entanto, para Barman, o projeto de se afastar do Brasil no momento da assinatura da lei do ventre livre não tinha como objetivo a legitimação de um terceiro reinado. Para esse autor, o fim gradual da escravidão era um objetivo do imperador desde a segunda metade da década de 1860, e visando isso ele nomearia em maio de 1871 o gabinete liderado pelo Visconde do Rio Branco que, como dito, estaria encarregado da implantação de um amplo programa de reformas, dentre elas o fim gradual da mazela da escravidão. O autor continua e afirma que com o imperador na Europa no início dos debates sobre a lei dos escravos “Ele sabotava os adversários da lei. Não poderiam acusá-lo de inibir, com sua presença, um debate franco e aberto sobre o decreto do gabinete. Em vez disso, ele deixou o país nas mãos de uma moça inexperiente” (BARMAN, 2005, p. 157). O autor conclui afirmando que: “Depois de manter a filha excluída dos negócios públicos, agora D. Pedro fazia dela e de sua inexperiência uma arma tática de grande utilidade.” (BARMAN, 2005, p. 157) Pois, para esse autor, na ausência do imperador, era o visconde do Rio Branco quem assumia o controle do poder na prática e a princesa assumia o lugar de uma espécie de simulacro de poder.

Já, Daibert Junior entende que além do projeto de vincular a imagem de Isabel a lei do ventre livre, também estava nos planos do imperador Dom Pedro II desvincular a imagem pública de dona Isabel da de seu esposo o conde d’Eu. Naquele momento muitos acreditavam que um reinado de dona Isabel seria na prática um reinado de seu marido, que vinha cada vez mais assumindo um papel impopular no imaginário da sociedade brasileira. Ao estudar uma série de jornais da época, Mesquita ressalta o fato de que:

Tanto conservadores como liberais, quer defendendo ou não a regência para Isabel, utilizam um discurso onde a princesa não aparece como uma governante de fato, capaz de tomar suas próprias decisões sobre os destinos do país. Caberia a ela um papel secundário, sob a influência de seu marido que seria de acordo com a visão patriarcal de então, o real regente. O desconhecimento sobre seu posicionamento a respeito de assuntos políticos, também aparece como ‘natural’ neste contexto, já que o discurso corrente era de que, para a mulher, mesmo sendo uma princesa, estava reservado apenas o espaço privado, e não o público. Tudo isso fazia parte da cultura política da época. (MESQUITA, 2009, p. 42)

Na perspectiva de Daibert Junior, o imperador pretendia acabar, ou ao menos atenuar, com esta imagem comum da época e mostrar que tanto a regência como um possível futuro reinado seria encabeçado por dona Isabel e não pelo conde d'Eu.

D. Pedro fez questão de registrar em seus “Conselhos à Regente”, escrito às vésperas de sua viagem, um interessante parecer. Escreveu o Monarca: “Para que qualquer ministério não tenha o menor ciúme da ingerência de minha filha nos negócios públicos é indispensável que meu genro, aliás conselheiro natural de minha filha, proceda de modo que não se possa ter certeza de que ele influi mesmo por seus conselhos, nas opiniões de minha filha”.

Tratava-se, portanto, de minimizar a figura do Príncipe Consorte e de valorizar a figura da herdeira do trono, desvinculando-a de posições partidárias. Esta não era apenas a intenção do Imperador, mas também a dos parlamentares preocupados com a interferência do Conde d'Eu nas decisões da Regente. Este, na solenidade de juramento de Isabel em que a mesma assumia o trono pela primeira vez, foi proibido de acompanhá-la até a sala das sessões. Ficou estabelecido previamente que o mesmo deveria, durante a solenidade, assistir a cerimônia em uma das tribunas da Câmara Alta, lugar que cabia aos senadores e diplomatas. (...) Simbolicamente ficava oficializada a preocupação em desvincular a Princesa a imagem do marido. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 70/71)

Com isso, o autor traz à tona o entendimento de que o imperador pretendia minimizar a imagem do príncipe estrangeiro, já nesse momento, impopular, como uma figura influenciadora de princesa, desvinculando sua imagem da de seu esposo. E valorizar a representação de dona Isabel como uma regente preocupada com os problemas sociais do Brasil, sobretudo a questão do trabalho servil. Mattos acredita que esta medida está relacionada não com a criação de uma imagem desvinculada a do esposo mas simplesmente para “criar um clima de tranquilidade política, no período de seu afastamento.” (MATTOS, 2006, p. 26)

Para Daibert Junior é a partir da primeira regência que se intensifica a batalha de representações que buscam a criação de um consenso viável da imagem de Isabel como possível imperatriz do Brasil. Um projeto que, ainda segundo esse autor, “embora necessário, era ousado. Principalmente se pensarmos que o Manifesto Republicano havia sido publicado em dezembro de 1870, cerca de cinco meses antes da Regência em maio de 1871” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 71). Já nesse período o crescimento do movimento republicano tornava dificultosa a perspectiva de ascensão do terceiro reinado, mas, para Daibert Junior, Isabel fazia sua parte nessa luta pela legitimação do terceiro reinado.

Na fala do trono, proferida por ocasião do encerramento da Assembleia Geral em 30 de setembro de 1871, declarava Isabel: “Agradecendo as providências com que atendeste as necessidades do serviço público, congratulo-me convosco pelas leis que decretastes a bem do desenvolvimento de nossas estradas de ferro, da reta

administração da justiça, da extinção gradual do elemento servil. Esta última reforma marcará uma nova era no progresso moral e material do Brasil. É empresa que exige prudência, perseverantes esforços e o concurso espontâneo de todos os brasileiros. Tenho fé em que seremos bem sucedidos, sem prejuízo da agricultura, nossa principal indústria, porque este cometimento é a expressão da vontade nacional, inspirada pelos mais elevados preceitos da religião e da política. O governo fará quanto lhe cumpre para a mais pronta e perfeita execução de tão importantes reformas, dedicando-lhes a mais solícita atenção.”<sup>53</sup>

As reformas são justificadas em nome do progresso e do desenvolvimento do país. A lei de 28 de setembro é representada como a fundadora de uma nova era. Isabel deixa claro que as reformas são a expressão da vontade nacional e terão continuidade. Implicitamente afirma que não poupará esforços para a execução das transformações que se fizerem necessárias. Declara a importância da colaboração de todos os brasileiros na adesão das reformas que são fundadas nos preceitos da religião e da política. Busca assim legitimar seu desempenho, colocando-se como representante dos interesses nacionais. Em sua primeira experiência era preciso demarcar o lugar de onde falava, revelando suas intenções e demonstrando sua capacidade. No momento de emergência do Partido Republicano que se apresentava como a melhor alternativa de governo para o Brasil, fazia-se mais do que nunca, necessário difundir a imagem positiva da herdeira do trono. A tradição monárquica ocidental, ao longo dos séculos, afirmou-se por meio da constante elaboração e difusão de uma imagem positiva de seus reis e Rainhas. Por diferentes mecanismos foi sempre necessário convencer os súditos da superioridade de seus governantes. Estes, sempre enaltecidos e glorificados, eram apresentados como representantes que encarnavam as aspirações da própria nação. Nesse sentido, a exaltação da Princesa Isabel não escapava a essa tradição. Ao assumir o cargo público, precisava se pronunciar a favor da maior aspiração dos brasileiros desvinculados dos interesses agroexportadores: o fim da escravidão. (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 74/73)

Já Barman acredita que Isabel não teria o interesse de realçar sua participação na promulgação da lei do ventre livre e, menos ainda, legitimar um possível terceiro reinado. Para esse autor:

D. Isabel não vacilou em se comprometer publicamente com a medida, e seu apoio ajudou a garantir a transição. No entanto, ela não teve nenhum papel ativo na luta para impor a lei, na Câmara dos Deputados, em face da intransigência da oposição. Chegou a escrever ao pai, expressando sua dúvida sobre a conveniência de aprová-la naquele ano, já que “falta tão pouco tempo para o encerramento, e os espíritos dos fazendeiros que declaram as suas opiniões andam tão agitados”. Sancionou-a no dia 27 de setembro de 1871. Informada do fato, a condessa de Barral apressou-se a comentar: “Papai nunca se mostrou mais seu amigo do que dando-lhe a ocasião de assinar esse ato ou essa lei”. A assinatura “forneceu-lhe a ocasião, durante Sua Regência, de ligar seu nome a esse grande acontecimento e é uma glória de que ele se demitiu em seu favor. Vivam os pais que não são egoístas e os filhos que são gratos e reconhecidos”. Tais observações questionam efetivamente qualquer tendência que D. Isabel porventura tivesse de realçar excessivamente seu papel na

<sup>53</sup> Secretária da Câmara dos Deputados. Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 677/678. Disponível em : <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227319>

aprovação da Lei do Ventre Livre, como a medida ficou conhecida. (BARMAN, 2005, p. 163)

O que foi apresentado até agora foram diversas possibilidades de Isabeis. Entre elas uma Isabel redentora e dogmatizada responsável pela libertação de todo um segmento da nação. Uma Isabel alienada politicamente, que via nos afazeres domésticos suas maiores preocupações e que se enquadrava perfeitamente na estrutura patriarcal cristalizada naquela sociedade. E uma Isabel que embasava suas ações e planejamentos políticos através da ótica católica que moldava sua visão de mundo e que foi parte de um projeto de legitimação do terceiro reinado ocorrido desde os momentos mais tenros de sua vida. Na obra de Silva (2003), somos apresentados a mais uma possibilidade de Isabel. Esse autor em sua pesquisa não estuda especificamente a vida de dona Isabel, mas sim um novo modelo de resistência do movimento abolicionista que surgia no século XIX, um modelo que ficou conhecido como quilombo abolicionista. Nesse modelo haviam lideranças conhecidas “cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente muito bem articulados politicamente” (SILVA, 2003, p. 11). Estes eram quilombos que serviam como espécie de intermédio entre os escravos fugitivos e a sociedade imperial. Parte das sociedades locais protegiam os de investidas policiais e até doavam dinheiro a esses quilombos que eram visíveis e escandalosos perante a parcela mais conservadora da sociedade e que serviam de base além de possuir uma forte simbologia dentro do movimento abolicionista.

A pesquisa de Silva se refere mais especificamente a um desses quilombos, o do Leblon. Esse Quilombo era liderado por Seixas Magalhães, um dos comerciantes mais conceituados da capital imperial naquele momento. Nele se refugiavam uma série de escravos fugidos e contava-se com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital, alguns deles membros proeminentes daquela sociedade. Nesse quilombo, Seixas cultivava flores com o auxílio de escravos fugidos. Contudo, não flores comuns, mas flores que contavam com uma forte caraga simbólica, as camélias. Naquele momento as camélias representavam o símbolo do movimento abolicionista, na verdade Silva entende que ela era um dos símbolos mais poderosos do movimento abolicionista. Usar a camélia em sua lapela ou mesmo cultivá-la em seu jardim significa se confessar, no mínimo, como um simpatizante do movimento abolicionista. O quilombo assumia com isso características de intervenção prática ao refugiar escravos e simbólicas escandalizando a sociedade imperial.

Nesta obra o autor apresenta a hipótese que Seixas fornecia suas camélias ao próprio palácio laranjeiras e que o imperador e a princesa protegiam o quilombo do Leblon o que possibilitou com que este quilombo nunca tenha sido investigado. O autor ainda indica que a princesa fez parte da

guerra simbólica que se travava naquela sociedade ao aparecer em público com as flores do quilombo adornando seus vestidos.

A princesa, até então uma jovem senhora educada, religiosa e discreta, manifestou-se abertamente abolicionista, cercou-se de gente abolicionista e rompeu com todas as conveniências políticas da neutralidade. Que ninguém se engane com aquele ar doce e maternal de certa iconografia, a jovem princesa tinha opiniões fortes. Sua intervenção na vida política com essas “camélias do Leblon” e as batalhas de flores simplesmente pôs por terra o Ministério conservador que, justamente, lutava com as maiores dificuldades para combater a agitação abolicionista e/ou republicana. A comoção foi enorme porque todo mundo conhecia a simbologia das flores. André Rebouças anotou em seu diário íntimo, no mesmo dia, como que deslumbrado: “12 de Fevereiro. Primeira batalha de flores em Petrópolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I”. André Rebouças sabia o significado imenso daquelas camélias. Reparem como ele escreve “Isabel I”: depois da batalhas de flores e das camélias do Leblon, a princesa como que tomou as rédeas da história e fez-se rainha antecipada, era já Isabel I, a Redentora. (SILVA, 2003, p. 36)

Silva ainda apresenta a hipótese de que Isabel protegia escravos fugidos em Petrópolis. Para esse autor, com base no diário do abolicionista André Rebouças, a Princesa teria montado um esquema de fuga e alojamento de escravos fugidos, que contava ainda com o apoio de importantes damas da sociedade como a amiga fiel: Amanda Paranaguá Dória. O autor argumenta que o comprometimento de Isabel como o movimento abolicionista era tão grande que o próprio palácio imperial transformara-se em uma espécie de quilombo abolicionista.

Com isso, esse autor, traz a tona uma princesa Isabel com nítidos sentimentos abolicionistas e que se articulava publicamente com aqueles movimentos através de ações práticas, simbólicas e políticas.

Por fim, na dissertação de mestrado de Mesquita a pesquisadora diz que tem como objetivo traçar um perfil biográfico com ênfase na atuação de Isabel como agente política, através da análise de cartas diários e jornais. Nesta pesquisa a historiadora:

Deixando de lado visões historiográficas consolidadas, baseei-me na análise de uma grande quantidade de fontes, não propriamente inéditas, mas que observadas no seu conjunto proporcionaram uma nova abordagem tanto da personagem como das tensões políticas e sociais que a cercaram. Procurei reconstruir uma nova visão de Isabel, privilegiando sua posição como um ator político, que demonstrou não ser ela nem uma revolucionária, nem apenas a “Redentora” piedosa, mas uma mulher de seu tempo, dividida entre a forte religiosidade e as noções de progresso e modernidade.

Educada com a finalidade de governar, tinha consciência das obrigações que a aguardavam no futuro, guardando, porém, uma autonomia em relação à influência política do Imperador. Sua adesão às ideias abolicionistas reformistas ocorreu não só por estar de acordo com o que pregava a igreja, mas como uma opção política

que visava dar uma sustentação mais ‘popular’ ao seu reinado (MESQUITA, 2009, p. 177)

Esta é uma posição muito semelhante à de Daibert Junior, talvez com a única exceção da dissociação que Mesquita faz da opção política de Isabel e de sua visão de mundo católica. Para essa autora a adesão de Isabel às ideias abolicionistas “ocorreu não só por estar de acordo com o que pregava a igreja, mas com uma opção política que visava dar uma sustentação mais ‘popular’ ao seu reinado” (MESQUITA, 2009, p. 177). Para Mesquita a adesão às ideias abolicionistas apesar de irem de encontro ao que a igreja católica pregava naquele momento, ocorre independente disso. Essa adesão estaria ligada a uma escolha política que visava manter a ordem dentro do império e formar bases de legitimação para o terceiro reinado. Mesquita constrói em sua pesquisa a memória de uma Isabel distante da redentora dogmatizada construída ao longo do século XX e igualmente afastada da Isabel alienada e sem interesses políticos. Aqui a princesa é vista como uma pessoa preparada politicamente para desempenhar seu papel público, uma mulher fortemente influenciada pelo contexto no qual está inserida e pelos seus sentimentos religiosos mas que ainda assim possuía planejamentos e projetos políticos e articulava-se em direção a um terceiro reinado encabeçado por ela e que parcela da sociedade da corte brasileira oitocentista considera que se iniciou junto com a terceira regência.

Além disso Mesquita leva em conta de forma evidente e incisiva a existência de uma correspondência entre a princesa e o visconde de Santa Vitória, em que são abordados temas como a reforma agrária, a indenização dos ex-escravos e o sufrágio feminino. Através desta correspondência a pesquisadora concluiu que Isabel tinha um projeto político que a aproximava sobremaneira das ideias do movimento abolicionista e que tinha como fim: “Amenizar as desigualdades sociais, buscando, entre outros pontos, a inclusão do ex-escravo na sociedade, através da educação e da terra e uma nova forma de distribuição da propriedade rural, através de uma reforma agrária.” (MESQUITA, 2009, p. 177) A autenticidade desta correspondência é contestada por alguns historiadores devido ao conteúdo extremamente progressista contidos nela, contudo os exames grafotécnicos pelos quais ela passou a confirmam como de autoria de Isabel. A existência desta correspondência, sua descoberta uma centena de anos após sua produção e as divergências que ela pode provocar dentro da historiografia, é uma das provas de que a História não é um conhecimento fixo e a ser descoberto.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Essas considerações finais se iniciam com uma análise daquilo que fez surgir o interesse pela pesquisa, a carta da princesa Isabel destinada ao Visconde de Santa Victória, aonde tratam-se de temas como o sufrágio feminino, a reforma agrária e a indenização de ex-escravos. Esta correspondência passou por um exame grafológico realizado pela especialista e chefe do arquivo histórico do museu imperial de Petrópolis, Fátima Argon, que garantiu a autenticidade da assinatura de dona Isabel, mas é, ainda hoje, contestada devido ao teor extremamente progressistas e até revolucionários contidos nos assuntos abordados. A minha primeira impressão ao ter um contato inicial com esta correspondência foi uma postura bem semelhante a essa: “essa não foi a princesa que eu conheci no colégio”. A partir disso surgiram uma série de inquietações, afinal quem foi realmente a princesa Isabel? O que a existência dessa correspondência pode fazer a memória da princesa?

Naquele momento ainda influenciado por um tipo de sentimento que almejava a busca por uma História definitiva a correspondência me impulsionou a uma pesquisa que objetiva traçar um perfil biográfico da princesa Isabel. Hoje mais maduro intelectualmente e despido, o tanto quanto possível, de desejos megalomânicos, e do ponto de vista desta pesquisa inadequados, da busca por uma História definitiva sou capaz de entender esta correspondência de uma forma diferente. Um vestígio antes inexistente, um fragmento descoberto e inserido em uma constelação, em uma trama microfísica, capaz de trazer à tona questões antes impensáveis, novas possibilidades na construção da memória daquela personagem, narrativas divergentes e até esquecimentos propositais. Esse fragmento não é uma fonte inerte de informações que conduz a constelação da História a um único desenho possível, ele é um elemento que pode ser ligado a outros das mais diversas formas e que com isso possibilita a mais variada gama de construções de narrativas historiográficas acerca daquela personagem e do contexto no qual ela está inserida.

De acordo com a maneira como se pensou a história ao longo desse trabalho essa correspondência assume a forma de um eco de voz antes inaudível, um vestígio soterrado e que torna-se agora visível. Que vem a tona demonstrando o quão impossível é a ideia de uma História oficial, absoluta e imutável que se perpetue *ad infinitum*. O surgimento desse vestígio corrobora a ideia de que a História se faz a partir do presente, não apenas porque quem a constrói está no

presente e faz parte de uma trama microfísica que influencia na sua construção, mas também por atos que acontecem no presente, como a descoberta desta carta e que tem a potência de dar novos significados ao passado, de reconstruir realidades e de tornar o passado um tempo em constante movimento e constantemente inter-relacionado com o presente e com o que ainda está por vir.

Portanto, o objetivo desta pesquisa foi pensar uma forma de se construir o conhecimento historiográfico como um saber que vá além daquele conhecimento fechado, oficializante e que se pretenda absoluto, comum a historiografia tradicional. Ao longo deste trabalho buscou-se demonstrar uma forma de construção do saber histórico que fosse antilinear, desnaturalizado, contrário a uma teoria do progresso e que se compreenda como um saber que não só se estabelece a partir de uma rede microfísica de poderes como se constitui em forma de constelação trazendo à tona não uma verdade absoluta legitimada pelo status de ciência, mas sim as mais variadas possibilidades de verdades que dialogam entre si de forma constante e que não almejem a cristalização de memórias e a vitória de projetos hegemônicos de homogeneização do saber.

Nesse sentido a constituição da memória acerca da princesa Isabel é extremamente ilustrativa. A memória desta personagem se constitui, desde sempre, como um local de conflitos, apropriações e esquecimentos. Uma memória que fora dos muros acadêmicos foi utilizada como forma de legitimar o regime monárquico, que foi utilizada para anular outras participações no que se refere a criminalização da escravidão, que foi esquecida de forma proposital no início do regime republicano, que foi apropriada por parcela da população afrodescendente, que entrou em conflito com a memória de outros personagens como o Zumbi dos palmares e que se cristalizou durante muito tempo sob a égide da redentora. Os contantes conflitos ao redor da memória desta personagem evidenciam como a História não pode ser construída de forma pacífica e como a História, aliás a ciência de uma forma geral, não deve ser entendida como um campo do saber capaz de regatar verdades absolutas e homogêneas.

No que se refere a historiografia os conflitos não foram menos intensos. Ao longo do trabalho buscamos demonstrar como as produções de conhecimento histórico acerca daquela personagem foram capazes de produzir as mais diversas gamas de possibilidades no que se refere a constituição de sua memória. Ao longo desta pesquisa conseguimos observar uma princesa redentora, uma princesa progressista e revolucionária, uma senhora completamente inserida nos padrões da sociedade patriarcal do Brasil no século XIX, uma esposa e filha submissa, uma esposa com um papel de protagonista na relação matrimonial, uma senhora sem interesse algum em

questões públicas, uma princesa que buscava através de estratégias políticas legitimar seu futuro reinado, uma princesa que fora preparada desde sua infância para assumir o manto de rainha, outra princesa que teve a preparação para o trato com a coisa pública negligenciada, uma carola fanática e alienada, uma senhora detentora de predicados que a tornavam um ser humanitariamente superior aos cidadãos comuns, uma mulher influenciada pelo seu tempo com fortes sentimentos políticos e fortemente influenciada por um senso de religiosidade que lhe servia como uma forma de ver o mundo e de planejar suas ações, dentre tantas outras possíveis, algumas até que não puderam ser visualizadas pela ótica deste autor.

Neste aspecto, a historiografia acerca da princesa Isabel contribui para pensarmos como o saber historiográfico pode se construir a partir do confronto e como o resultado deste processo não deve se alocar na condição de verdade absoluta. Essa historiografia lança uma série de questionamentos que demonstram a necessidade de se pensar a pesquisa científica, sobretudo a do campo das ciências humanas, tendo como referencial parâmetros diferentes aos da historiografia tradicional ou da ciência positivista. E esses questionamentos constantes permitem a salvação da memória da princesa, agora não mais redentora, mas múltipla. E a partir da salvação desta personagem a figura da constelação se abre de modo que se salvem também personagens antes deixados à margem do esquecimento, escondidos debaixo do manto da redentora.

A História pensada ao longo desta pesquisa não tem como objetivo a construção de um saber absoluto, de uma princesa Isabel definitiva. Pois compreende que essa não é a tarefa de um pesquisador, o estudo pretendeu uma análise das peças expostas e uma maior percepção de sua inserção em uma trama de inter-relações. E acima de tudo despertar a compreensão que a História não é um saber fechado, apesar de deter a capacidade de se cristalizar em determinados momentos. Acima de tudo a História é um saber múltiplo e constante que está se reconstruindo a cada instante, a cada produção, a cada pesquisa, a cada leitura, a cada inter-relação, a cada novo vestígio encontrado e incorporado na constelação da qual ela faz parte.

**Fontes Primárias****Acervo Pessoal**

Jornal O Globo, 2010.

**AHMIP**

AGP, correspondência ativa de Dom Pedro II

AGP, correspondência ativa de Dona Isabel

POB ACI doc. 9335

Documentos constando memorandos de Dona Isabel e correspondência entre Dona Isabel, Barão de Cotegipe e Samuel Mac Dowell, referentes a demissão do ministério Cotegipe

ACI conselhos do Imperador a regente

carta de Dom Obá II a Dom Pedro II

**BNRJ**

Jornal do comércio, 1888

Jornal o carbonário, 1882, 1887

Revista Ilustrada, 1888

**IHGB**

Memorando intitulado: conferência com S.<sup>a</sup> em 14 de Janeiro de 1888.

Carta do Barão de Cotegipe a João Ferreira de Araújo Pinho datada de 19 de Março de 1888,

## Referências

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- ARIÉS, Philipp. **História social da criança e da família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- ARAUJO, Carolina. **“Introdução”**. In: **Verdade e espetáculo: Platão e a questão do ser**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Prefácio**. In: **Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre os olhares negros e brancos (1846 – 1988)**. São Paulo: Edusc, 2004.
- BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: Unesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. **As duas faces de uma princesa**. In: **Revista de história da biblioteca nacional**, p.18 - 21. Rio de Janeiro, Mai. 2012
- BARREIROS, Patrício Nunes. **Clio: um diálogo com a musa nos bastidores da filologia**. In: **Revista philologus ano 19 n. 57, p. 42 – 53**. Rio de Janeiro, Set.-Dez. 2013. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/57/004.pdf>
- BENJAMIN, Walter. **“A tarefa do tradutor”**. In: **Escritos sobre mito e linguagem**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1921/1987.
- \_\_\_\_\_. **“Experiência e pobreza”**. In: **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1933/2012.
- \_\_\_\_\_. **“O Narrador”**. In: **Obras escolhidas II: rua de mão única**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1936/2012.
- \_\_\_\_\_. **“Infância em Berlim por volta de 1900”**. In: **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **“Prólogo epistemológico-crítico”**. In: **A origem do drama trágico alemão**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1925/2013.
- \_\_\_\_\_. **“Sobre o conceito de história”**. In: **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1940/2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001
- BRASIL. Constituição (1824). **Constituição política do império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

BRASIL. Secretaria da câmara dos deputados. **Fallas do trno desde o anno de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227319>

BRASIL. Secretaria de Estado de negócios da agricultura, comércio e obras públicas. **Lei 3.353, de 13 de Maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)

BURKE, Peter. **A Escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da Historiografia**. São Paulo: Ed. da UNESPE, 1997.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción**. Madrid: Ed. Cátedra, 2001

CALMON, Pedro. **A Princesa Isabel: a “redentora”**. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **“História e paradigmas rivais”**. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982.

CASCUDO, Luis da Camara. **O conde d’Eu**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933

CHÂTELET, François. **Uma história da razão: entrevistas com Émile Noel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

COOK, Terry. **A ciência arquivística e o pósmodernismo: novas formulações para conceitos antigos**. In: **Revista de ciência da informação e documentação v. 3 n. 2, p. 3-27**. Ribeirão Preto. Jul/Dez 2012

COOREA, Sílvio Marcus de Souza. **História, memória e comemorações: em torno do genocídio e do passado colonial no sudoeste africano**. In: **Revista brasileira de história v. 31 n 61, p. 85 – 103**. São Paulo. 2011

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. **A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura**. In: **Revista Gênero v.11 n. 1, p. 97-106**. Niterói. 2º sem. 2010.

disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/62>

COULANGES, Fustel de. **A cidade Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1864/1998

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre os olhares negros e brancos (1846 – 1988)**. São Paulo: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. **Culto a “Redentora”**. In: **Revista nossa história**, p. 31-36. Rio de Janeiro, Out. 2004.

\_\_\_\_\_. **Primeiro a igreja**. In: **Revista de história da biblioteca nacional**, p. 22 -25. Rio de Janeiro, Mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Princesa Isabel (1846-1921): a “política do coração” entre o trono e o altar**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

DEL PRIORE, Maria. **O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, Conde d’Eu**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

\_\_\_\_\_. **O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

DELGADO, Alexanre de Miranda. **Novas considerações sobre a Princesa Isabel**. In: **Revista do IHGB**, p.383-397. Rio de Janeiro, Abr/Jun. 1998.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault - uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras. 1990.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2002.

FERREIRA, Marcelo Santana. **Walter Benjamin e a leitura do passado**. In: **Leitura em revista n. 3**. Out. 2011.

FILHO, Rodrigo Otávio. **A Princesa Isabel: o pai e a filha**. In: **Revista do IHGB**, p. 119-133. Rio de Janeiro. 1946.

FOUCALT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. **“A sociedade disciplinar em crise”**. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder - saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978/2015a.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau editora, 1996.

\_\_\_\_\_. **“Michel Foucault. Conversação sem complexos com um filósofo que analisa as ‘estruturas de poder’”**. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder - saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978/2015b.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **“Os intelectuais e o poder”**. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder - saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972/2015.

\_\_\_\_\_. **“Poder e saber”**. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder - saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977/2015a.

\_\_\_\_\_. **“Poderes e estratégias”**. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder - saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977/2015b.

\_\_\_\_\_. **“Precisões sobre o poder. Respostas a certas críticas”**. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder - saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978/2015c.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 42ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1900/1996.

FRONTEROTTA, Francesco. **“O sentido do verbo ser no livro V no livro V da república e a sua função epistemológica na distinção entre conhecimento e opinião”**. In: **Verdade e espetáculo: Platão e a questão do ser**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GAGNEBIN, Jean Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **Limiar, aura e rememoração**. São Paulo: Editora 34, 2014.

\_\_\_\_\_. **“Walter Benjamin ou a história aberta”**. In: **Obras escolhidas II: rua de mão única**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GARCIA – ROZA, Luiz Alfredo. **Palavra e a verdade na filosofia antiga e na psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005

GONDAR, J. O. **Quatro proposições sobre memória social**. In: **O que é memória social?**, Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lembrar e esquecer - desejo de memória**. In: **Memória e Espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. **Noivos trocados**. In: **Revista Nossa história**, p. 80 -85. Rio de Janeiro, Nov. 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

LACOMBE, Lourenço Luiz. **Isabel a Princesa redentora**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.

LEAL, Priscilla. **A princesa pioneira**. In: **Revista Nossa História**, p. 68-74. Rio de Janeiro, Jun.2006.

LECOUTEUX, Claude. **História dos vampiros: autópsia de um mito**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

LE GOFF, Jacques. **Prefácio**. In: **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma genealogia do poder**. In: **Microfísica do poder**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

MATTOS, Augusto Oliveira. **A proteção multifacetada: as ações da guarda negra da redemptora no ocaso do império (Rio de Janeiro 1888 – 1889)**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Das camélias do Leblon à rosa de ouro: as representações de Isabel no contexto do abolicionismo**. In: **Em tempo de Histórias – Programa de Pós-Graduação em História/UnB**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Rainha das manchetes**. In: **Revista de história da biblioteca nacional**, p. 26-29. Rio de Janeiro, Mai. 2012.

MEDEIROS, Maria da Gloria de; NASCIMENTO, André José do. **O fim da escravidão e suas consequências**. In: **Anais do IV colóquio de história: abordagens interdisciplinares sobre a história da sexualidade; 2010 Nov 16-19**; Recife, Brasil. Recife: UNICAP; 2010. p. 309-316

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. **O “terceiro reinado”: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi**. Dissertação (mestrado). Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2009.

MONTEIRO, Maria Conceição. **Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca**. In: **Fragmentos v. 8 n. 1**, p. 61 – 71. Florianópolis. Jul. - Dez. 1998. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/6038>

NABUCO, Carolina. **A Redentora e os abolicionistas**. In: **Revista do IHGB**, p. 85-95. Rio de Janeiro. 1946.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Humano demasiado humano: um livro para espíritos livres.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e a história: a problemática dos lugares.** In: **Projeto história**, nº 10, dez. 1993.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Banquete.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

RÉMOUND, René. **O século XIX 1815 – 1914: uma introdução à história do nosso tempo.** 9ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

ROUANET, Sergio Paulo. **Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin.** Rio de Janeiro: Editora Tempos Brasileiros, 1990

SARLO, Beatriz. **“A oficina da escritura”.** In: **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

\_\_\_\_\_. **“O descompasso do destino”.** In: **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

\_\_\_\_\_. **“Verdade dos detalhes”.** In: **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

SALZTRAGER, Ricardo. **A morte, a vida e as massas.** (no prelo)

\_\_\_\_\_. **Construção e história na clínica freudiana e na filosofia de Walter Benjamin.** In: **Clínica & cultura v.1 n.1.** Ago – Dez. 2012.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Apresentação à edição brasileira.** In: **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Dom Obá II D’África, o Príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. Flores contra a escravidão. In: **Revista Nossa História**, p. 26-31. Rio de Janeiro, Maio. 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **“Caminhos e descaminhos da história”**. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VIERIA, Hermes. **Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras**. São Paulo: Edições GRD, 1990.

**APÊNDICE: Correspondência da princesa Isabel destinada ao senhor Visconde de Santa Victória.**

Caro Snr. Visconde de Santa Victória

Fui informada por papai que collocou a par da intenção e do envio dos fundos de seo Banco em forma de doação como indenização aos ex-escravos libertos em 13 de Maio do anno passado, e o sigilo que o Snr. pidio ao prezidente do gabinete para não provocar maior reacção violenta dos escravocratas. Deus nos proteja de si os escravocratas e os militares saibam deste nosso negócio pois seria o fim do actual governo e mesmo o Império da casa de Bragança no Brazil. Nosso amigo Nabuco, além dos Snres. Rebouças, Patrocínio e Dantas, poderam dar auxilio a partir do dia 20 de Novembro quando as Camaras se reunirem para a posse da nova Legislatura. Com o apoio dos novos deputados e os amigos fiéis do papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brazil!

Com os fundos doados pelo Snr. teremos oportunidade de collocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e pecuária e dellas tirando seos próprios proventos. Fiquei mais sentida ao saber por papai que esta doação significou mais de 2/3 da venda de seos bens, o que demonstra o amor devotado pelo Snr. ao Brazil. Deus proteja o Snr. e todo a sua família para sempre!

Foi comovente a queda do Banco Mauá em 1878 e a forma honrada e proba porém infeliz, que o Snr, e seo estimado sócio, o grande Visconde de Mauá aceitaram a derrocada, segundo papai tecida pelos ingleses de forma desonesta e corrupta. A queda do Snr. Mauá significou huma grande derrota para o nosso Brazil!

Mas não fiquemos mais no passado, pois o futuro nos será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais hum pouco. Pois as mudanças que tenho em mente como senhor já sabe, vão além da liberação dos captivos. Quero agora dedicar-me a libertar mulheres dos grilhões do captiveiro doméstico, e isto será possível atravez do Sufrágio Feminino! Si a mulher pode reinar também pode votar!

Agradeço vossa ajuda de todo o meo coração e que Deos o abençoe!

Mando minhas saudações a Madame la Vicomtesse de Santa Vitoria e toda a família.

Muito d. coração

ISABEL